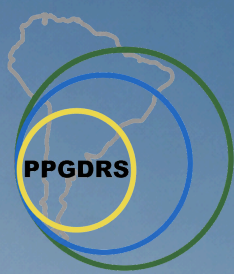




Carlos Otávio Zamberlan

Graduado e mestre em Administração (UFSM).
Doutor em Economia do Desenvolvimento (UFRGS).
Professor titular (PPGDRS/UEMS), atua nas áreas de Administração, gestão, desenvolvimento de território e de sistemas produtivos.

Esta obra analisa a agricultura familiar no Assentamento Itamarati I, em Ponta Porã, Mato Grosso do Sul, destacando seus impactos sociais, econômicos e territoriais. A partir de pesquisa empírica com agricultores assentados titulares e posseiros, o estudo examina condições de trabalho, renda, saúde, gestão e permanência no campo. Ao discutir reforma agrária, sistemas produtivos e desenvolvimento regional, o livro evidencia potencialidades, fragilidades e desafios enfrentados pelas famílias rurais. Mais que um estudo de caso, a obra oferece subsídios para políticas públicas capazes de fortalecer a agricultura familiar e ampliar a qualidade de vida nos assentamentos do território sul-fronteiriço brasileiro contemporâneo.



CAMINHOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO ASSENTAMENTO ITAMARATI I

Caminhos da Agricultura Familiar no Assentamento Itamarati I

impactos sociais, permanência no campo e desenvolvimento regional



Paulo Roberto da Silva

Graduado em Administração de Empresas pela FAPP e mestre em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos pela UEMS. Servidor efetivo do Estado de Mato Grosso do Sul, Superintendente Regional do INCRA/MS, com experiência em Administração Pública e desenvolvimento rural.

Paulo Roberto da Silva
Carlos Otávio Zamberlan



PAULO ROBERTO DA SILVA
CARLOS OTÁVIO ZAMBERLAN

CAMINHOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO
ASSENTAMENTO ITAMARATI I
impactos sociais, permanência no campo e desenvolvimento regional

1ª Edição

Editora IPES

2026

EDITORIA IPES

CNPJ: 35.301.671/0001-77

Presidente do Instituto IPES - Albertino Fachin Dias

Diretor Editorial: Fabricio Antonio Deffacci

WhatsApp: (67) 99179-2965

E-mail: editoraipes@gmail.com

Endereço: Rua General Câmara, 527, Sala 02, Amambai/MS

Site: https://cienciaabertaipes.org/index.php/ipes/pt_BR/catalog

Instagram: <https://www.instagram.com/editoraipesoficial/>

Equipe Editorial

Docentes

Adriana Rochas de Carvalho Fruguli Moreira

Carlos Otávio Zamberlan

Cláudia Maria Sonaglio

Dores Cristina Grechi

Eliana Lamberti

Fabricio Antonio Deffacci

Francis Regis Gonçalves Mendes Barbosa

Giovane Silveira da Silveira

Jonattan Rodriguez Castelli

Luan Carlos Santos Silva

Marinete Aparecida Zacharias Rodrigues

Moisés Centenaro

Oz Solon Chovghi Iazdi

Paulo Fernando Jurado da Silva

Ricardo Guimarães de Queiroz

Rosele Marques Vieira

Rosenery Loureiro Lourenço

Silvio Freitas da Silva

Discentes

Elyenne Ribeiro Camargos

Estefani Guadalupe Ledesma Ilara

Geliel Beraldo dos Santos

Giovana Oliveira Moraes

João Paulo González Gonçalves

Maria Açucena Villasanti Prieto

Milena Ribeiro Barbosa de Freitas

Naiara Vera

Thalita Hanieli Espíndola Lameado

CONSELHO EDITORIAL

Alexandre Assis Tomporoski – Dr. História (UFSC)
Ailton de Souza – Dr. Ciência Política (UNICAMP)
Carlos Buesa Buson – Dr. Comunicação e Educação (UNED/EEES)
Carlos Eduardo França – Dr. Sociologia (UNESP)
Carlos Otávio Zamberlan – Dr. Economia do Desenvolvimento (UFRGS)
Cinval Filho dos Reis – Dr. Educação (UFU)
Cláudia Maria Sonaglio – Dra. Economia Aplicada (UFV)
Dores Cristina Grechi – Dra. Economia do Desenvolvimento (UFRGS)
Eliana Lamberti – Dra. Economia do Desenvolvimento (UFRGS)
Eliotério Fachin Dias – Dr. Direito (USP)
Elson Luiz de Araujo – Dr. Educação (UNICAMP)
Fabricio Antonio Deffacci – Dr. Ciências Sociais (UNESP)
Fabricio José Missio – Dr. Economia (UFMG)
Francis Régis Barbosa – Dr. Desenvolvimento Regional (UNIOESTE)
Giovane Silveira da Silveira – Dr. Geografia (UFMS)
Herbert Gomes Martins – Dr. Ciências e Engenharia de Produção (UFRJ)
Jandir Ferrera de Lima – Dr. Desenvolvimento Regional (Québec/UQAC)
Jonattan Rodriguez Castelli – Dr. Economia (UFRGS)
José Antônio de Souza – Dr. Letras (UEL)
Leandro Marciano Marra – Dr. Ciência do Solo (UFLA)
Luciléia Aparecida Colombo – Dra. Ciência Política (UFSCar)
Marcelo Fetz de Almeida – Dr. Sociologia (UNICAMP)
Marinete Aparecida Zacharias Rodrigues – Dra. História Social (USP)
Moisés Centenaro – Dr. Administração (UNISINOS)
Omar Jorge Sabbag – Dr. Geografia (UNESP)
Oz Solon Chovghi Iazdi – Dr. Ciências Econômicas (UNICAMP)
Paulo Fernando Jurado da Silva – Dr. Geografia (UNESP)
Pery Francisco Assis Shikida – Dr. Economia Aplicada (ESALQ/USP)
Rafael Fernando Hack – Dr. Filosofia (UFSCar)
Rosele Marques Vieira – Dra. Economia do Desenvolvimento (UFRGS)
Rosenery Loureiro Lourenço – Dra. Ciências Contábeis (UFRJ)
Victor Azambuja Gama – Dr. Economia Aplicada (ESALQ/USP)

© COPYRIGHT DOS AUTORES

Esta obra pode ser reproduzida, compartilhada e difundida, desde que citada a fonte e respeitados os direitos autorais.

Diagramação e Capa: Fabricio A. Deffacci

Imagem da Capa: arte digital gerada com apoio de ferramenta de IA,
sob direção editorial de Fabricio A. Deffacci

Projeto Gráfico: Editora IPES

Ficha Catalográfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Silva, Paulo Roberto da

Caminhos da agricultura familiar no assentamento
Itamarati I : impactos sociais, permanência no campo
e desenvolvimento regional / Paulo Roberto da Silva,
Carlos Otávio Zamberlan. -- 1. ed. -- Amambai, MS :
Editora Ipes, 2026.

Bibliografia.

ISBN 978-65-84067-33-2

1. Agricultura familiar 2. Assentamentos rurais
3. Desenvolvimento regional 4. Impacto ambiental
5. Reforma agrária I. Zamberlan, Carlos Otávio.
II. Título.

26-369108.0

CDD-630

Índices para catálogo sistemático:

1. Agricultura familiar 630

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

*Porque esperançoso, atribuo à minha
esperança o poder de transformar a realidade
e, assim convencido, parto para o embate sem
levar em consideração os dados concretos,
materiais, afirmando que minha esperança
basta. Minha esperança é necessária, mas não
é suficiente. Ela só, não ganha a luta, mas sem
ela a luta fraqueja e titubeia.*

Paulo Freire

O CIO DA TERRA

*Debulhar o trigo
Recolher cada bago do trigo
Forjar no trigo o milagre do pão
E se fartar de pão
Decepar a cana
Recolher a garapa da cana
roubar da cana a doçura do mel
Se lambuzar de mel
Afagar a terra
Conhecer os desejos da terra
Cio da terra propícia estação
E fecundar o chão*

Chico Buarque e Milton Nascimento (1977)

AGRADECIMENTOS

Agradecer gera reconhecimento, é quando ocorre algo que o outro gostaria que acontecesse, sem esperar nada mais em troca e isso faz com que a pessoa que fez a ação se sinta feliz e a que recebeu também. A gratidão traz junto dela uma série de outros sentimentos, como amor, fidelidade, amizade e muito mais. Diz-se que a gratidão é um sentimento muito nobre.

Neste sentido sou imensamente grato à minha teimosia que garantiu participar do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos – 2015.

Agradeço à minha família – meus pais (*in memoriam*), que me deram a vida; meus irmãos; sobrinhos; minha querida Lissandra, minhas filhas Maressa, Ana Paula e Maria Eduarda e meu filho Stebbin, que garantem, com muito amor e compreensão, a energia e a motivação necessária à minha trajetória.

Agradeço aos Docentes do Programa de mestrado em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos da UEMS, com ênfase ao coordenador Professor Dr. Carlos Otávio Zamberlan, a quem, dentre as demais pessoas, gostaria de externar minha imensa gratidão, por ter atuado como meu orientador, que não só me orientou, mas também ajudou a participar de eventos e possibilitou a experiência de estar na academia, sobretudo pela sua tranquilidade, discernimento, conhecimento e amizade na orientação deste trabalho.

Agradeço também aos meus colegas de curso: Simone, Jorceli, Gianette, Raquel, Lucimara, Kauly, Estevão, Juliano e Silvana, pela convivência, pelas trocas, pelos debates, pelas convergências, e, sobretudo, pelo respeito às divergências. Confesso que jamais tinha encontrado um grupo de pessoas tão

especiais reunidas no mesmo espaço como aconteceu com a turma de Mestrado UEMS 2015. Inevitavelmente, extendo minha profunda admiração por cada um e cada uma.

O que seria da vida sem os amigos? E o que seria dessa pesquisa se não fossem os amigos Adilson, Rogério, Mariza, Jorge, Denize, Ludimar, Mary, Terezinha, Raissa, Edilene e Aline Mioto, que além de me brindarem com suas amizades ajudaram com materiais bibliográficos, apoio logístico, físico e emocional.

Finalmente, agradeço às pessoas e instituições que de alguma forma ajudaram nesta construção, às quais não nominarei para não incorrer em risco de omissão.

Por Paulo Roberto da Silva

NOTA EDITORIAL

A publicação desta obra integra as ações do projeto de extensão “Comunicação Científica e Democratização do Conhecimento: Ampliação do Acesso às Produções Acadêmicas na UEMS de Ponta Porã por meio da Revista DFC e da Editora IPES”, desenvolvido no âmbito da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Unidade Universitária de Ponta Porã, em articulação com o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos (PPGDRS/UEMS), os cursos de graduação em Administração, Ciências Econômicas e Ciências Contábeis da Unidade Universitária de Ponta Porã/MS, a Revista Desenvolvimento, Fronteiras e Cidadania (DFC) e a Editora IPES.

O projeto parte da compreensão de que a produção científica realizada na universidade pública deve ultrapassar os limites dos espaços acadêmicos, ampliando sua circulação social, sua visibilidade e sua apropriação por diferentes públicos. Nesse sentido, a publicação de pesquisas em formato de livro constitui uma estratégia de comunicação científica, acesso aberto e valorização da produção acadêmica vinculada ao desenvolvimento regional.

Esta obra também se insere no trabalho de construção da Ciência Aberta na Editora IPES, iniciativa voltada à ampliação do acesso público, gratuito e digital às produções científicas, técnicas, educativas e culturais. Ao disponibilizar obras em acesso aberto, a Editora IPES busca fortalecer a circulação do conhecimento, reduzir barreiras de acesso à informação e contribuir para que pesquisas produzidas no contexto regional possam alcançar leitores, instituições, escolas, comunidades e organizações sociais.

Originalmente desenvolvida como dissertação de mestrado no PPGDRS/UEMS, esta obra passa a circular em formato editorial com o propósito de ampliar seu alcance público, fortalecer sua inserção social e contribuir para o debate sobre agricultura familiar, assentamentos rurais, permanência no campo, políticas públicas e desenvolvimento regional no território sul-fronteiriço de Mato Grosso do Sul.

No processo de adaptação da dissertação para livro, foram realizados ajustes editoriais, textuais e estruturais, buscando conferir maior fluidez à leitura e adequar a obra ao formato editorial. Também foram suprimidos os instrumentos de coleta de dados, anexos e apêndices de natureza estritamente metodológica e comprobatória, tendo em vista que a função desses elementos, necessária no contexto da dissertação acadêmica, não se aplica integralmente à circulação da obra em formato de livro. As informações metodológicas indispensáveis à compreensão da pesquisa foram preservadas no corpo do texto.

A dissertação original, com os instrumentos e demais elementos suprimidos nesta edição, pode ser acessada no repositório do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos da UEMS, disponível em: <https://www.uems.br/ppg/ppgdrs>.

Ao integrar as ações extensionistas da Editora IPES e o movimento de construção de uma ciência aberta, acessível e socialmente comprometida, a publicação reafirma o compromisso com a socialização do conhecimento, a valorização das pesquisas produzidas na região de fronteira e a construção de pontes entre universidade, sociedade e territórios. Trata-se, portanto, de uma iniciativa que articula ensino, pesquisa e extensão, fortalecendo a função social da ciência e promovendo o acesso democrático às produções acadêmicas.

APRESENTAÇÃO

A publicação deste livro representa, para nós, a oportunidade de revisitar uma pesquisa realizada há quase nove anos, originalmente desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (PPGDRS/UEMS). Ao transformar a dissertação de mestrado em livro, não buscamos apenas republicar um trabalho acadêmico, mas retomar suas perguntas, atualizar seu sentido social e reafirmar a importância do diálogo entre universidade, agricultura familiar, assentamentos rurais, gestão pública e desenvolvimento regional.

A pesquisa que deu origem a esta obra nasceu de uma inquietação concreta: compreender de que maneira a agricultura praticada no Assentamento Itamarati I, em Ponta Porã/MS, contribuía para a permanência das famílias no campo e para a construção de alternativas de desenvolvimento no território. O Assentamento Itamarati I, por sua história, dimensão territorial, diversidade de movimentos sociais e relevância para a reforma agrária no Mato Grosso do Sul, constitui um espaço privilegiado para refletir sobre os limites e as potencialidades da agricultura familiar em contextos marcados por disputas fundiárias, mudanças produtivas, desafios econômicos e demandas por políticas públicas.

Desde o início, a pesquisa procurou ir além de uma leitura meramente produtivista da agricultura. O interesse central não estava apenas na escala ou no volume da produção, mas nas condições de vida, trabalho, saúde, gestão, renda e permanência das famílias agricultoras. Por isso, o estudo voltou-se à análise dos impactos sociais da agricultura familiar, considerando tanto os

agricultores assentados titulares quanto os agricultores posseiros, grupos que expressam diferentes trajetórias, vínculos e formas de permanência no assentamento.

O objetivo geral da pesquisa foi analisar os índices gerados pelos agricultores familiares assentados titulares e pelos agricultores posseiros no desenvolvimento da agricultura familiar no Assentamento Itamarati I. De modo específico, buscou-se verificar os indicadores de desenvolvimento do grupo de assentados titulares, analisar os indicadores referentes ao grupo de agricultores posseiros, comparar os resultados entre os dois grupos e consolidar um panorama geral da agricultura praticada no assentamento. A partir desse percurso, a obra oferece elementos para compreender os pontos fortes, as fragilidades e os desafios enfrentados pelas famílias rurais, especialmente no que se refere ao trabalho, à economia, à saúde, à gestão e à relação com as políticas públicas.

Ao retomarmos esta pesquisa em formato de livro, também reconhecemos o quanto ela contribuiu para o amadurecimento intelectual, profissional e institucional de cada um de nós. A investigação dialoga diretamente com a trajetória de atuação na administração pública, no desenvolvimento rural e, posteriormente, na Superintendência Regional do INCRA/MS, onde a experiência acumulada no contato com agricultores, assentamentos e políticas públicas passou a ganhar novas camadas de interpretação. A pesquisa contribuiu para ampliar a compreensão sobre as condições concretas da agricultura familiar, os desafios da reforma agrária e a importância de instrumentos capazes de orientar ações públicas mais sensíveis às realidades dos territórios rurais.

Além disso, o trabalho de orientação no desenvolvimento desta pesquisa também se articula a uma trajetória acadêmica voltada ao estudo dos sistemas produtivos, do desenvolvimento

regional e das dinâmicas territoriais. Essa experiência contribuiu para o amadurecimento de reflexões que, posteriormente, também se projetaram em outras iniciativas de pesquisa e extensão, como o projeto *Caminho para os Ervais*, reforçando a importância de compreender os territórios a partir de suas práticas produtivas, de seus sujeitos, de suas formas de organização e de suas possibilidades de desenvolvimento.

A transformação da dissertação em livro também exigiu um trabalho de revisão editorial e metodológica. Foram preservados os fundamentos, os dados centrais, os resultados e a estrutura analítica da pesquisa, mas foram realizados ajustes de linguagem, organização e apresentação para adequar o texto ao formato editorial. Títulos e subtítulos foram reformulados para conferir maior fluidez à leitura; determinadas passagens foram revisadas para tornar a exposição mais clara; e os instrumentos de coleta de dados, anexos e apêndices próprios da dissertação acadêmica foram suprimidos, uma vez que sua função comprobatória e metodológica não se aplica integralmente à circulação da obra em formato de livro. As informações necessárias à compreensão do percurso metodológico foram mantidas no corpo do texto.

O livro está organizado em cinco capítulos, além deste texto de apresentação, do prefácio e de um posfácio que retoma a atualidade da pesquisa e aponta possibilidades de continuidade. O primeiro capítulo apresenta os caminhos da agricultura familiar no Assentamento Itamarati I e delimita o território da pesquisa. O segundo reúne os fundamentos sobre agricultura, assentamentos rurais e desenvolvimento. O terceiro descreve o percurso da pesquisa e a aplicação do método APOIA SOCIAL. O quarto analisa os impactos sociais da agricultura familiar a partir dos movimentos e grupos pesquisados. O quinto retoma os

principais achados e discute a permanência no campo, as políticas públicas e o desenvolvimento regional.

Revisitar esta pesquisa quase uma década depois permite reconhecer sua importância histórica e, ao mesmo tempo, projetar novas perguntas para o futuro. O Assentamento Itamarati I continua sendo um território vivo, dinâmico e estratégico para pensar a agricultura familiar, a reforma agrária, a sucessão rural, a segurança alimentar, a organização produtiva e o desenvolvimento regional no Mato Grosso do Sul. Nesse sentido, esperamos que esta obra possa contribuir não apenas como registro acadêmico, mas como instrumento de reflexão para pesquisadores, estudantes, gestores públicos, extensionistas, movimentos sociais, agricultores e instituições que atuam no campo das políticas públicas e do desenvolvimento rural.

Publicar este livro é, portanto, uma forma de devolver à sociedade parte do conhecimento produzido no interior da universidade pública. É também uma forma de reafirmar que a pesquisa acadêmica ganha maior sentido quando dialoga com os territórios, com os sujeitos que constroem cotidianamente a vida no campo e com os desafios concretos da agricultura familiar. Que esta obra possa fortalecer novas leituras, novas ações e novos compromissos com o desenvolvimento regional, a permanência no campo e a valorização dos assentamentos rurais.

Paulo Roberto da Silva

Carlos Otávio Zamberlan

PREFÁCIO

Esta obra reconhece a importância de uma pesquisa de mestrado que retorna ao público em uma fase de amadurecimento das reflexões e de busca pelo desenvolvimento da realidade social investigada. Ainda que tenham se passado quase nove anos desde sua realização original, o estudo desenvolvido por Paulo Roberto da Silva, sob orientação do professor Carlos Otávio Zamberlan, permanece atual em suas inquietações e necessário em suas contribuições. Isso ocorre porque algumas pesquisas não se encerram no momento da defesa acadêmica: elas registram processos sociais, documentam realidades territoriais, organizam dados sobre experiências produtivas e ajudam a compreender desafios que continuam presentes na vida das comunidades rurais.

Ao analisar a agricultura familiar no Assentamento Itamarati I, em Ponta Porã/MS, o livro não se limita a apresentar os resultados de uma pesquisa. Ele retoma uma questão decisiva para o desenvolvimento regional: em que medida os assentamentos rurais, a agricultura familiar, os movimentos sociais do campo e os pequenos produtores rurais podem construir condições concretas de permanência, produção, organização e melhoria da qualidade de vida no território?

O Assentamento Itamarati I ocupa lugar singular nessa reflexão. Por sua dimensão territorial, por sua história vinculada à reforma agrária, pela diversidade de movimentos sociais presentes em sua formação e pela complexidade de suas dinâmicas produtivas, ele constitui um espaço privilegiado para pensar os limites e as possibilidades da agricultura familiar em Mato Grosso do Sul. Não se trata apenas de um território agrícola. Trata-se de um território marcado por disputas, esperanças, trabalho, reorganização social,

políticas públicas, permanências, evasões, formas de resistência e reinvenções cotidianas.

A pesquisa de Paulo Roberto da Silva e Carlos Otávio Zamberlan tem o mérito de olhar para esse território sem reduzir a agricultura familiar a uma questão meramente produtiva. A obra não se limita à pergunta sobre o quanto se produz ou sobre a capacidade de inserção no mercado. Ela amplia o foco para dimensões sociais fundamentais: trabalho, economia, saúde, gestão, permanência no campo e qualidade de vida. Essa abordagem é particularmente relevante porque permite compreender que o desenvolvimento rural não pode ser medido apenas por indicadores econômicos convencionais. Ele precisa ser analisado a partir das condições reais em que vivem e produzem as famílias agricultoras.

Esse ponto dialoga diretamente com debates mais amplos sobre a agricultura familiar. Em diferentes contextos, inclusive em pesquisas sobre agricultores familiares no município de Amambai/MS, observam-se desafios recorrentes relacionados à comercialização, às exigências de qualidade, à adequação sanitária, à relação com mercados institucionais, ao desperdício de alimentos, à organização coletiva e à necessidade de diálogo permanente entre produtores, associações, órgãos públicos e instituições de apoio. Tais desafios revelam que a agricultura familiar exige políticas públicas sensíveis às escalas produtivas, às especificidades territoriais e aos saberes construídos pelos próprios agricultores.

Nesse sentido, a presente obra contribui para uma compreensão mais densa da agricultura familiar no território sul-fronteiriço. Ao tratar dos agricultores assentados titulares e dos agricultores posseiros, o livro ilumina diferentes trajetórias de permanência no campo. Mostra que os assentamentos não são realidades homogêneas, mas espaços atravessados por experiências distintas, por formas variadas de acesso

à terra, por vínculos institucionais diferenciados e por estratégias diversas de reprodução social e produtiva. Essa heterogeneidade é fundamental para compreender as possibilidades de fortalecimento dos movimentos sociais ligados ao campo e das organizações vinculadas ao pequeno produtor rural.

A universidade pública tem papel decisivo nesse processo. Quando uma pesquisa nasce do diálogo com um assentamento rural, ela contribui para aproximar conhecimento acadêmico e realidade social. O Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (PPGDRS/UEMS) tem, nesse sentido, uma responsabilidade estratégica: produzir interpretações sobre o território que não se limitem à abstração conceitual, mas que estejam abertas às experiências concretas dos sujeitos que vivem, trabalham e constroem o desenvolvimento regional em seu cotidiano.

A obra de Paulo e Carlos expressa essa possibilidade. Ela mostra que a pesquisa acadêmica pode atuar como ponte entre universidade, agricultura familiar, assentamentos rurais, movimentos sociais, administração pública e políticas de desenvolvimento. Junto a isso, a sistematização de indicadores compara grupos, analisa aspectos sociais e organiza resultados, de sorte que o estudo oferece subsídios para pensar ações futuras. Mais do que registrar uma realidade de determinado momento, a pesquisa cria condições para que novas perguntas sejam feitas: que políticas públicas são necessárias para fortalecer a permanência das famílias no campo? Que formas de assistência técnica, gestão e organização produtiva podem ampliar os resultados da agricultura familiar? Como articular movimentos sociais, órgãos públicos, universidades e agricultores em torno de estratégias territoriais de desenvolvimento?

Essas questões permanecem abertas e tornam a publicação deste livro especialmente importante. Transformar uma dissertação em livro não é apenas modificar sua forma editorial. É ampliar sua circulação, permitir que novos leitores tenham acesso ao estudo e recolocar seus resultados em diálogo com o presente. É também reconhecer que a produção acadêmica, quando permanece restrita aos arquivos institucionais ou aos repositórios digitais, perde parte de sua potência social. Quando adquire formato de livro, a pesquisa retorna ao território com maior capacidade de circulação, leitura e apropriação.

Há ainda outro aspecto que merece destaque. Esta publicação reafirma a importância dos vínculos entre o Programa de Pós-Graduação, seus docentes, seus egressos e os territórios pesquisados. A formação acadêmica não se encerra com a defesa da dissertação. Ela continua nas trajetórias profissionais dos pesquisadores, nas políticas que ajudam a formular, nas instituições em que atuam, nos projetos que desenvolvem e nas novas leituras que produzem sobre a realidade. Nesse caso, a pesquisa contribuiu tanto para o percurso de Paulo Roberto da Silva, em sua atuação na administração pública, no desenvolvimento rural e na Superintendência Regional do INCRA/MS, quanto para a trajetória acadêmica de Carlos Otávio Zamberlan, vinculada aos estudos sobre sistemas produtivos, gestão, agronegócios e desenvolvimento regional e, principalmente, na expansão do projeto Caminho para os Ervais já consolidado por meio de ações contínuas e que envolvem cada vez mais pessoas e instituições do território fronteiriço.

A pertinência deste livro reside, portanto, em sua dupla condição: é uma obra sobre a agricultura familiar no Assentamento Itamarati I e, ao mesmo tempo, uma contribuição ao debate sobre desenvolvimento regional, reforma agrária, políticas públicas e permanência no campo. É um estudo sobre indicadores sociais, mas

também sobre pessoas, famílias, movimentos, territórios e projetos de futuro. É uma pesquisa situada em um assentamento específico, mas que permite pensar desafios mais amplos enfrentados pela agricultura familiar no Brasil.

Que esta publicação possa contribuir para novos estudos, novas políticas públicas, novas estratégias de organização produtiva e novas formas de diálogo entre universidade e sociedade. Que possa fortalecer a compreensão da agricultura familiar como dimensão indispensável do desenvolvimento regional. E que, ao retornar em formato de livro, esta pesquisa ajude a renovar o compromisso com os assentamentos rurais, com os movimentos sociais do campo e com os pequenos produtores que seguem construindo, muitas vezes em condições adversas, os caminhos possíveis da permanência, da produção e da vida no campo.

Fabricio Antonio Deffacci

Cientista Social

Docente do PPGDRS/UEMS

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Aspectos de desempenho dos Indicadores Sociais do Movimento CUT.....	96
Gráfico 2 - Aspectos de desempenho dos Indicadores Sociais do Movimento MST.....	105
Gráfico 3 - Aspectos de desempenho dos Indicadores Sociais do Movimento – FETAGRI	112
Gráfico 4 - Aspectos de desempenho dos Indicadores Sociais do Movimento - AMFFI	118
Gráfico 5 - Aspectos de desempenho dos Indicadores Sociais – Agricultores Posseiros.....	120
Gráfico 6 - Aspectos de desempenho dos Indicadores Sociais – Agricultores Titulares	123
Gráfico 7 - Aspectos de desempenho dos Indicadores Sociais – Todos os Movimentos e todos os grupos.....	127
Gráfico 8 - Resultado Geral – Grupos	138

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Abordagens dos Autores.....	64
Quadro 2 - Índice de Impacto Social da Atividade Agropecuária	72

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Composição dos Grupos	81
Tabela 2 - Tamanho da amostra em cada movimento.....	85
Tabela 3 - Tamanho da amostra em cada Grupo	86
Tabela 4 - Índices do Grupo Agricultores Posseiros – Movimento CUT	90
Tabela 5 - Índices do Grupo Agricultores Titulares – Movimento CUT	93
Tabela 6 - Aspectos de desempenho dos Indicadores Sociais do Movimento CUT.....	95
Tabela 7 - Índices do Grupo Agricultores Posseiros – Movimento MST	99
Tabela 8 - Índices do Grupo Agricultores Titulares – Movimento MST	101
Tabela 9 - Aspectos de desempenho dos Indicadores Sociais do Movimento MST.....	104
Tabela 10 - Índices do Grupo Agricultores Posseiros – Movimento FETAGRI.....	107
Tabela 11 - Índices do Grupo Agricultores Titulares – Movimento FETAGRI.....	109
Tabela 12 - Aspectos de desempenho dos Indicadores Sociais do Movimento FETAGRI.....	111
Tabela 13 - Índices do Grupo Agricultores Posseiros – Movimento AMFFI.....	114

Tabela 14 - Índices do Grupo Agricultores Titulares – Movimento AMFFI.....	115
Tabela 15 - Aspectos de desempenho dos Indicadores Sociais do Movimento Social AMFFI	117
Tabela 16 - Aspectos de desempenho dos Indicadores Sociais – Agricultores Posseiros.....	120
Tabela 17 - Aspectos de desempenho dos Indicadores Sociais – Assentados Titulares.....	123
Tabela 18 - Aspectos de desempenho dos Indicadores Sociais – Todos os Movimentos e todos os grupos.....	126
Tabela 19 - Resultado consolidado – Grupos: Agricultores Posseiros e Assentados Titulares.....	137

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

Sigla/Abreviatura	Significado
ABRA	Associação Brasileira da Reforma Agrária
AMFFI	Associação dos Moradores e Funcionários da Fazenda Itamarati
APAMG	Associação dos Produtores de Abacaxi do Município de Guaraçaí/ES
CONAB	Companhia Brasileira de Abastecimento
CUT	Central Única dos Trabalhadores
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
FETAGRI	Federação dos Trabalhadores em Agricultura
G1	Grupo um
G2	Grupo dois
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDATERRA	Instituto de Desenvolvimento Agrário, Assistência Técnica e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDS	Índice de Desenvolvimento Socioeconômico
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LEISA	<i>Low External Input and Sustainable Agriculture</i>
MAPA	Ministério da Agricultura e Pecuária
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário

Sigla/Abreviatura	Significado
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MS	Mato Grosso do Sul
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PIB	Produto Interno Bruto
PNB	Produto Nacional Bruto
PNDE	Plano Estratégico de Desenvolvimento do Nordeste
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
SAI	Sistema Agroindustrial Integrado
UEMS	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados

SUMÁRIO

1. CAMINHOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO ASSENTAMENTO ITAMARATI I	27
1.1 O Assentamento Itamarati I como território da pesquisa	31
2. AGRICULTURA, ASSENTAMENTOS RURAIS E DESENVOLVIMENTO	35
2.1 Agricultura: conceitos e sistemas de produção.....	35
2.1.1 Agricultura moderna, agricultura alternativa e agricultura familiar.....	36
2.1.2 Sistemas de produção e organização das unidades rurais.....	43
2.2 Os assentamentos rurais brasileiros	48
2.3 Desenvolvimento e território rural.....	55
2.3.1 Desenvolvimento rural e realidade empírica dos assentamentos.....	60
3. O CAMINHO DA PESQUISA: O MÉTODO APOIA SOCIAL	68
3.1 O Sistema APOIA SOCIAL na avaliação de impactos	80
4. IMPACTOS SOCIAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO ASSENTAMENTO ITAMARATI I	89
4.1 Resultados no Movimento CUT	90
4.2 Resultados no Movimento MST	98
4.3 Resultados no Movimento FETAGRI	107
4.4 Resultados no Movimento AMFFI	113
4.5 Agricultores posseiros: desempenho dos indicadores sociais..	119

4.6 Assentados titulares: desempenho dos indicadores sociais	122
4.7 Aspectos de desempenho entre movimentos e grupos pesquisados	125
4.8 Resultado consolidado: posseiros e assentados titulares.....	137
 5. AGRICULTURA FAMILIAR, PERMANÊNCIA NO CAMPO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	141
 POSFÁCIO: DA PESQUISA REALIZADA AOS CAMINHOS FUTUROS.....	150
 REFERÊNCIAS	155
 ÍNDICE REMISSIVO	164
 SOBRE OS AUTORES.....	166

CAPÍTULO 1

CAMINHOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO ASSENTAMENTO ITAMARATI I



Sobre os assentamentos rurais muitas abordagens (e controvérsias) políticas e acadêmicas têm tornado o debate multivariado, entretanto para aqueles que defendem e são favoráveis à reforma agrária no país, o primeiro PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária) de 1985, proposto pelo governo pós-ditadura militar e também o segundo PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária) de 2003, proposto pelo Governo do Presidente Lula, não avançou para além de

uma política de assentamentos¹ e se mostra incapaz de modificar a estrutura fundiária presente no regime de propriedade da terra no Brasil. Já aqueles contrários ao PNRA, apontam que a demanda por terra e a implantação dos assentamentos rurais representam um retrocesso diante da visível modernização alcançada pela agricultura do país, visto que o processo de reforma agrária não consegue acompanhar essa modernização tecnológica e por consequência responder com escala e volume de produção (Medeiros, 2007).

Todavia, a pergunta a se fazer não recai necessariamente sobre a questão escala e volume de produção. Em primeiro lugar, essa visão de escala e volume de produção nasce com a modernização agrícola voltada para criação de produtos comoditizados e direcionados em grande parte para a exportação. Quem garante que isso é a solução para o meio rural como um todo? Em segundo lugar, a escala e o volume de produção são reducionismos sob essa ótica, têm como foco a cadeia produtiva a partir de seu final, para posteriormente estabelecer o que será produzido, constatando-se a necessidade de segmentação e produção para nichos específicos de consumidores.

Frente a esta discussão, enxergar a agropecuária como produtora de escala e de volume é ir contra o próprio mercado ou ver somente um lado do mercado, ou seja, criar antolhos. Ver o mercado assim e forçar os agricultores a isso é antolhá-los, forçando-os a olhar para uma única direção e a defender este único ponto de vista.

Apesar do PNRA, o processo de reforma agrária não avançou, segundo o censo agropecuário de 2006, divulgado, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE-2006), a concentração de

¹Segundo Giardini (2008) - Reforma agrária completa deve, simultaneamente, reformar a estrutura fundiária do país, possibilitar o acesso dos camponeses à terra e fornecer-lhes condições básicas de vida e produção.

terras persiste no País. A concentração e a desigualdade regional são comprovadas pelo Índice de Gini² da estrutura agrária brasileira, que demonstra que nos últimos 10 anos o Índice de Gini está em 0,872 para a estrutura agrária brasileira, superior aos índices apurados nos anos de 1985 que era de 0,857 e de 1995 que foi de 0,856.

O debate sobre a questão agrária teve altos e baixos nos últimos vinte anos³. O expressivo número de assentamentos e de demandantes de terra, os crescentes custos ambientais da produção agrícola mercantil de exportação em larga escala, a crise da alta nos preços dos alimentos e a crise do sistema econômico internacional atualizaram a importância da discussão. Embora o debate sobre a pertinência ou não da reforma agrária continue importante, possivelmente ocorrerá em outro patamar, tendo em vista os elementos expostos. Colocadas face a face, a questão social, a ambiental e a econômica, a solução de tipo neoliberal, na qual o mercado se encarregaria de encontrar a melhor equação para solucionar as crises e tensões encaminhando a vida social e econômica, parecem estar enfraquecidas.

Ao buscar informações sobre a agricultura brasileira, encontra-se que desde 1970 (momento em que o processo de modernização da agricultura brasileira ganhou grande impulso) e até 2006 (dados do censo IBGE 2006) a área agrícola foi ampliada em 20%, enquanto o número de estabelecimentos rurais cresceu menos

²O coeficiente de Gini (ou índice de Gini) é um cálculo usado para medir a desigualdade social, desenvolvido pelo estatístico italiano Corrado Gini, em 1912. Apresenta dados entre o número 0 e o número 1, onde zero corresponde a uma completa igualdade na renda (onde todos detêm a mesma renda per capita) e um que corresponde a uma completa desigualdade entre as rendas (onde um indivíduo, ou uma pequena parcela de uma população, detêm toda a renda e os demais nada têm).

³ Após a edição da Lei Agrária (Lei 8629), de 1993, que regulamenta os dispositivos constitucionais referentes à reforma agrária.

de 6% e o pessoal ocupado na agricultura reduziu quase 7%, o número de tratores aumentou 375%.

Diante destes indicadores e tomando como referencial o trabalho de Gómez (2006), nota-se que isto decorre do modelo de desenvolvimento neoliberal que é imposto através de órgãos internacionais (principalmente o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional) e dos países capitalistas desenvolvidos, que controlam esses órgãos. Gómez (2006) diz que as instituições neoliberais impõem o modelo de desenvolvimento com base num discurso realizado no seio da sociedade e funcionam como controle social tendo como função a afirmação e a repetição até a sua aceitação de que as políticas neoliberais funcionam, o que não ocorre. A afirmação da eficiência dessas políticas é o principal instrumento para a aceitação deste modelo de desenvolvimento. O desenvolvimento imposto pelo Banco Mundial tem como função tentar solucionar os problemas causados pelo capitalismo por meio das próprias regras capitalistas, o que é impossível. Este desenvolvimento é utilizado pelo capitalismo como estratégia para a sua própria reprodução. Gómez (2006) denomina este desenvolvimento de desenvolvimento possível, pois é o único praticável dentro das regras do capitalismo. Contudo, haveria outra via que o autor denomina de desenvolvimento intolerável aos olhos do capitalismo, já que este modelo contraria suas regras.

Deste debate e constatações surgem alguns questionamentos: a) Como estaria o percentual de pessoas ocupadas nos estabelecimentos rurais do Brasil, caso os assentamentos não tivessem sido implantados? Além de reter parte da população rural, quais outras contribuições os assentamentos rurais propiciam ao desenvolvimento regional? Será que parte desse pessoal que deixou a agricultura, partiu dos assentamentos rurais? Por quê? É inevitável que agricultura prescindia de mão de obra?

Que tipo de agricultura possibilitaria a permanência do maior número possível de pessoas no meio rural? E, sobretudo, nos assentamentos o que resultaria numa redução de pressão e demandas sobre as cidades? Qual a contribuição dos assentamentos rurais para o desenvolvimento regional?

Para a realização da pesquisa empírica e estudo de caso selecionou-se um assentamento localizado no município de Ponta Porã/MS que, segundo o INCRA, através de dados atualizados em seu site eletrônico em 2016, possui mais de 3.500 (três mil e quinhentas) famílias assentadas. A escolha do Assentamento Itamarati I, implantado no ano de 2001, se deu por ser o maior do Brasil e um dos maiores da América Latina, também por sua marcante heterogeneidade de movimentos sociais que compõem o conjunto de famílias inicialmente beneficiárias no Projeto de Assentamento, que são: Central Única dos Trabalhadores (CUT), Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), Federação dos Trabalhadores em Agricultura (FETAGRI) e Associação dos Moradores e Funcionários da Fazenda Itamarati (AMFFI).

Espera-se, com esta pesquisa, que as indagações feitas anteriormente sejam respondidas e que sirvam de base para estudos futuros sobre o assunto, propiciando, assim, melhores condições de aplicação de avaliações de impactos nas inovações tecnológicas e subsidiando a instrução de novos projetos de desenvolvimento, transferência e adoção tecnológica.

1.1 O Assentamento Itamarati I como território da pesquisa

O imóvel, onde está implantado o Assentamento Itamarati I, foi adquirido pelo INCRA de Tajhyre S/A Agropecuária em dezembro de 2000 e incorporado como patrimônio do INCRA em maio de 2001. Está cadastrado no INCRA sob o nº 913.154.011.606–7. O proprietário

anterior era o grupo Itamarati, que entre as décadas de 1970 e 1980 tornou-se o maior produtor individual de soja do Brasil.

Situa-se no Município de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso do Sul, a 22° 32' de latitude Sul e 55° 43' de longitude Oeste. Pertence à microrregião de Dourados e à mesorregião do Sudoeste de Mato Grosso do Sul. A extensão territorial de Ponta Porã é de 5.359,3 km² e sua altitude média é de 656 metros do nível médio do mar. Está distante da capital do Estado de Mato Grosso do Sul 328 km. O projeto de assentamento Itamarati está a 45 km da sede municipal, Ponta Porã – MS. Em 2002, quando da sua implantação, a população estimada do município era de 61.875 habitantes, passados 14 anos, em 2016 esta população estimada, segundo o IBGE, era de 86.717 habitantes.

Conforme dados do IDATERA (2003), a área do projeto de assentamento Itamarati I é de 25.072 ha (vinte e cinco mil e setenta e dois hectares) e está dividida em quatro subáreas, cada uma destas atendendo a um movimento social. Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) coube uma parcela de 6.571 ha (seis mil, quinhentos e setenta e um hectares) ocupada por 320 (trezentos e vinte) famílias; à Central Única dos Trabalhadores (CUT – rurais) foram destinados 6.287 ha (seis mil, duzentos e oitenta e sete hectares), nos quais foram assentadas 280 (duzentas e oitenta) famílias; à Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI) coube uma área de 7.727ha (sete mil, setecentos e vinte e sete) hectares tendo sido assentadas 395 (trezentas e noventa e cinco) famílias e finalmente, à Associação dos Moradores e Funcionários da Fazenda Itamarati (AMFFI) foram destinados 4.487ha (quatro mil, quatrocentos e oitenta e sete hectares) tendo sido assentadas 150 (cento e cinquenta) famílias. Desta forma, o assentamento Itamarati I possui 1.145 famílias assentadas (IDATERA/INCRA/2003).

Neste assentamento, uma questão visível e muito comentada é a evasão das famílias que inicialmente foram assentadas. Isto deu origem a um novo grupo de agricultores que denominamos de agricultores familiares posseiros que suscita algumas das questões desta pesquisa: Que tipo de agricultura pratica o grupo de agricultores familiares assentados titulares⁴ do processo de assentamento? Que tipo de agricultura pratica o grupo de agricultores posseiros⁵ que sucederam ou sucedem os agricultores evadidos?

Neste sentido, surge uma questão instigadora do estudo: a agricultura que é praticada no assentamento Itamarati I possibilita que as famílias assentadas titulares e as famílias de agricultores posseiros tenham como permanecer na agricultura e alcançar nível de desenvolvimento que garanta qualidade de vida de maneira a satisfazer suas necessidades e contribuir para o desenvolvimento regional?

Este problema parece importante e merece ser pesquisado para ajudar a responder se os investimentos dos fundos públicos na política de assentamentos rurais estão alcançando resultados satisfatórios, tanto para as famílias assentadas, quanto para a sociedade em geral. O bom desempenho na agricultura é fundamental para a permanência das famílias beneficiárias no campo e tornará a política de reforma agrária efetiva, evitando investimentos inócuos desperdiçados com o retorno das famílias à anterior situação de pobreza e a reconcentração fundiária.

Além disso, a resposta a esta questão, embora apenas indicativa, pode contribuir para uma reflexão sobre as políticas de apoio à

⁴ Assentados Titulares: agricultores que o INCRA selecionou com metodologia própria e faz parte da RB (relação de beneficiários), publicada por ocasião da implantação do Assentamento Itamarati I.

⁵ Agricultores Posseiros: agricultores que sucederam ou sucedem os assentados titulares que se evadiram do lote destinado originalmente pelo INCRA e que o instituto não reconhece formalmente como assentados titulares.

produção agrícola nos assentamentos rurais, sobre os diferentes estilos de agricultura ali praticados bem como sobre a inserção da produção agrícola do assentamento na dinâmica do desenvolvimento regional.

Este estudo foi desenvolvido por meio da metodologia APOIA SOCIAL, que consiste num método que tem por objetivo maior retratar aspectos ligados à satisfação de necessidades básicas e ao comprometimento com a melhoria da qualidade de vida das pessoas vinculadas às atividades estudadas e, desta forma, fornecendo elementos para que os agricultores decidam sobre melhores opções de práticas, atividades, formas de manejo e adoção de tecnologias voltadas ao desenvolvimento.

Diante desse contexto, a obra tem como questão orientadora compreender de que maneira a agricultura praticada no Assentamento Itamarati I contribui para a permanência das famílias no campo e para o desenvolvimento da agricultura familiar no território. Para isso, busca analisar os índices gerados pelos agricultores familiares assentados titulares e pelos agricultores posseiros no desenvolvimento de suas atividades produtivas. De modo específico, examina os indicadores de desenvolvimento relacionados ao grupo de assentados titulares, analisa os indicadores referentes ao grupo de agricultores posseiros, compara os resultados obtidos entre os dois grupos e consolida um panorama geral da agricultura praticada no Assentamento Itamarati I, considerando suas contribuições, limites e desafios para o desenvolvimento regional.

CAPÍTULO 2

AGRICULTURA, ASSENTAMENTOS RURAIS E DESENVOLVIMENTO



Este capítulo apresenta os principais fundamentos teóricos que auxiliam na compreensão do tema da obra. Inicia-se com abordagem bibliográfica que trata dos processos da agricultura, dos assentamentos rurais e do desenvolvimento regional.

2.1 Agricultura: conceitos e sistemas de produção

Este tópico trata do conceito de agricultura moderna e agricultura alternativa, bem como da descrição teórica dos sistemas de produção.

2.1.1 Agricultura moderna, agricultura alternativa e agricultura familiar

O termo *agricultura moderna* mantém uma evidente vinculação ao projeto ou plano de modernidade que tem orientado os sistemas de produção agrícola nos últimos tempos. Após a Segunda Guerra Mundial, o mundo ingressou numa nova etapa de desenvolvimento do sistema capitalista comandado pelos Estados Unidos. Neste período a agricultura sofreu profundas transformações na busca de sua integração e contribuição ao crescimento econômico geral. O resultado desse processo foi que, na segunda metade do século XX, a produção agrícola mundial cresceu a uma taxa de 2,6% ao ano, ao passo que a população cresceu à taxa de 2,5% (Almeida, 1997; Mazoyer, 2003).

Se por um lado é difícil dizer precisamente o que é agricultura moderna, por outro, em cada sociedade do chamado mundo ocidental se delineia uma ideia do que ela seja. No Brasil, particularmente, a agricultura moderna como uma ideia-força se formou a partir da década de 1920, no bojo do aprofundamento dos processos de industrialização e urbanização. Mas foi a partir da década de 1960 que as transformações da agricultura em execução nos chamados países desenvolvidos no pós-guerra, também chegaram aqui (Miguel, 2006).

A agricultura moderna, portanto, é uma ideia relativamente recente. Apesar do empenho dos governos, do setor agroindustrial e de agricultores em tentarem impor seu predomínio, diversos outros tipos de agricultura continuam a existir. A dinâmica de concorrência entre a agricultura moderna e outras expressões de agricultura alternativas, se afigura um importante material para entender o complexo mundo rural da atualidade.

A agricultura surgiu na história humana há aproximadamente 10 mil anos e consiste na mobilização de recursos com vistas à sua conversão em bens de interesse da sociedade. Sua especificidade reside

no fato de que os recursos necessários são mobilizados na natureza e os processos pelos quais ocorre a conversão em produtos de interesse são essencialmente biológicos. O homem interfere em ecossistemas de maneira a privilegiar o desenvolvimento e a reprodução de animais e plantas que lhe proporcionem alimentos e fibras úteis ao seu modo de vida em sociedade (Ploeg, 1994; Mazoyer e Roudart, 2001).

Segundo Araújo (2005, p. 15), na atualidade, os conceitos de “setor primário ou de agricultura perderam o sentido, porque deixaram de ser somente rural, ou somente agrícola, ou somente primário”. A agricultura, ou o setor primário, que antes não dependia de outros setores, na visão do agronegócio passa a depender de muitos serviços, máquinas e insumos. Portanto, destaca-se a pós-produção, quando há a necessidade de estocar a produção em armazéns, mercado atacadista, mercado varejista, exportação e toda a infraestrutura, tais como estradas, portos, etc. O agronegócio passa a ser encarado como um sistema de elos, abrangendo itens como pesquisa, insumos, tecnologia de produção, transporte, processamento, distribuição e preço. Com relações intersetoriais a montante e a jusante à unidade produtiva agrícola, formando o sistema do agribusiness ou agronegócio (Araújo, 2005).

Ao longo da história a agricultura assumiu diferentes configurações, as quais são também bastante variadas de acordo com a sua localização. Essas diferentes agriculturas são os produtos das condições sociais confrontadas com as condicionantes geográficas de cada época. Os chamados países desenvolvidos vivem atualmente nos marcos do sistema agrário baseado na segunda revolução agrícola⁶ dos

⁶Segunda Revolução Agrícola: Também conhecida como revolução verde, no Brasil teve sua implantação nos anos 1960. Já a primeira revolução agrícola é tudo o que se acumulou nos dez mil anos de história da agricultura.

tempos modernos. Este padrão de agricultura, entretanto, não se limitou a estes países e se alastrou de diferentes maneiras e intensidades nos chamados países em desenvolvimento. As consequências do predomínio deste sistema agrário foram (e são) as elevações da produção e da produtividade – tanto no âmbito das unidades de produção agrícola, quanto das nações –, gerando desenvolvimento diferencial com empobrecimento e exclusão de grande parte dos agricultores e das regiões (Mazoyer e Roudart, 2001).

Este é o panorama geral do sistema agrário moderno, típico da revolução verde⁷, fortemente impulsionado pelas políticas públicas agrícolas após a Segunda Grande Guerra, tanto nos países chamados desenvolvidos quanto nos países ditos subdesenvolvidos. Na Europa predominava a pequena propriedade na estrutura fundiária e a agricultura camponesa, desejosa de aumentar a sua produtividade por área e por unidade de trabalho, foi o segmento social da agricultura que primeiro adotou as mudanças técnicas da revolução verde. No Brasil, entretanto, as medidas de estímulo à modernização da agricultura, típicas da revolução verde, foram implementadas principalmente a partir dos governos militares e foram dirigidas prioritariamente para o segmento dos grandes proprietários fundiários, contemplando os cultivos e criações para a exportação localizadas na região Centro-Sul

⁷Revolução Verde: Termo criado na conferência de Washington, por Willian Gown. Consiste num programa de inovações tecnológicas para a agricultura, que visava o aumento da produtividade através da modificação nas sementes, nos adubos, na fertilização do solo, nos agrotóxicos e na mecanização. Surgiu na década de 1950, foi implementado logo após a Segunda Guerra Mundial, aproveitando os avanços e conhecimentos tecnológicos da época. O objetivo era o de erradicar a fome nos países subdesenvolvidos. Isto não ocorreu e, além disso, a Revolução Verde deixou de fazer sentido quando os agricultores familiares começaram a enfrentar grandes problemas, por ser um programa criado para os grandes agricultores, fazendo com que os outros não conseguissem se adaptar às novas técnicas e não atingissem a produtividade, dificultando a sua permanência no sistema.

do país onde predominavam dois padrões de estrutura social rural: agroindústrias e grandes propriedades do centro e o sítio familiar capitalizado no sul (Goodman, Sorj e Wilkinson, 1985; Gonçalves Neto, 1997; Mazoyer e Roudart, 2001).

A segunda revolução agrícola dos tempos modernos, entretanto, não levou à homogeneização da agricultura segundo o padrão moderno preconizado. O principal objetivo do projeto de modernização foi a criação de empreendimentos agrícolas intensivos, de larga escala e especializados. Entretanto, os agricultores responderam a esse contexto de diferentes maneiras, alguns seguiram o padrão recomendado pelo projeto de modernização, outros, porém, adotaram estratégias diferentes para se ajustar às condições de mercado, aos formatos tecnológicos e às políticas vigentes (Ploeg, 2000).

Os agricultores organizam seus sistemas de produção agrícola de maneira mais ou menos integrada aos mercados e aos formatos tecnológicos recomendados predominantemente. Tais sistemas de produção agrícola funcionam a partir de dois fluxos de recursos: num deles os meios de produção são mobilizados no mercado, no outro eles são reproduzidos na própria unidade de produção agrícola. Conforme predomina o primeiro fluxo sobre o segundo, o agricultor reduz sua margem de manobra. Quando predomina o segundo fluxo, ocorre o inverso: a diversidade (ou heterogeneidade) da estrutura agrária corresponde a diferentes respostas dos agricultores quanto à maior ou menor adoção das tecnologias agrícolas modernas e sua correspondente mobilização de recursos junto aos mercados. As diferentes respostas são diferentes posições sobre uma linha entre o predomínio absoluto do primeiro fluxo e o do segundo (Ploeg, 1994, 2008).

Analisando o processo de modernização da agricultura na Europa Ocidental, Mazoyer e Roudart (2001), também apontam que a especialização não é tão rigorosa quanto se diz, pois a mono

produção é bastante rara. Para os autores, o processo de especialização “[...] não impede que algumas explorações se afastem do padrão em razão da sua dimensão (as pequenas explorações têm interesse em praticar sistemas de produção mais exigentes em trabalho), do seu equipamento ou do seu saber fazer (*savoir-faire*) singular” (Mazoyer e Roudart, 2001, p. 385).

Analizando o contexto da América Latina, Dufumier (1990, 2007) também afirma que existe uma diversidade de formas de agricultura, as quais correspondem a diferentes respostas dos agricultores frente aos condicionantes para eles colocados. Para o autor, em uma mesma região, os agricultores não produzem necessariamente sob as mesmas condições econômicas e sociais. Para reproduzir suas condições de existência e melhorar seu nível de vida os agricultores podem ter interesse ou não em utilizar determinadas técnicas e praticar determinados sistemas de produção agrícola (Dufumier, 1990, 2007).

No contexto destas agriculturas que diferem do modelo ideal da agricultura moderna, emergiram (e emergem) as chamadas agriculturas alternativas. Sob essa terminologia foram abrigadas várias experiências de agricultura que pretendem modificar o todo ou partes do que se designa como agricultura moderna. São formulações teóricas sobre a agricultura que se traduzem de maneira mais ou menos coerente na prática agrícola de agricultores ou grupos de agricultores. Em seu artigo, *Da agricultura alternativa à agroecologia: para além das disputas conceituais*, publicado em 1996, Eli Lino de Jesus sintetizou as proposições das diferentes formulações que encontram abrigo na designação de agricultura alternativa: agricultura orgânica, agricultura biodinâmica, agricultura biológica, agricultura ecológica, agricultura natural, permacultura, agricultura regenerativa e agricultura sustentável. De acordo com Jesus (1996), corroborado por Lima (2005), os trabalhos

de Miguel Altieri e Stephen Gliessman (principalmente o primeiro) sistematizaram conceitos de ecologia e agronomia que unificam estes diferentes pensamentos e os popularizaram sob a definição de agroecologia (Jesus, 1996; Gliessman, 2001; Altieri, 2002; Lima, 2005).

A pesquisa de Reijntjes, Haverkort e Waters-Bayer (1999), sistematiza várias práticas agrícolas que divergem do padrão tecnológico da agricultura moderna. As práticas descritas por esses autores foram observadas junto a pequenos agricultores nos chamados países subdesenvolvidos. Conceituam essas práticas como Agricultura Sustentável e de Baixo Uso de Insumos Externos (LEISA⁸), as quais “[...] fazem uso ótimo dos recursos naturais e humanos localmente disponíveis (tais como solo, água, vegetação, animais, trabalho humano, conhecimentos e habilidades locais) e é, ao mesmo tempo, economicamente viável, ecologicamente apropriada, culturalmente adaptada e socialmente justa” (Reijntjes, Haverkort e Waters-Bayer, 1999, p.2). Segundo os autores, a LEISA não excluiria a utilização de insumos externos como adubos, máquinas, animais e sementes selecionadas, mas os utilizaria de maneira mais parcimoniosa.

A agricultura econômica é um estilo de agricultura definido como “[...]uma estratégia para *conter os custos monetários* dos investimentos e empréstimos e as despesas com insumos externos” (Ploeg, 2000, p. 499). Segundo o autor, a agricultura econômica é um primeiro passo para a agricultura tipo LEISA. Neste estilo de agricultura, além da contenção dos custos monetários com recursos externos à unidade de produção agrícola, também se enfatiza a mobilização, uso, desenvolvimento e reprodução dos recursos internos. Pesquisas empíricas (estudos de caso) sobre a performance econômica deste estilo de agricultura demonstraram que os agricultores econômicos, se

⁸Low External Input and Sustainable Agriculture (LEISA).

analisados por um único indicador (valor agregado líquido, por exemplo) dos seus sistemas de produção, não diferem significativamente dos agricultores especializados. Entretanto, ao se analisar um conjunto de indicadores (valor agregado líquido, renda líquida, eficiência técnica, emprego da força de trabalho) os agricultores econômicos mostram ser mais eficientes e competitivos.

Segundo Bonny (1993), o modelo produtivista que demanda grande necessidade de capital e provoca inúmeros danos ambientais além de apresentar elevados custos de suporte dos mercados e estagnação dos lucros dos agricultores, foi cedendo lugar a modos e condutas mais técnicas e padronizadas tanto no aspecto das formas de produção quanto na gestão das explorações. Hoje existem fortes exigências de qualidade e de redução da poluição, melhor aproveitamento do espaço e da área, uso de técnicas mais “éticas”, produção de serviços na área rural, manutenção da população agrícola e exigências de competitividade. Além de buscar práticas que maximizem o bem-estar social dos trabalhadores e produtores e a preservação ambiental.

Dessa forma chegaríamos a uma agricultura multifuncional (que inclua atividades rurais não agrícolas), diversificada (diferentes formas de produção agrícola), adaptável e flexível (a evolução dos diferentes segmentos da demanda e das negociações internacionais) e imaginativa (para responder à diversidade de demanda, proteger o meio ambiente e valorizar os espaços rurais), que reflete aquilo que se define como agricultura sustentável, isto é, economicamente viável, ecologicamente sadia e socialmente aceitável (Bin, 2004, p. 49).

2.1.2 Sistemas de produção e organização das unidades rurais

O sistema de produção agrícola é a combinação específica (natureza e proporções) de atividades produtivas, de meios de produção e da força de trabalho disponíveis para artificializar o ecossistema. Num determinado sistema agrário, os sistemas de produção não são homogêneos, pois o ecossistema cultivado, a disponibilidade da força de trabalho e os demais meios de produção variam segundo o estatuto social e a acumulação de cada agricultor. Estes critérios permitem que um sistema social produtivo seja representado por um número limitado de tipos de unidades de produção definidos técnica, econômica e socialmente (Mazoyer e Roudart, 2001).

Para Cochet e Devienne (2006), discutir sistema de produção abrange tanto a estrutura quanto a organização e o funcionamento das unidades de produção agrícolas. Isso significa entender o que fazem os agricultores, como e porque (como combinam diversas atividades e práticas agrícolas no âmbito das suas explorações, qual é a racionalidade das suas práticas, quais são os constrangimentos técnicos e econômicos aos quais eles estão confrontados) e avaliar os resultados que eles obtêm (performances técnicas e resultados econômicos).

Segundo Wünsch (1995), o emprego do conceito de sistemas de produção teve início na década de 60, para fins de pesquisa operacional e programação linear. A ideia de combinação entre elementos se expressa na definição de Chombart de Lauwe, citado por Dufumier (2007): “O sistema de produção é a combinação das produções e dos fatores de produção (terra, trabalho e capital de exploração) na unidade de produção agrícola” (Lauwe *et al.*, 1969 *apud* Dufumier, 2007. p. 85).

Esta noção, entretanto, foi ampliada durante a década de 1970, de acordo com Dufumier (2007), pelo trabalho de Reboul (1976) que

considerava o sistema de produção agrícola para além dos limites de uma unidade de produção agrícola:

É um modo de combinação entre terra, força e meios de trabalho para fins de produção vegetal ou animal, comum a um conjunto de explorações. Um sistema de produção é caracterizado pela natureza dos produtos, da força de trabalho (qualificação), dos meios de trabalho utilizados e por suas proporções (Reboul, 1976 *apud* Dufumier, 2007, p. 86).

De acordo com Wünsch (1995), mais tarde essa conceituação evoluiu agregando a noção de objetivo. O autor cita Tourte (1978) para quem o sistema de produção agrícola é o conjunto de produções vegetais e animais e de fatores de produção, terra, trabalho e capital, gerido pelo agricultor com vistas a satisfazer seus objetivos socioeconômicos e culturais ao nível do estabelecimento agrícola (Tourte, 1978 *apud* Wünsch, 1995).

Já na década de 1980, segundo Wünsch (1995), Sebillote (1981) avançaria colocando a noção de estabelecimento agrícola composto por dois subsistemas em interação: um que comportaria a racionalidade do agricultor (objetivos, decisões, organizações) e outro que comportaria as características do meio de produção e os fatores externos que condicionam a produção. A interação destes dois subsistemas constitui o sistema de produção (Sebillote, 1981 *apud* Wünsch, 1995).

Wünsch (1995) também resgata uma importante contribuição de Bourgeois (1983) que auxilia a superar os disjuntivos sistemas de produção agrícola e unidade de produção agrícola. Segundo o autor, o funcionamento do sistema de produção é o resultado de um encadeamento de decisões. Quando se refere a unidade familiar de

produção significa dizer que as decisões são tomadas no seio de uma família, vivendo, ao menos em parte, da produção agrícola e que, em termos de orientação do financiamento, do emprego do tempo, a família e o sistema de produção não são independentes. O sistema de produção, no entanto, não está isolado, pelo contrário, está imerso em um contexto social econômico e ecológico, com o qual mantém inter-relações que condicionam as escolhas e o seu funcionamento (Bourgeois, 1983b *apud* Wünsch, 1995).

Apollin e Eberhart (1999), afirmam que da mesma maneira que sistema agrário é um conceito e agricultura um objeto real, sistema de produção é um conceito, enquanto a unidade de produção agrícola, suas diferentes parcelas, os trabalhadores, as atividades, as produções são o objeto real. Portanto, o conceito é genérico e serve para apreender o funcionamento e a lógica imprimida pelos agricultores ao seu aparelho produtivo (Apollin e Eberhart, 1999).

Para Dufumier (2007) o sistema de produção agrícola é uma combinação mais ou menos coerente de três subsistemas: os sistemas de cultivo, definidos com base nas parcelas ou grupos de parcelas trabalhadas de maneira homogênea, segundo os mesmos itinerários técnicos e sucessões de culturas; os sistemas de criação definidos com base nos rebanhos ou parte deles; e os sistemas de transformação, “na propriedade”, dos produtos agrícolas: debulha dos grãos, fabricação de cerveja de bananas, fabricação de manteiga e queijos de fazenda, etc. (Dufumier, 2007).

Ainda segundo o autor, uma região agrícola, relativamente homogênea, à qual corresponde um conceito de sistema agrário também apresenta suas heterogeneidades internas, as quais devem ser estudadas detalhadamente para compreender este sistema agrário. De acordo com Mazoyer e Roudart (2001, p.42), “[...] o desenvolvimento de um sistema agrário resulta da dinâmica de suas unidades de produção”.

Por isso, a análise-diagnóstica, mesmo quando trata de conhecer os sistemas de produção agrícola, parte de níveis mais abrangentes. Dessa maneira, segundo Dufumier (2007), se procura demonstrar os diferentes tipos de terreno, de recursos hídricos e de biodiversidade, bem como as infraestruturas sociais que compõem a região. Complementarmente, a análise-diagnóstica permite verificar as diferentes condições de acesso a esses recursos pelas diferentes categorias de agricultores da região. As diferentes condições de acesso influenciarão na conformação de diferentes sistemas de produção agrícola.

Para Dufumier (2007), a partir de então, é possível elaborar uma tipologia das unidades de produção agrícola. Esta tipologia tem a finalidade de mostrar como as diversas categorias de agricultores praticam diferentes sistemas de produção agrícola, de acordo com os recursos de que eles dispõem e com a natureza das relações sociais em cujo contexto eles operam. Isso quer dizer que não são somente as condições ecológicas de cada unidade de produção agrícola que determinam o tipo de sistema de produção praticado pelos agricultores. Eles também levam em consideração condicionantes econômicas, sociais e culturais.

A elaboração da tipologia também tem a finalidade de agrupar sistemas de produção agrícola e categorias de agricultores segundo um número limitado de tipos, a fim de que a investigação não se perca num “sem fim” de levantamentos pouco úteis e repetitivos. A tipologia é que liga a realidade empírica à construção conceitual da agricultura na região e dos diferentes sistemas de produção agrícola que compõem essa agricultura (Cochet e Devienne, 2006).

Neste ponto, a construção de tipologias das unidades de produção agrícola e/ou sistemas de produção encontra uma

interessante aproximação com a de estilos de agricultura proposta por Ploeg, donde:

[...] a agricultura, enquanto um “fluxo organizado de atividades através do tempo”, pode seguir diferentes padrões. Cada padrão está baseado numa particular coordenação de forças, envolvendo relações diferentemente estruturadas com mercados e tecnologia, e finalmente, envolve uma específica, mas coerente, organização da propriedade e uma estruturação específica do processo de trabalho (Ploeg, 1994, p. 15).

Ainda de acordo com Ploeg (1994), o estudo e a compreensão da heterogeneidade necessitam de esquemas de classificação (ou tipologias). O autor, entretanto, faz uma crítica à maneira como a pesquisa agrícola tipicamente realiza as tipologias, partindo da combinação de lavouras e criações num determinado ponto do tempo e do espaço. Segundo o autor, esse procedimento apresenta pelo menos três importantes problemas. O primeiro é que de um ano para outro os agricultores podem modificar (recombinar) completamente essa combinação de lavouras e criações, substituindo uma atividade por outra (que seja mais rentável, por exemplo). O segundo é que ao tomar a heterogeneidade como ponto de partida a tipologia poderá levar a um esquema de classificação desnecessariamente complexo e confuso. E o terceiro problema é que tal classificação poderá obscurecer os diferentes itinerários técnicos seguidos para um mesmo cultivo (Ploeg, 1994).

Em contrapartida, Ploeg (1994), propõe que uma tipologia deve partir da análise cuidadosa dos padrões subliminares de agricultura em termos de um fluxo estrategicamente organizado de atividades através do tempo. Os padrões permitiriam isolar teoricamente as tendências de desenvolvimento exógeno, endógeno ou estagnação; fenômenos tais

como especialização ou reprodução da agricultura diversificada, e tendências tais como mudanças bruscas de um conjunto de lavouras para outras ou adaptação flexível através do tempo, etc. Para o autor, se as estratégias subjacentes são ignoradas, isto é, se ligações entre níveis teóricos e empíricos, entre passado, presente e futuro, e entre trabalhadores agrícolas e o ambiente no qual eles operam, são eliminadas da classificação, então ficarão perdidas mais tarde no sem esperança e confuso empirismo (Ploeg, 1994).

A aparente contradição entre as proposições de Ploeg (1994) e de Dufumier (2007), entretanto, pode se tornar complementaridade. O segundo, não obstante definir o sistema de produção com base nos sistemas de cultivo, criação e transformação, afirma que a consideração dos processos históricos através dos quais os agricultores foram levados a praticar os diferentes sistemas de produção permite a elaboração das tipologias. Com efeito, os processos históricos podem ser compreendidos como os estilos de agricultura de que fala Ploeg (2004).

2.2 Os assentamentos rurais brasileiros

Os assentamentos rurais se constituem na ligação entre a agricultura, as políticas públicas e as famílias agricultoras, sobretudo aquelas com perfil socioeconômico para serem assentadas.

Segundo dados⁹ publicados pelo INCRA e atualizados em setembro de 2016, o Programa Nacional Reforma Agrária (PNRA) já

⁹Projetos de Reforma Agrária – dados Brasil - criados e reconhecidos pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), sob a jurisdição e atuação das Superintendências Regionais do INCRA. A relação dos Projetos de Reforma Agrária é extraída em arquivo PDF do Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária – SIPRA, disponibilizada por ordem de Superintendência Regional e data de criação/reconhecimento do projeto, constando a denominação, município de localização, área, capacidade e assentamento de famílias, bem como os tipos dos PAs.

beneficiou cerca de um milhão de famílias brasileiras, distribuídas em 9.348 assentamentos rurais localizados nas vinte e sete unidades da federação (INCRA, 2017).

Sobre este processo de reforma agrária e assentamentos rurais, há diversas linhas de pensamentos e ideias que permeiam os debates.

Para Abramovay (1994), na implantação dos assentamentos, dentre muitas, é possível encontrar três concepções distintas que emergem de diferentes pressupostos teórico-metodológicos. A primeira delas considera que os assentamentos se justificam simplesmente pela situação social das famílias e pela luta que travam para conquistar terra e cidadania, não fazendo sentido o questionamento da oportunidade e da necessidade de reforma agrária, muito menos da sua “competitividade”. Uma segunda corrente de pensamentos aceita a realização de assentamentos somente se eles lograrem igualar ou superar o nível de rentabilidade econômica das empresas rurais já existentes. E existem aqueles que procuram fundamentar a noção de competitividade econômica dos assentamentos em torno do custo de oportunidade do trabalho dos assentados.

Representando a primeira corrente, as diversas entidades que representam o movimento de luta pela terra e o movimento sindical rural, a implantação de assentamento se justifica por uma questão social que não se resolveria com políticas sociais de renda mínima para uma população desempregada expulsa do campo pelo progresso técnico das grandes lavouras e pela expropriação realizada pelo latifúndio. Para esta população que não encontra oportunidade de vender sua força de trabalho o Estado deveria garantir terra. Esta posição é reforçada por diversos estudos sobre a questão dos assentamentos. Graziano da Silva (2008), afirma que mesmo que o campo brasileiro tenha elevado os índices de produtividade sem reforma agrária, ela continua necessária como medida para enfrentar a questão do desemprego. Medeiros

(2007), citando os estudos de Sparovek (2003), Leite *et al.* (2004) e Medeiros e Leite (2004), aponta que os assentamentos rurais geram ocupação, diversificam a pauta produtiva dos municípios, levam ao aumento dos postos de trabalho (agrícola e não-agrícola), elevam a qualidade de vida das famílias beneficiárias e chegam a provocar a reorganização do espaço rural em algumas situações.

Outro ângulo de análise dos assentamentos pode ser encontrado no trabalho de Castro (1992), citado por Abramovay (1994), em que o autor conclui, com base nos dados de um estudo do BNDES realizado em 1992, que apenas 20% dos agricultores assentados são exitosos em se tornar agricultores profissionais, com renda monetária suficiente para viver dignamente e continuar a reinvestir na produção agrícola. E que, portanto, a reforma agrária não seria uma medida eficaz de redistribuição de renda. Castro (1992) não computou a produção consumida pela família para integralizar a renda monetária auferida pelas famílias, pois seu critério de avaliação é a taxa de lucro do capital investido na agricultura, ou seja, o custo de oportunidade do capital.

A terceira corrente de pensamento discute a competitividade dos assentamentos rurais, considerando também as rendas não monetárias e o custo de oportunidade do trabalho. Basilar dessa posição foi o estudo da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO-1992), segundo o qual a renda total das famílias resultava da soma da renda agrícola líquida, o valor da produção destinada ao autoconsumo e as rendas não-agrícolas. Este valor da renda total das famílias foi confrontado, pelo estudo, com os níveis de renda que elas conseguiriam obter em outros setores da economia, demonstrando ser a reforma agrária uma política mais eficaz de enfrentamento da pobreza.

Para Santos (2001) e Araújo Filho (1996), a reforma agrária está relacionada, também, ao resgate da cidadania das famílias que estão

excluídas do processo econômico e social devido à crescente e generalizada exigência de maior qualificação dos trabalhadores urbanos e o fato de que o crescimento econômico, nas últimas décadas, não foi suficiente para gerar postos de trabalho para toda a população economicamente ativa do país.

Para Furtado e Furtado (2000) qualquer estratégia que vise o desenvolvimento dos assentamentos deve ter como premissa o seu entendimento como,

Uma complexidade, uma especificidade de integração social, uma forma multiforme que incorpora, na mesma figura social, uma conquista coletiva, um pequeno patrimônio produtivo diferenciado e, também, uma instituição tutelada e burocratizada que, com muita frequência resiste à emancipação. São comunidades de agricultores construídas nos processos de luta pela terra e também de organizações formais, associações ou cooperativas, seus instrumentos de negociação com o poder (Furtado e Furtado, 2000, p. 56).

Para Zander Navarro (1997) os assentamentos realizados nos anos precedentes (supostamente a partir do I Plano Nacional de Reforma Agrária, da Nova República e, principalmente, depois da promulgação da Lei Agrária, em 1993¹⁰, seu papel e resultados, eram temas importantes para o debate. Acrescentava a pergunta se eles mereceriam a aprovação, como resultado da aplicação dos fundos públicos. Para Navarro, se os assentamentos forem avaliados por seus resultados produtivos e tecnológicos, as centenas de assentamentos já

¹⁰ Segundo Sparovek (2003) foram assentadas até 1994, no Brasil, aproximadamente 130 mil famílias em 800 projetos de assentamento. Segundo este mesmo autor, de 1995 a 2001 foram implantados mais 3.500 assentamentos e beneficiadas 330 mil famílias.

formados evidenciam poucos resultados, largamente insatisfatórios, na maior parte dos casos. Para o autor, estes resultados decorrem de equívocos de duas naturezas: organizativa e tecnológica. A imposição, pelas direções dos movimentos sociais a que estão ligados os assentamentos, de um modelo de organização da produção altamente controlado e até militarizado confronta-se com as expectativas e trajetórias das famílias assentadas. Os conflitos decorrentes impedem a consolidação de formas cooperativas necessárias ao sucesso dos assentamentos. Sobre o aspecto tecnológico, Navarro (1997) diz que a maioria das famílias assentadas se divide entre duas trajetórias: aquelas que praticam uma agricultura de subsistência e outras que adotam o padrão tecnológico da agricultura “moderna”, dependente de insumos agroindustriais adquiridos via mercado e endividamento junto ao sistema bancário. Num e outro caso poucas chances terão de sobreviver economicamente no médio prazo. O autor ainda assevera que existem padrões alternativos mais adequados, mas que na maioria dos casos a ATER¹¹ (Assistência Técnica e Extensão Rural) ainda não possibilitou o acesso das famílias assentadas a esse conhecimento.

A questão da produção agrícola nos assentamentos de reforma agrária também foi tratada por Guilherme C. Delgado em publicação da Revista Reforma Agrária, da ABRA¹², em 2007. Nesta, Delgado afirma que “[...] O assentamento de reforma agrária é uma construção inacabada, carente de projeto viável de transformação

¹¹ATER: Assistência Técnica e Extensão Rural. No assentamento Itamarati existe a AGRAER, agência de extensão rural.”[...] A equipe de assistência técnica do P. A. Itamarati atende a totalidade das famílias assentadas, com uma equipe composta por 02 engenheiros agrônomos, 01 técnico em agropecuária e 01 extensionista social rural, o que dá uma relação aproximada de 229 famílias por técnico. Isso provoca uma queda na qualidade dos trabalhos, o que gera um mal-estar entre os assentados, embora estejam cientes das causas reais deste problema” (PDA, 2002. p. 25).

¹²ABRA = Associação Brasileira da Reforma Agrária.

socioeconômica”. O autor prossegue em sua argumentação dizendo que o assentamento rural é uma figura jurídica nova e que carece da complementação de outras ações do Estado no sentido da execução da reforma agrária para consistir num projeto de desenvolvimento.

Segundo Delgado (2007b), o desenvolvimento do assentamento tem uma finalidade bem definida, que é “[...] atender aos princípios da justiça social e ao aumento da produtividade”. A produtividade social do trabalho é um conceito chave na argumentação de Delgado, ao lado da criação de empregos para toda a força de trabalho atual dos assentamentos e das futuras gerações, consolidando a transformação da estrutura de propriedade fundiária. A elevação da produtividade é um imperativo para que as famílias gerem excedentes monetários suficientes para escapar de uma economia de subsistência.

Para o autor, a produtividade social do trabalho num assentamento rural deve diferir fundamentalmente daquela nas propriedades do chamado “agronegócio”, no qual os custos considerados são apenas os privados, relegando os custos sociais a meras externalidades. A produtividade social do trabalho deverá cobrir os custos privados de produção, permitir a apropriação da renda fundiária locacional e de fertilidade do solo, evitar danos aos recursos naturais, incorporar inovações técnicas adequadas, viabilizar a cooperação entre as famílias assentadas (Delgado, 2007b).

Segundo Delgado (2007b), a elevação da produtividade do trabalho nos assentamentos rurais requer o planejamento a partir do espaço público. Entretanto, não um planejamento onde o Estado assume também a execução, mas um planejamento no qual ele toma algumas medidas que apoiem e induzam a viabilidade social do assentamento.

Delgado (2007a), em seu texto *Uma proposta para o desenvolvimento dos assentamentos*, apresenta a ideia de que é necessário

desenvolver os assentamentos para que possam se reinserir economicamente em novas bases. O projeto alternativo de desenvolvimento seria realizado pela geração de um excedente econômico sob novas relações de trabalho, outra organização produtiva e práticas ecológicas de cuidado ambiental. Tal projeto pode (e deve) ser estimulado por políticas públicas. O autor destaca dentre elas o PRONAF (Programa Nacional para o Fortalecimento da Agricultura Familiar) e o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar), encaminhados por um melhor arranjo institucional dos órgãos envolvidos (MDA/INCRA, MDS e CONAB/MAPA).

Os trabalhos de Navarro (1997) e Delgado (2007) convergem quando ambos dizem que os assentamentos rurais resultam numa melhora nas condições de vida e na produtividade da força de trabalho das famílias beneficiárias em relação à sua situação anterior à entrada nos lotes. E, convergem quando anotam que esse desenvolvimento está aquém do necessário para garantir o sucesso ou a continuidade das famílias na agricultura. Na questão da produtividade social do trabalho, aspecto que deriva do progresso técnico, os autores identificam duas tendências nas experiências existentes de assentamentos: a prática de uma agricultura de “subsistência” ou a adoção do padrão tecnológico da agricultura “moderna”. E convergem, ainda, na ideia de que é necessário elevar a produtividade do trabalho, mas implementando um padrão tecnológico distinto daquele do “agronegócio”¹³.

¹³ Agronegócio: É a modalidade econômica que reúne relações comerciais e industriais que envolvem a chamada cadeia produtiva agrícola e/ou pecuária.

2.3 Desenvolvimento e território rural

Segundo Vasconcellos e Garcia (1998), desenvolvimento, em qualquer concepção, deve resultar do crescimento econômico acompanhado de melhoria na qualidade de vida, ou seja, deve incluir:

[...] as alterações da composição do produto e a alocação de recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia) (Vasconcellos e Garcia, 1998, p. 205).

Para Souza (2009), o desenvolvimento econômico tem raízes teóricas e empíricas. As origens teóricas são encontradas no pensamento mercantilista presente no pacto colonial. Já as origens empíricas estão vinculadas a conjunturas vividas pela economia mundial, no qual o resultado foi o aumento da concentração de renda e riquezas dentro dos países e pelo agravamento de disparidades no desenvolvimento entre países pobres e ricos.

[...] a ideia de desenvolvimento econômico é um simples mito. Graças a ela tem sido possível desviar as atenções da tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abrem ao homem os avanços da ciência, para concentrá-las em objetivos abstratos como são os investimentos, as exportações e o crescimento (Furtado, 1974, p.75).

Para o autor, captar a natureza do subdesenvolvimento não é tarefa fácil, haja vista as suas múltiplas dimensões. Os parâmetros para medi-lo são o grau de acumulação de capital direcionado aos processos produtivos e o grau de acesso a gama de bens finais oriundos dessa

acumulação de capital. O subdesenvolvimento, portanto, estaria relacionado a uma maior heterogeneidade tecnológica resultante da natureza das relações externas desse tipo de economia.

O conceito de desenvolvimento é dinâmico e apresentou mudanças ao longo do tempo. Segundo Dias (2011), desde o final da Segunda Guerra Mundial até o início dos anos 1970, o termo desenvolvimento era entendido como sinônimo de crescimento econômico, tendo na industrialização seu principal alavanque. Ademais, conforme complementa a autora, “[...] os projetos de industrialização haviam sido insuficientes para garantir processos socialmente includentes, capazes de eliminar a pobreza e combater as desigualdades” (Dias, 2011, p. 62), e procurou-se incluir no conceito alguns qualificativos que dessem conta de suas lacunas, a exemplo do aspecto social trazido ao conceito.

Mendes e Teixeira (2004) fazem uma releitura das principais ideias de Furtado (1974), no que diz respeito ao processo de desenvolvimento econômico brasileiro. Os autores apontam a relevância da questão regional e o papel do mercado interno como fator dinâmico no processo de crescimento e desenvolvimento econômico do país, segundo a ótica de Furtado. Nesse sentido, cabe a seguinte passagem dos autores:

Fica clara, portanto, a mensagem que perpassa toda a obra de Furtado que o crescimento econômico não é condição suficiente para superar o subdesenvolvimento, mas somente mediante a aplicação de reformas estruturais importantes, entre as quais, a superação das desigualdades sócio-econômicas, que em última instância estão refletidas em desigualdades regionais de renda, produto, educação, salário, saúde, etc. (Mendes e Teixeira, 2004, p. 15).

Barbosa, Wolf e Schlindwein (2011) fazem uso das palavras de Mendes e Teixeira quando se trata de desigualdades socioeconômicas e desenvolvimento:

Dessa forma Mendes e Teixeira (2004) defendem que a superação das desigualdades socioeconômicas regionais proporcionaria ao mercado interno o papel de dinamizador do desenvolvimento econômico sustentado do país, de forma que esse processo não seja comprometido por choques externos de cunho comercial, tecnológico ou financeiro (Barbosa, Wolf e Schlindwein, 2011).

Souza (2009) concorda que não existe uma aceção comum e inflexível sobre o conceito de desenvolvimento econômico, já que é notório que existem duas correntes de pensamento distintas sobre o assunto. Sobre isto, citando Souza (2009), Barbosa, Wolf e Schlindwein dizem:

[...] uma que o considera como sinônimo de crescimento econômico e outra que considera crescimento econômico como condição indispensável, mas não suficiente para o desenvolvimento econômico, o referido autor assim conceitua o desenvolvimento econômico: “[...] existência de crescimento econômico contínuo (g), em ritmo superior ao crescimento demográfico (g^*), envolvendo mudanças de estruturas e melhoria de indicadores econômicos, sociais e ambientais” (Souza, 2009, p.7 *apud* Barbosa, Wolf e Schlindwein, 2011).

Ainda sobre o desenvolvimento, os autores discorrem baseado em inovações tecnológicas e no crédito para custeio deste processo:

O desenvolvimento baseado em inovações tecnológicas, no papel do empresário para fomentar a inovação e no crédito destinado ao custeio do processo inovador, é apresentada por Schumpeter (1982). Para o referido autor, a economia sem desenvolvimento é representada por um fluxo circular em equilíbrio, no qual as inovações tecnológicas e o processo de produção são rotineiros, em que o empresário não exerce nenhum papel, assim como o crédito, haja vista que as próprias receitas do fluxo circular financiam a produção. No fluxo circular “[...] as relações entre as variáveis ocorrem em condições de crescimento equilibrado, sendo determinadas pelo ritmo de expansão demográfica” (Souza, 2009, p. 126 *apud* Barbosa, Wolf e Schlindwein, 2011).

Os autores continuam citando Schumpeter: (1982, p. 47), define desenvolvimento econômico como “[...] uma mudança espontânea e descontínua nos canais de fluxo, uma perturbação do equilíbrio, que altera e desloca para sempre o estado de equilíbrio previamente existente” (Schumpeter, 1982, p. 47 *apud* Barbosa, Wolf e Schlindwein, 2011).

Assim, há desenvolvimento quando existe o rompimento do fluxo circular, ajuizado por novas combinações de meios produtivos, o que acaba gerando inovações. O empresário é o responsável por coordenar essas inovações e sua principal função é pô-las em prática e acumulando algumas outras funções como a econômica e administrativa. Desta maneira, o crédito para investimento de longo prazo torna-se imprescindível para a viabilização do desenvolvimento por meio do financiamento dos processos inovadores (Barbosa, Wolf e Schlindwein, 2011).

Entender o impacto social de uma inovação tecnológica requer o entendimento do que é a própria inovação e para tal a abordagem schumpeteriana nos parece pertinente. Schumpeter (1964) afirma que o processo de inovação contribui fortemente na configuração do caráter dinâmico e evolutivo do capitalismo por meio do fenômeno da

destruição criadora, ou seja, um fenômeno de mutação industrial, que incessantemente revoluciona a estrutura econômica a partir de dentro, incessantemente destruindo-a e recriando-a (Bin, 2004).

Em contraste às visões sobre desenvolvimento até aqui apresentadas, os autores citam ainda a obra de Sen (2000): “[...] o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam”, e complementam:

O enfoque nas liberdades humanas contrasta com visões mais restritas de desenvolvimento, como as que identificam desenvolvimento com crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB), aumento de rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico ou modernização social (Sen, 2000, p. 17 *apud* Barbosa, Wolf e Schlindwein, 2011).

Neste sentido, a obtenção das liberdades, por si só, constitui-se em um dos objetivos do processo de desenvolvimento e se pode entender o subdesenvolvimento como a privação destas liberdades. A proposição do desenvolvimento como liberdade reflete uma análise mais ampla sobre o conceito de desenvolvimento que se opõe à habitual abordagem de considerar o desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico ou de considerar que desenvolvimento é uma consequência do crescimento.

Para Melo e Parré (2007), ao se analisar desenvolvimento devem ser consideradas tanto as transformações tecnológicas quanto as sociais, as distributivas e as econômicas. É um conceito complexo e multissetorial que abrange uma gama de indicadores demográficos, econômicos, sociais e ambientais.

Kageyama (2004) diz que “o desenvolvimento econômico, social, cultural e político é um conceito complexo e só pode ser definido

por meio de simplificações, que incluem *decomposição* de alguns de seus aspectos e *aproximação* por algumas formas de medidas” (Kageyama, 2004, p. 1 *apud* Barbosa, Wolf e Schlindwein, 2011).

Os autores continuam sobre Kageyama “a autora complementa que, devido à complexidade do conceito recorre-se a simplificações mentais para o seu estudo, a exemplo de estudar separadamente o ‘desenvolvimento econômico’ ou o ‘lado rural do desenvolvimento’.” (Kageyama, 2004, p. 1 *apud* Barbosa, Wolf e Schlindwein, 2011).

Assim, a considerar as teorias sobre desenvolvimento aqui apresentadas, pode-se entender que desenvolvimento é a melhoria das dimensões econômica, social, ambiental e institucional, sendo estas melhorias mensuradas por variáveis e/ou indicadores, podendo ser entendidas como melhoria nas condições de vida e de bem-estar das pessoas.

2.3.1 Desenvolvimento rural e realidade empírica dos assentamentos

Lucena e Souza (2001) pesquisaram a influência do setor agrícola no processo de desenvolvimento brasileiro entre 1990 a 1998, focando o estudo na influência das políticas agrícolas do Estado e a influência dos produtos vinculados à agricultura nas modificações da estrutura produtiva da economia brasileira e seus respectivos impactos sobre o desenvolvimento brasileiro. Fizeram uso do modelo de Leontief para chegar à matriz dos coeficientes diretos e indiretos de insumo-produto, e com o auxílio do método de Rasmussen-Jones, os autores calcularam índices de encadeamento vertical e horizontal da produção e do emprego, chegando à conclusão de que a atividade agrícola exerce intensa simplificações de encadeamento entre produção e emprego originados no seio dessa atividade, tanto por meio da compra como pela venda de insumos agrícolas.

Barbosa, Wolf e Schlindwein (2011) apontam que os trabalhos de Mueller e Martha Júnior (2008) mostram a evolução da agropecuária em regiões do cerrado que classificaram de dinâmicas e buscaram mensurar a evolução do nível de desenvolvimento socioeconômico dessas regiões, por meio da análise da evolução da média ponderada do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), para os municípios abrangidos por essas regiões, com a ponderação dada pela participação da população dos municípios na população total da região, para o período de 1991 e 2000. Os estudiosos mostram que Muller e Júnior (2008) concluíram que, apesar das melhoras do IDH ocorridas nos municípios que foram abrangidos pelo estudo, o incremento de bem-estar da população não foi tão expressivo como apontou a evolução do IDH e isto, segundo os autores, deve-se à manutenção da estrutura de posse de terra (grandes latifúndios) e ao pequeno crescimento de setores não-agrícolas. Segundo os autores isto comprometeu o desenvolvimento.

Barbosa, Wolf e Schlindwein (2011) mostram sobre os estudos de outros pesquisadores:

Santos, Gualda e Campos (2011) analisaram duas abordagens de políticas regionais voltadas para o desenvolvimento do Nordeste: a primeira delas, baseada nas ideias de Celso Furtado de 1960 a 1980 e a segunda, relacionada com o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Nordeste (PNDE), elaborada durante o primeiro governo Lula. Os autores concluíram que, em geral, há convergência entre as duas estratégias de desenvolvimento apresentadas (Barbosa, Wolf e Schlindwein, 2011, p.25).

Isto ocorre pelo acúmulo de conhecimento das realidades socioeconômicas e políticas regionais, na diversidade territorial e dos

agentes sociais, na regionalização nas estratégias de desenvolvimento, na distribuição de ativos sociais com vistas a atacar a raiz da pobreza e exclusão social e na inserção competitiva da economia regional do Nordeste nos cenários nacional e internacional, via condições logísticas, infraestruturais, de capacitação e inovação.

Sobre o índice de desenvolvimento rural, Barbosa, Wolf e Schlindwein, (2011) defendem:

Melo e Parré (2007) mensuraram o índice de desenvolvimento rural dos municípios paranaenses identificando os fatores determinantes do desenvolvimento destes. Considerando o aspecto fundamental de que o rural não é apenas sinônimo de agrícola, os autores alertaram que houve um grande número de municípios paranaenses em situação de baixo nível de desenvolvimento rural, o que denota que, mesmo estando o processo de modernização da agricultura do Paraná bastante difundido, esse processo não foi expandido de forma homogênea em todo o espaço rural do estado (Barbosa, Wolf e Schlindwein, 2011, p. 30).

Os autores apontam para os estudos de Silva *et al.* (2009) e Shikida (2009), sendo os primeiros sobre municípios mineiros em regiões homogêneas e o segundo para o IDS (Índice de Desenvolvimento Social) do estado do Paraná, respectivamente:

Silva *et al.* (2009) agruparam 853 municípios mineiros em 5 regiões relativamente homogêneas, identificadas a partir das características sociais, econômicas, jurídicas e institucionais de desenvolvimento rural sustentável desses municípios. Foram selecionados 21 indicadores para o estudo, atendendo as seis diretrizes propostas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para se atingir o desenvolvimento rural sustentável. Fazendo uso dos métodos de componentes principais e análise de

cluster, os autores obtiveram sete eixos fatoriais (que representaram 62,93% da variância dos dados), construíram o Índice de Desenvolvimento Rural Sustentável (IDRS) e classificaram os municípios em 5 categorias (*clusters*) quanto ao grau de desenvolvimento. Os resultados apontaram predominância dos municípios enquadrados no *cluster* 1, com exceção de algumas porções concentradas de municípios enquadradas no *cluster* 2, situação observada em parte das regiões mineiras denominadas Triângulo Mineiro, Centro-Oeste e também no Sul de Minas. A minoria dos municípios foi classificada nos *clusters* 4 e 5.

Shikida (2009) fez uso do método dos componentes principais, ferramental da estatística multivariada semelhante à análise fatorial, para calcular o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDS) para os 399 municípios do Estado do Paraná, a partir de 10 variáveis de dimensões de desenvolvimento humano, educação, saúde, renda, cultura e finanças públicas municipais, e analisar a força da correlação entre esse índice e a incidência de crimes violentos para cada município pesquisado. O trabalho concluiu que houve uma correlação negativa entre os crimes violentos e o IDS (os primeiros tendem a cair quando aumenta o IDS), embora a correlação encontrada tenha sido muito fraca (-0,06) (Barbosa, Wolf e Schlindwein, 2011, p. 31).

Santos e Schlindwein (2011), ao analisarem o nível de desenvolvimento socioeconômico de Mato Grosso do Sul, fizeram uma comparação entre o nível de desenvolvimento socioeconômico de Mato Grosso do Sul em relação à região Centro-Oeste. Na área econômica, constataram que o Produto Interno Bruto (PIB) de Mato Grosso do Sul é o menor dentre as outras unidades federativas situadas na região (Goiás, Distrito Federal e Mato Grosso) para o ano de 2007 e uma das menores do Brasil.

Na Microrregião de Dourados, Barbosa, Wolf e Schlindwein (2011), pesquisaram se ocorreram incrementos no desenvolvimento

socioeconômico nos municípios que compõem a região no período que compreende os anos de 1991 e 2000. Os autores concluíram que não houve uma relação direta entre crescimento econômico e desenvolvimento socioeconômico para a Microrregião estudada e foi constatado um nível desigual de desenvolvimento entre os municípios da Microrregião. Concluíram ainda que, de forma geral, os municípios da Microrregião de Dourados seguiram a tendência do país de melhora dos indicadores socioeconômicos a partir da estabilidade econômica, porém, que havia ainda muitos desafios para melhorar esses indicadores em níveis que refletiriam altos padrões de qualidade de vida, como observado nos países mais desenvolvidos.

Na sequência apresentamos o quadro que sintetiza as abordagens conferidas aos autores que nos referenciamos para realizar nosso estudo:

Quadro 1 - Abordagens dos Autores

AUTORES	AGRICULTURAS
Mazoyer (2003)	As transformações da agricultura levaram ao alcance de elevados níveis de produtividade, mas também contribuíram para o empobrecimento e a exclusão de parte dos agricultores;
Ploeg (2000)	Agricultura é um processo que o homem interfere no ecossistema para produzir alimentos e bens úteis; Apesar da forte pressão produzida pela revolução verde, os agricultores responderam de forma diferente;
Araújo (2005)	Agricultura não é só atividade primária, evoluiu a um grande sistema, o agronegócio;
Miguel (2006)	A agricultura moderna chegou ao Brasil a partir da década de 1960;
Dufumier (1990, 2007).	Os agricultores reagiram de formas diversas ao pacote tecnológico da revolução verde;

Jesus (1996)	Alguns agricultores fizeram surgir a agricultura alternativa (agroecologia);
Reijntjes, Haverkort e Waters-Bayer (1999)	Agricultura alternativa é a utilização ótima dos recursos naturais e a menor dependência de insumos externos;
Bonny (1993)	Agricultura exige qualidade e redução da poluição, aproveitar melhor o espaço e uso de técnicas mais “éticas”, com competitividade;
AUTORES	SISTEMAS DE PRODUÇÃO
Mazoyer e Roudart (2001)	É a combinação específica entre natureza e proporções de atividades produtivas;
Cochet e Devienne (2006)	Abrange a estrutura e a organização e funcionamento da unidade de produção;
Wunsch (1995)	É a combinação dos fatores de produção (terra, capital e trabalho);
Dufumier (2007)	É o modo de combinação entre terra e os meios de trabalho para fins de produção vegetal ou animal;
Apollin e Eberhart (1999)	É o funcionamento da unidade de produção, suas parcelas, seus trabalhadores e sua produção;
Ploeg (1994)	É o fluxo organizado de atividades através do tempo;
AUTORES	ASSENTAMENTOS RURAIS E REFORMA AGRÁRIA
Abramovay (1994)	Existem três correntes para justificar a implantação de assentamentos: 1) Implantar pela questão social, luta e cidadania; 2) Implantar se produzir igual às empresas rurais; 3) Implantar se for competitivo em relação ao custo de oportunidade do trabalho do assentado (mercado);
Santos (2001)	A reforma agrária resgata a cidadania e oportuniza ocupação aos trabalhadores excluídos da produção urbana;
Furtado (2000)	São comunidades de agricultores construídas com luta pela terra e suas organizações formais, associações ou cooperativas funcionam como instrumentos de negociação com o poder;
Navarro (1997)	Assentados têm dois perfis: 1) Aquele que produz para a subsistência; 2) Aquele que adota o padrão técnico da agricultura moderna; Obs.: ambos com pouca viabilidade no médio prazo.

Delgado (2007)	Os assentamentos são uma construção inacabada, carente de projeto viável de transformação socioeconômica”
AUTORES	DESENVOLVIMENTO - Conceitos
Vasconcellos e Garcia (1998)	Desenvolvimento sempre deve resultar em crescimento econômico;
Souza (2009)	Desenvolvimento tem raízes teóricas e empíricas;
Dias (2011)	Desenvolvimento tem conceito dinâmico;
Furtado (1974)	Crescimento econômico não é condição suficiente para a superação do subdesenvolvimento;
Souza (2009)	Desenvolvimento tem duas correntes: 1) Sinônimo de crescimento; 2) Crescimento como condição indispensável, mas insuficiente;
Schumpeter (1982)	Desenvolvimento é uma mudança espontânea e descontínua nos canais de fluxo, uma perturbação do equilíbrio, que altera e desloca para sempre o estado de equilíbrio previamente existente;
Sen (2000)	Desenvolvimento é um processo de expansão das liberdades;
Melo e Parré (2007)	Desenvolvimento possui conceito complexo e multissetorial, com indicadores demográficos, econômicos, sociais e ambientais;
Kageyama (2004)	Desenvolvimento é a melhoria das dimensões econômicas, sociais, ambiental e institucional, mensuradas a partir de indicadores;
AUTOR	DESENVOLVIMENTO: Associação com rural
Lucena e Souza (2001)	A atividade agrícola exerce intenso encadeamento entre produção e emprego, contribuindo assim para o desenvolvimento;
Mueller e Júnior (2008)	A evolução da agropecuária nas regiões de cerrado melhorou o IDH, mas não melhorou na mesma proporção o bem-estar da população. Motivo foi a manutenção da posse da terra; (Grandes latifúndios)
Shikida (2009)	Estudos do Paraná mostraram que há uma relação negativa entre crimes violentos e Índice de Desenvolvimento Social;

Santos e Schlindwein (2011)	Estudos da Região Centro-Oeste brasileira mostram que não há uma relação direta entre crescimento e desenvolvimento socioeconômico;
--------------------------------	---

Fonte: Elaborado pelos autores (2017).

Neste capítulo, buscou-se construir um referencial teórico com autores que produziram e são referência em seus respectivos campos de conhecimento e que atendem ao que este estudo se propôs a produzir em relação ao desenvolvimento da agricultura.

CAPÍTULO 3

O CAMINHO DA PESQUISA:

O MÉTODO APOIA SOCIAL



Neste capítulo, apresenta-se o percurso metodológico adotado para se atingir os objetivos propostos. Primeiramente, buscou-se caracterizar a pesquisa com relação aos objetivos e aos procedimentos, ao mesmo tempo em que se descreveram as populações componentes da pesquisa. Segundo, abordou-se o método de análise.

A pesquisa caracteriza-se como sendo descritiva e de corte transversal, pois busca descrever as características de populações que se julgaram distintas em um dado momento de tempo. As populações a serem estudadas são residentes do Assentamento Itamarati I, subdivididas em dois grupos:

- Grupo 1: composto por Agricultores Familiares Assentados Titulares, que são aqueles selecionados pelo INCRA, utilizando-se de metodologia própria e ainda seguindo a legislação vigente. Estes beneficiários constam de relação publicada pelo INCRA por ocasião da implantação do Assentamento Itamarati I;

- Grupo 2: composto por Agricultores Posseiros, caracterizados como sendo aqueles que sucederam ou sucedem os Agricultores Familiares Assentados Titulares que se evadiram do lote ou que até o momento atual o INCRA ainda não os reconhece formalmente como assentados titulares.

A escolha do Assentamento Itamarati I se deu por ser o maior assentamento rural da América Latina e um dos maiores do mundo, por estar localizado no Município de Ponta Porã/MS, visto que o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos da Universidade Estadual de MS funciona no Campus de Ponta Porã, isto facilitou a execução da pesquisa empírica ao se considerar a pouca distância entre a sede do município e o território do assentamento observado na pesquisa. Também se considerou que este estudo poderá ser referenciado em ações concretas no processo de desenvolvimento do assentamento, desenvolvimento local e regional.

Quanto aos procedimentos metodológicos, este é um estudo de levantamentos, uma vez que se pretende levantar, em campo, dados de um número significativo de representantes das populações a serem estudadas, por meio de escalas métricas e não métricas, fazendo uso do método denominado Sistema de Avaliação de Impacto Social de Atividades Agropecuárias (APOIA SOCIAL), desenvolvido pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).

Para Lakatos e Marconi (1991), a seleção do instrumental metodológico está diretamente relacionada com o problema a ser

estudado. A escolha dependerá dos vários fatores relacionados com a pesquisa, ou seja, a natureza dos fenômenos, o objeto da pesquisa, os recursos financeiros, a equipe humana e outros elementos que possam surgir no campo da investigação. Tanto os métodos quanto as técnicas devem adequar-se ao problema a ser estudado, às hipóteses levantadas e que se queiram confirmar, ao tipo de informações com que se vai entrar em contato.

Utilizou-se o método “Sistema de Avaliação de Impacto Social de Atividades Agropecuárias (APOIA SOCIAL)” desenvolvido por pesquisadores da Embrapa, método este que possibilita a avaliação de impactos, seja de projetos de desenvolvimento, programas ou políticas públicas e até mesmo de atividades produtivas em estabelecimentos rurais, podendo ainda ser aplicado nas avaliações de impactos nas inovações tecnológicas, para subsidiar a instrução de projetos de desenvolvimento, e ainda na indicação, transferência e adoção tecnológica (Rodrigues, 1998; Rodrigues *et al.*, 2000; Rodrigues *et al.*, 2002; 2003a; 2003b).

Este sistema de avaliação foi composto a partir de uma revisão de métodos de AIA¹⁴ descritos na literatura (Neher, 1992; Stockle *et al.*, 1994; Bockstaller *et al.*, 1997; McDonald e Smith, 1998; Girardin *et al.*, 1999; Bosshard, 2000; Rodrigues *et al.*, 2000; Rossi e Nota, 2000; Rodrigues e Campanhola, 2003), discussões em grupos e consultas a especialistas, produtores rurais e gestores do agronegócio. Os indicadores são construídos utilizando-se variáveis quantitativas de desempenho da atividade agropecuária para o desenvolvimento local sustentável, em matrizes de ponderação (plataforma Microsoft Excel®), nas quais os dados obtidos em campo, expressados em acordo com o

¹⁴ (AIA) Avaliação de Impactos Ambiental: é uma ferramenta analítica de caráter quantitativo e qualitativo que tem como intuito prever os impactos causados pela ação antrópica, em diversos níveis, sejam eles socioeconômicos, culturais e geofísicos.

conhecimento do agricultor ou do administrador do estabelecimento, são automaticamente transformados em índices de impactos e expressos graficamente. O índice de impacto de cada indicador é traduzido a um Valor de Utilidade (0 a 1), empregando-se funções e coeficientes especificamente derivados para cada indicador (Bisset, 1987).

A composição das curvas de correspondência entre os indicadores e o desempenho social definido em Valores de Utilidade baseou-se em testes de sensibilidade e de probabilidade, caso a caso para cada indicador (Girardin *et al.*, 1999; Rodrigues *et al.*, 2002; Rodrigues e Campanhola, 2003).

No teste de sensibilidade define-se o significado e a importância da alteração causada pela atividade agropecuária, segundo o objetivo da avaliação de impacto, que, no caso do Sistema APOIA SOCIAL, busca indicar as contribuições para o desempenho do estabelecimento avaliado, visando o desenvolvimento local sustentável. O significado da alteração produzida pela atividade permite julgar se uma alteração é aceitável ou não (ou seja, se é positiva ou negativa); e a importância determina a extensão na qual a alteração contribui (ou prejudica) o atendimento do objetivo estabelecido.

No teste de probabilidade estabelece-se a relação de valor entre o índice de impacto obtido para o indicador e o desempenho da atividade para atingir o objetivo definido, segundo correspondência entre a escala de ocorrência do índice de impacto e o padrão, ou linha de base de desempenho para o indicador, permitindo definir a função de transformação para expressão do indicador em Valores de Utilidade (Girardin *et al.*, 1999). A linha de base é definida com o Valor de Utilidade igual a 0,70, correspondente ao ponto de probabilidade no qual não tenha ocorrido efeito negativo da atividade agropecuária em avaliação.

As curvas de correspondência entre os índices de impacto dos indicadores e os Valores de Utilidade (as funções de transformação) são expressas em equações multicoeficientes, derivadas caso a caso, com ajustes mínimos correspondentes a $R^2=0,95$ (HYAMS, 1995). As equações e coeficientes foram inseridos nas matrizes de ponderação e vinculados aos índices de impacto, traduzindo-os diretamente em Valores de Utilidade para expressão gráfica e cálculo do índice de impacto social da atividade agropecuária para cada indicador. Finaliza, com os Valores de Utilidade para todos os indicadores agregados e compõe o Índice de Impacto Social da Atividade Agropecuária.

Quadro 2 - Índice de Impacto Social da Atividade Agropecuária

ASPECTOS			
Emprego/Trabalho	Economia	Saúde	Gestão/Administração
INDICADORES	INDICADORES	INDICADORES	INDICADORES
1) Acesso à Educação - proporção de estudantes	5) Renda Líquida do estabelecimento	13) Incidência de vetores de doenças endêmicas	16) Dedicção e perfil do responsável
2) Nível Educacional	6) Acesso a serviços Básicos	14) Segurança e saúde ocupacional	17) Condição de comercialização
3) Qualidade do trabalho	7) Padrão de consumo	15) Dedicção a esporte e lazer	18) Disposição de resíduos
4) Oportunidade de trabalho local, qualificação	8) Diversidades de fontes de renda		19) Gestão de insumos químicos
	9) Distribuição de Renda		20) Relacionamento institucional
	10) Nível de Endividamento		
	11) Valor da Propriedade		
	12) Qualidade da moradia		

Fonte: Elaborado por Geraldo Stachetti Rodrigues e Clayton Campanhola. Adaptado pelos autores (2017).

Aspecto Emprego/Trabalho: Este aspecto baseia-se na análise de quatro indicadores: Acesso à educação [consistindo em dois indicadores, (1) Acesso à Educação/Proporção de estudantes e (2) Nível Educacional], (3) Qualidade do trabalho e (4) Oportunidade de trabalho local qualificado. Os indicadores da dedicação à educação abrangem três tipos de treinamentos passíveis de serem atendidos pelos residentes do estabelecimento, com fatores de ponderação crescentes de importância, quais sejam (i) treinamento local de curta duração (fator de ponderação = 2), (ii) especialização de curta duração (fator de ponderação = 5), e (iii) cursos oficiais regulares de ensino (fator de ponderação = 10). Os residentes no estabelecimento considerados neste indicador são o responsável/administrador, os parceiros/meeiros e os empregados permanentes, bem como os familiares pertencentes a essas três categorias.

Indicador (1): Acesso à Educação/Proporção de estudantes é calculado segundo a razão entre a soma dos residentes com acesso a uma das formas de educação no período anual da avaliação e o total de residentes no estabelecimento.

Indicador (2): Nível Educacional considera a razão entre o produto do fator de ponderação para importância do tipo de treinamento e a diferença entre a soma dos residentes com acesso depois da implementação da atividade e antes desta, pelo total de residentes.

Indicador (3): Qualidade do Trabalho: Refere-se ao responsável/administrador, trabalhadores permanentes, incluindo-se os parceiros/meeiros e os trabalhadores temporários. O emprego é qualificado segundo a proporção de cada uma das categorias de ocupação, com garantia de atendimento a condições básicas como idade mínima, jornada máxima de trabalho, formalidade e auxílios e benefícios previstos pelas leis trabalhistas brasileiras.

Indicador (4): Oportunidade de trabalho, qualificação: pondera crescentemente a qualificação exigida para o trabalho proporcionado pela atividade em avaliação, como braçal (fator de ponderação = 1), braçal especializado (fator de ponderação = 2), técnico médio (fator de ponderação = 3) e técnico de nível superior (fator de ponderação = 4). Ademais, a matriz pondera crescentemente a origem do trabalhador ocupado segundo a qualificação, desde o trabalhador proveniente da região (fator de ponderação = 1), do local ou município (fator de ponderação = 5) ou da própria propriedade (fator de ponderação = 10). A ponderação realiza-se sobre a porcentagem do pessoal ocupado na atividade, e os fatores de ponderação valorizam sobremaneira a origem local do trabalhador, em virtude da opção pelo objetivo proposto para a avaliação do APOIA SOCIAL, de contribuir para o desenvolvimento local sustentável.

Aspecto Economia: O aspecto Economia consiste na avaliação de oito indicadores, quais sejam: renda líquida do estabelecimento, acesso a serviços básicos, padrão de consumo, diversidades de fontes de renda, distribuição da renda, nível de endividamento, valor da propriedade e qualidade da moradia.

Indicador (5): Renda líquida do estabelecimento, é condicionado pela tendência em ocorrer aumento, manter-se inalterada ou ocorrer redução na renda, como resultado da implementação da atividade avaliada. Os atributos da renda considerados nesse indicador são a segurança, estabilidade e o montante, avaliados segundo efeito causado pela atividade estudada. O atributo segurança refere-se à garantia de obtenção da renda esperada, relativamente à situação anterior à implementação da atividade; a estabilidade refere-se à distribuição temporal ou sazonal da renda; e o montante ao total da renda auferida no estabelecimento, sob a influência da atividade. Devido à resistência

de muitos produtores/administradores em declarar os quantitativos absolutos da renda do estabelecimento, a matriz de ponderação simplesmente aborda a tendência dos atributos da renda descritos, inserindo-se o algarismo 1 (um) para o atributo correspondente ao efeito da atividade.

Indicador (6): Acesso a serviços básicos, consiste na ocorrência ou não ocorrência dos atributos considerados nesse indicador (antes e depois): água potável, luz, esgotamento sanitário, telefone, coleta de lixo, transporte público, posto de saúde e escola rural.

Indicador (7): Padrão de consumo, consiste na ocorrência ou não ocorrência dos atributos considerados nesse indicador (antes e depois), que são: fogão a gás, geladeira, aparelho de televisão, aparelho de rádio, freezer, antena parabólica, computador, automóvel, máquina de lavar roupas e forno de micro-ondas.

Indicador (8): Diversidade de fontes de renda, avalia as proporções de procedência da renda familiar do responsável/administrador e dos empregados posteriores à implementação da atividade. Documenta-se a diversificação das origens da renda, desde aquelas ligadas às atividades agropecuárias e não agropecuárias no estabelecimento, ao trabalho assalariado fora do estabelecimento e outras fontes, como pensões e ajudas financeiras. As diferentes origens da renda recebem ponderação variável, privilegiando-se aquelas fontes de renda favorecidas pela atividade no âmbito do estabelecimento.

Indicador (9): Distribuição da renda, aborda a razão entre o montante da renda líquida e o total dos salários pagos no estabelecimento, averiguada antes e depois da implementação da atividade. A matriz de ponderação avalia a tendência do efeito da atividade sobre a distribuição da renda, demandando a inserção do

algarismo 1 (um) nas células correspondentes às situações da relação entre renda e total de salários pagos, antes e após a sua implementação. Essa relação varia de menor ou igual a 1, até 6 a 10 vezes o total da renda em relação aos salários pagos, ponderando-se mais fortemente a tendência a uma distribuição mais equitativa sob a influência da atividade (fator de ponderação = 10 para total equivalência entre renda e salários) do que o nível de distribuição.

Indicador (10): Nível de endividamento, aborda o valor da dívida em relação à renda líquida do estabelecimento, sob efeito da atividade, em uma construção da matriz de ponderação semelhante àquela empregada para o indicador de Distribuição de renda. Similarmente, os fatores de ponderação são definidos de forma a favorecer a tendência à redução da dívida relativa à renda, em função da atividade, sobre o nível de endividamento relativo às situações anterior e posterior a sua implementação.

Indicador (11): Valor da propriedade, aponta se houve aumento ou redução do valor da terra, sob efeito da atividade, segundo causas locais ou causas externas ao estabelecimento. As causas locais são representadas por benfeitorias, qualidade e conservação dos recursos naturais e infraestrutura pública no estabelecimento, favorecidas com fatores de ponderação maiores; enquanto as causas externas, que apresentam fatores de ponderação menores, dependem dos agentes de mercado e políticas públicas independentes do efeito direto da adoção tecnológica, como variações nos preços de produtos e serviços, política tributária ou especulação imobiliária à qual o estabelecimento possa ter estado sujeito.

Indicador (12): Qualidade da moradia, indica a partir da quantidade de pessoas por aposento, considerando ainda os atributos do tipo de residência, sendo: residência do tipo I, deverá ser em alvenaria rebocada e com forro; residência do tipo II, deverá ser em

alvenaria sem reboco ou forro; residência do tipo III, deverá ser em madeira e residência do tipo IV, em taipa.

Aspecto Saúde: é estudado a partir da avaliação de três indicadores para a sua análise: incidência de vetores de doenças endêmicas, segurança e saúde ocupacional e dedicação ao esporte e lazer.

Indicador (13): Incidência de focos de vetores de doenças endêmicas, avalia o número de áreas que se configuram como criadouros de potenciais transmissores de doenças, avaliando a atividade como responsável pela criação, manutenção ou eliminação desses focos.

Indicador (14): Segurança e saúde ocupacional, retrata o número de trabalhadores expostos a fatores de periculosidade e de insalubridade em virtude da atividade, relativo ao total de trabalhadores ocupados. Os atributos de periculosidade e insalubridade são aqueles definidos na legislação trabalhista brasileira, e não há ponderação diferencial para esses atributos ou para as diferentes categorias de trabalhadores ocupados, considerando-se toda exposição como um efeito potencialmente negativo.

Indicador (15): Dedicação ao esporte e lazer, aborda as horas dedicadas ao esporte e ao lazer pelos residentes no estabelecimento estudado, comparativamente entre a situação anterior e posterior à implementação da atividade. O índice de dedicação ao esporte e lazer é calculado pela simples variação percentual no tempo dedicado a essas atividades.

Aspecto Gestão e Administração: É formado por cinco indicadores: dedicação e perfil do responsável, condição de comercialização, disposição de resíduos, gestão de insumos químicos e relacionamento institucional.

Indicador (16): Dedicção e perfil do responsável, é constituído por variáveis que contemplam fatores e mecanismos que facilitam e aprimoram o gerenciamento, por medidas relativas ao responsável pelo estabelecimento, tais como residência no local, dedicação exclusiva e capacitação dirigida à atividade avaliada, engajamento familiar nos negócios do estabelecimento, uso de sistema contábil e aplicação de modelo formal de planejamento. Todos esses atributos são considerados positivos em relação à capacidade gerencial do responsável pelo estabelecimento e são computados pela inclusão do algarismo 1 (um) nas células correspondentes, sem ponderação de importância diferencial.

Indicador (17): Condição de comercialização, inclui os atributos descritores da inclusão no mercado, como: venda direta, antecipada ou cooperada, processamento local, armazenamento local, transporte próprio, propaganda, marca própria, encadeamento com outros produtos e venda de produtos de outros produtores.

Indicador (18): Disposição de resíduos, avalia a existência de medidas de reciclagem dos resíduos produzidos no estabelecimento, em associação com a implementação da atividade. Tanto os resíduos da produção quanto os resíduos domésticos são considerados na composição do indicador e que não há ponderação diferencial de importância para os destinos dados aos resíduos, todos esses incluídos como aditivamente positivos.

Indicador (19): Gestão de insumos químicos, trata da ocorrência de atributos característicos da gestão de insumos químicos utilizados no estabelecimento rural. Este indicador aborda atributos da coleta seletiva, compostagem, disposição sanitária, reaproveitamento e destinação e tratamento final. Todos esses atributos são considerados favoráveis à gestão e administração do estabelecimento, sendo aditivamente computados sem ponderação diferencial de importância.

Indicador (20): Relacionamento institucional, trata da ocorrência de atributos característicos da capacidade institucional do estabelecimento rural com a atividade avaliada, do preparo profissionalizante do responsável e dos empregados. O indicador aborda atributos de acesso à assistência técnica, associativismo e filiação tecnológica, assessoria legal e vistoria. Todos esses atributos são considerados favoráveis à gestão e administração do estabelecimento, sendo aditivamente computados sem ponderação diferencial de importância.

Assim o Sistema APOIA SOCIAL consiste em um método integrado suficiente para aplicação em campo, na avaliação do impacto de uma atividade agropecuária, bem como de uma unidade produtiva como um todo. O método aborda a dimensão social (Rodrigues *et al.*, 2002, 2003a, 2003b), proporcionando medidas da contribuição da implementação de atividades agropecuárias para o desenvolvimento local sustentável. Permite a apresentação gráfica dos resultados de desempenho para cada indicador individual, oferece um diagnóstico para o agricultor ou administrador, apontando a situação de conformidade com padrões sociais em cada aspecto do impacto da atividade para as condições do estabelecimento. Os gráficos agregados dos resultados para as diferentes dimensões sociais proporcionam aos tomadores de decisão uma visão das contribuições, positivas ou negativas, da atividade para o desenvolvimento local sustentável, facilitando a definição de medidas de promoção ou controle da atividade no âmbito da comunidade. Finalmente, proporcionam uma unidade de medida objetiva de impacto, auxiliando na qualificação, seleção e transferência de tecnologias agropecuárias e formas adequadas de manejo.

Ávila e Wadt (2015), através da metodologia APOIA SOCIAL realizaram estudos cujo objetivo foi quantificar os impactos ambientais

das atividades rurais em projetos de assentamento, em duas regiões do Estado do Acre. O primeiro ambiente, nos municípios de Feijó/Tarauacá, situado em uma região onde a economia está baseada na extração dos recursos florestais. O segundo trecho, localizado no município de Acrelândia, com uma economia assentada na exploração de baixo e médio impacto tecnológico.

Sabagg (2008) realizou estudo de caso junto a propriedades da Associação dos Produtores de Abacaxi do Município de Guaraçai (APAMG). Visou monitorar e avaliar os impactos ambientais das unidades produtivas, na fase pós-certificação EurepGap, ferramenta mercadológica aplicada em parceria com a certificadora OIA Brasil e o Sebrae/SP, através do programa Sistema Agroindustrial Integrado (SAI).

O trabalho de Filho, Frigheto, Rodrigues, Campanhola, Hermes, Rodrigues e Brombal (2007), avaliou o desempenho ambiental da atividade de agroturismo em Venda Nova do Imigrante, situado na região serrana do Espírito Santo, utilizando o sistema de Avaliação Ponderada de Impacto Ambiental de Atividades do Novo Rural (APOIA-Novo Rural).

3.1 O Sistema APOIA SOCIAL na avaliação de impactos

A pesquisa foi realizada a partir de dados primários levantados em campo durante o mês de fevereiro de 2017, utilizando-se de entrevistas, tendo como instrumento a aplicação de questionários fechado.

Segundo Marconi e Lakatos (1999, p. 94), entrevista é: “Encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de um determinado assunto”. A entrevista foi estruturada, pois o entrevistador seguiu um roteiro previamente estabelecido.

Nestas entrevistas foram aplicados questionários, que de acordo com Marconi e Lakatos (1999, p.100) é “[...] instrumento de coleta de dados constituído por uma série de perguntas, que devem ser respondidas por escrito”.

Assim, o questionário diagnóstico foi aplicado a quatro pessoas/lideranças da comunidade ligadas aos movimentos de luta pela terra. O questionário do grupo de assentados ligado à CUT foi respondido pela Extensionista social Mariza Madalena Dahmer. Já o do MST, foi respondido pelo assentado titular Cleiton Alexandre; na AMFFI o questionário foi respondido pelo assentado titular Jorge Dolores Pereira e na FETAGRI o questionário foi respondido pelo assentado titular Marcos Silas Miotto.

A tabela abaixo apresenta a sistematização dos dados resultantes dos questionários que sistematizados apresentaram os seguintes resultados:

Tabela 1 - Composição dos Grupos

Movimentos Sociais	G1: Assentado Titular	Part%	G2: Agricultor Posseiro	Part %	Total	Part %
CUT	168	60,00	112	40,00	280	100
MST	188	58,75	132	41,25	320	100
FETAGRI	233	58,99	162	41,01	395	100
AMFFI	94	62,67	56	37,33	150	100
TOTAL	683	59,65	462	40,35	1145	100

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de dados levantados pela pesquisa (2017).

A tabela 1 mostra a evasão consolidada até o período da pesquisa, sabendo que a evasão consiste na saída do assentado titular da unidade produtiva/lote. Esta evasão no caso do Assentamento Itamarati I apresentou média de 40,35% (quarenta por cento e trinta e

cinco décimos) significando que 462 (quatrocentas e sessenta e duas) famílias deixaram o assentamento Itamarati I, e destas famílias originou-se então o grupo denominado de Agricultores Posseiros. No entanto, 683 (seiscentas e oitenta e três) famílias permaneceram desde o início e constituem o Grupo de Assentados Titulares.

No movimento social CUT, do total de 280 (duzentas e oitenta) famílias assentadas inicialmente pelo INCRA, 168 (cento e sessenta e oito), que representam 60% (sessenta por cento) do grupo inicial ainda permanecem no lote, na condição de assentado titular; enquanto 112 (cento e doze), que representam 40% (quarenta por cento) evadiram-se, dando origem ao grupo de agricultores posseiros.

Já o movimento social MST foi o que apresentou a menor taxa de permanência dos Agricultores Assentados inicialmente, com 58,75% (cinquenta e oito por cento e setenta e cinco décimos), o que representa 188 (cento e oitenta e oito) famílias assentadas titulares que permaneceram no lote, enquanto 132 (cento e trinta e duas), que representam 41,25% (quarenta e um por cento e vinte e cinco décimos) evadiram-se, dando origem ao grupo de agricultores posseiros.

O movimento social FETAGRI, que inicialmente tinha 395 (trezentas e noventa e cinco) famílias assentadas titulares pelo INCRA, permanece com um total de 58,99% (cinquenta e oito por cento e noventa e nove décimos) de famílias nos lotes, o que representa 233 (duzentas e trinta e três) famílias, enquanto 162 (cento e sessenta e duas) famílias evadiram-se dos mesmos, o que representa 41,01% (quarenta e um por cento e um décimo), dando assim origem ao grupo de agricultores posseiros.

No movimento social AMFFI encontramos o menor índice de evasão, pois 37% (trinta e sete por cento) que totaliza 56 (cinquenta e seis) famílias evadiram-se e deram origem ao grupo de agricultores

posseiros, enquanto o grupo que representa os assentados titulares, e que, portanto, permaneceram no lote/unidade produtiva são 62,67% (sessenta e dois por cento e sessenta e sete décimos), que representam 94 (noventa e quatro) famílias.

A questão da evasão das famílias assentadas não constitui neste estudo tema central a ser estudado, entretanto poderá constituir novo tema e fazer parte de futuros estudos em trabalhos de pesquisa, onde pode ser pesquisado quais causas provocaram esta evasão das famílias e quais as novas perspectivas para elas.

Dando sequência ao trabalho, calculou-se o tamanho da amostra a ser utilizada para pesquisar os agricultores por meio do instrumento de pesquisa aplicado. Para tanto, utilizou-se a calculadora on-line disponível em: <<http://www.calculoamostral.vai.la>> (Acesso em: 19/11/2016). Onde se tem:

Erro amostral: é a diferença entre o valor estimado pela pesquisa e o verdadeiro valor. Neste caso define-se que o erro amostral será de 10% (dez por cento).

Nível de confiança: é a probabilidade de que o erro amostral efetivo seja menor que o erro amostral admitido pela pesquisa. Como se definiu que o erro amostral é de 10% (dez por cento), o nível de confiança indica a probabilidade de que o erro cometido pela pesquisa não exceda a 10% (dez por cento). Estipulou-se que o nível de confiança é de 90% (noventa por cento).

População: é o número de elementos existentes no universo da pesquisa. Neste caso, tem-se que a população é o total de assentados do Assentamento Itamarati I, que segundo o INCRA, é de 1.145 famílias.

Fórmula de cálculo: A calculadora on-line utiliza a seguinte fórmula para cálculo do tamanho da amostra:

$$n = \frac{N \cdot Z^2 \cdot p \cdot (1 - p)}{Z^2 \cdot p \cdot (1 - p) + e^2 \cdot (N - 1)}$$

Onde:

n - amostra calculada (quantidade de questionários);

N – população – assentados totais 1145 (mil cento e quarenta e cinco) famílias e/ou lotes;

Z - variável normal padronizada associada ao nível de confiança;

p - verdadeira probabilidade do evento – 90% (noventa por cento);

e - erro amostral – 10% (dez por cento).

Para este caso o valor de “**n** – amostra calculada” é de 64 (sessenta e quatro) questionários que foram aplicados no assentamento como um todo, abrangendo todos os Movimentos Sociais (CUT, FETAGRI, MST e AMFFI) e os dois grupos caracterizados como Agricultores Assentados Titulares e Agricultores Posseiros.

Para definição do tamanho das amostras, ou seja, quantidade de questionários que foram aplicados em cada Movimento Social utilizou-se como parâmetro a participação percentual proporcional atribuída a cada Movimento Social dentro do total de famílias, que segundo dados oficiais do INCRA foram de mil cento e quarenta e cinco famílias assentadas no Assentamento Itamarati I. Desta forma, segue abaixo o cálculo:

Tabela 2 - Tamanho da amostra em cada movimento

MOVIMENTOS	Total de Famílias	Part. % em relação ao total (*)	Amostra total (questionários)
CUT	280	24,50%	16
MST	320	28%	18
FETAGRI	395	34,50%	22
AMFFI	150	13%	08
TOTAL	1145 (*)	100 %	64

Fonte: Elaborado pelos autores (2017).

Na tabela 2 está quantificado o tamanho da amostra (famílias pesquisadas) em cada movimento social.

No movimento social CUT, com 280 (duzentas e oitenta) famílias assentadas inicialmente pelo INCRA, que representam 24,50% (vinte e quatro por cento e cinquenta décimos) das 1.145 (mil cento e quarenta e cinco) famílias assentadas. Assim, das 64 famílias que perfazem o total da amostragem, 16 (dezesesseis) foram pesquisadas, representando os 24,50% do percentual da pesquisa.

Já no movimento social MST, 320 (trezentas e vinte) famílias foram assentadas inicialmente pelo INCRA, o que representa 28% (vinte e oito por cento) das 1.145 (mil cento e quarenta e cinco) famílias assentadas. Sabendo-se que a amostragem total é de 64 famílias, logo 28% destas totalizam 18 (dezoito) famílias pesquisadas.

O Movimento Social FETAGRI teve 395 (trezentas e noventa e cinco) famílias assentadas inicialmente pelo INCRA, o que representa 34,50% (trinta e quatro e meio por cento) das 1.145 (mil cento e quarenta e cinco) famílias assentadas. Sabendo-se que a amostragem total é de 64 famílias, logo 34,50% destas têm-se 22 (vinte e duas) famílias pesquisadas.

O Movimento Social AMFFI teve 150 (cento e cinquenta) famílias assentadas inicialmente pelo INCRA, que representam 13% (treze por cento) das 1.145 (mil cento e quarenta e cinco) famílias assentadas. Como o total da amostragem é de 64 famílias, logo 13% destas são 08 (oito) famílias pesquisadas.

Na sequência do estudo, calculou-se o tamanho das amostras a serem aplicadas em cada Movimento Social considerando-se: Grupo 1- Agricultores Posseiros e Grupo2 - Assentados Titulares. Para tanto, utilizou-se a participação percentual de cada grupo dentro do seu respectivo movimento social, tendo como fonte as informações levantadas na etapa diagnóstica inicial, que após sistematizados ficaram conforme demonstrado na tabela 3.

Tabela 3 - Tamanho da amostra em cada Grupo

MOVIMENTOS	Amostra Total	G1: Agricultores Posseiros		G2: Assentados Titulares	
		Part %	Amostra	Part %	Amostra
CUT	16	40 %	06	60,00	10
MST	18	41,25	07	58,75	11
FETAGRI	22	41,01	09	58,99	13
AMFFI	08	37,33	03	62,67	05
TOTAL	64	40,35	25	59,65	39

Fonte: Elaborado pelos autores (2017)

Na tabela 3 está quantificado o tamanho da amostra para o Grupo Agricultores Posseiros e Assentados Titulares dentro de seus respectivos movimentos.

No movimento social CUT, que possui 40% (quarenta por cento) de agricultores posseiros e 60% (sessenta por cento) de assentados titulares e conforme tabela 2, foi aplicado um total de 16 (dezesesseis)

questionários, sendo seis questionários no grupo de agricultores posseiros e dez questionários nos grupos de assentados titulares.

No movimento social MST, que possui 41,25% (quarenta e um por cento e vinte e cinco décimos) de agricultores posseiros e 58,99% (cinquenta e oito por cento e noventa e nove décimos) de assentados titulares e conforme tabela 2, foram aplicados 18 (dezoito) questionários, sendo nove questionários no grupo de agricultores posseiros e treze questionários no grupo de assentados titulares.

No movimento social FETAGRI, que possui 41,01% (quarenta e um por cento e um décimo) de agricultores posseiros e 58,99% (cinquenta e oito por cento e noventa e nove décimos) de assentados titulares e ainda, conforme tabela 2, foram aplicados 22 (vinte e dois) questionários, sendo nove questionários aplicados no grupo de agricultores posseiros e treze questionários no grupo de assentados titulares.

No movimento social AMFFI que possui 37,33% (trinta e sete por cento e trinta e três décimos) de agricultores posseiros e 62,67% (sessenta e dois por cento e sessenta e sete décimos) de assentados titulares e ainda, conforme tabela 2, foram aplicados um total de oito questionários, sendo três questionários aplicados no grupo de agricultores posseiros e cinco questionários no grupo de assentados titulares.

Na sequência, por meio de entrevista estruturada aplicou-se questionário fechado, nas proporções demonstradas na Tabela 3, com vinte e cinco questionários no Grupo 1 (Agricultores Posseiros) e trinta e nove questionários no Grupo 2 (assentados titulares), totalizando, desta forma, 64 (sessenta e quatro) questionários aplicados.

Com isto, atendeu-se ao quantitativo determinado para o tamanho da amostra preconizado pela metodologia garantindo, assim, que se tenha

verdadeira probabilidade do evento em 90% (noventa por cento) e erro amostral de 10% (dez por cento).

O trabalho de campo foi realizado seguindo a proposta metodológica que preconiza serem os dados obtidos em campo; as respostas fidedignas, proferidas pelos agricultores e/ou administradores em virtude de seus conhecimentos e saberes.

Finalizado o trabalho de campo, procedeu-se o lançamento dos dados constantes dos questionários na plataforma Microsoft Excel®, que foram processados e automaticamente transformados em índices de impactos, também expressos graficamente, conforme analisado no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 4

IMPACTOS SOCIAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO ASSENTAMENTO ITAMARATI I



Este capítulo apresenta os principais resultados aferidos com a aplicação da metodologia e analisa os índices e os impactos resultantes da agricultura praticada pelo grupo de agricultores assentados e pelo grupo de agricultores posseiros que integram os quatro movimentos sociais presentes no Assentamento Itamarati I.

4.1 Resultados no Movimento CUT

Nesta seção serão retratados os resultados dos grupos ligados ao Movimento Social CUT, do qual foram pesquisadas seis famílias de agricultores posseiros e 10 (dez) famílias de agricultores assentados titulares. Depois de aplicado o questionário, realizou-se o processamento na plataforma Microsoft Excel® de onde se obteve os índices que foram sistematizados e agrupados na tabela abaixo:

Tabela 4 - Índices do Grupo Agricultores Posseiros – Movimento CUT

ORD	AMOSTRAS	ÍNDICES: Desempenho segundo os aspectos sociais				APOIA SOCIAL
		TRAB/EMP	ECONOMIA	SAÚDE	GESTÃO	
1	CUT - 04	0,89	0,81	0,04	0,26	0,70
2	CUT - 08	0,65	0,76	0,36	0,60	0,80
3	CUT - 11	0,65	0,78	0,28	0,57	0,79
4	CUT - 12	0,65	0,78	0,67	0,64	0,88
5	CUT - 163	0,72	0,76	0,21	0,61	0,79
6	CUT - 164	0,65	0,78	0,21	0,64	0,79
	MÉDIA	0,70	0,78	0,30	0,55	0,79

Fonte: Elaborado pelos autores (2017).

A tabela 4 mostra os resultados da agricultura praticada pelos Agricultores Posseiros pertencentes ao Movimento Social CUT, no qual se considerou as médias alcançadas por cada aspecto e pelo índice APOIA SOCIAL. A metodologia preconiza que a linha de base é definida com o Valor de Utilidade igual a 0,70, correspondente ao ponto de probabilidade no qual a partir dele não tenha ocorrido efeito negativo na unidade avaliada.

No aspecto Trabalho têm-se como base de análise quatro indicadores: acesso à educação/proporção de estudantes, nível educacional, qualidade do trabalho e oportunidade de trabalho

local/qualificação. Dentre todas as unidades pesquisadas, duas se destacaram: CUT 04, com índice médio igual a 0,89 e CUT 163, com índice médio de 0,72, ambas ficando com desempenho satisfatório, pois estão acima da linha base que é de 0,70. As demais unidades estudadas ficaram com índice médio de 0,65, valor que está ligeiramente abaixo da linha base. Destaca-se que o índice médio é de 0,70, valor que se situa na linha de base e, portanto, colocando o grupo estudado com resultado positivo, contribuindo, assim, para o desenvolvimento local.

No aspecto Economia, que consiste na avaliação de oito indicadores: renda líquida do estabelecimento, acesso a serviços básicos, padrão de consumo, diversidades de fontes de renda, distribuição da renda, nível de endividamento, valor da propriedade e qualidade da moradia, todas as unidades pesquisadas ficaram acima da linha base, com destaque para a unidade CUT 04, que apresentou média de 0,81. O resultado alcançado pelo grupo neste aspecto corresponde a um efeito positivo de estabilidade no desempenho da atividade em relação aos indicadores.

No aspecto Saúde são considerados três indicadores: incidência de focos de vetores de doenças endêmicas, segurança e saúde ocupacional e acesso a esporte e lazer. Neste aspecto, todas as unidades pesquisadas ficaram com média abaixo da linha base. Causada especialmente pela presença de focos de vetores de doenças endêmicas em especial para *Aedes*, carrapatos e roedores; também por situações que se referem à segurança e saúde ocupacional (periculosidade e insalubridade) e pelo pouco acesso à prática de esportes e ao lazer. Apenas a unidade CUT 12, com índice de 0,67 se aproximou da linha base.

No aspecto gestão e administração, são avaliados cinco indicadores: dedicação e perfil do responsável, condição de comercialização, disposição de resíduos, gestão de insumos químicos e

relacionamento institucional. Neste aspecto, todas as unidades estudadas estão abaixo da linha base. Com destaque negativo para a unidade CUT 04, que apresentou média de 0,26, causado principalmente por gargalos no indicador condição de comercialização, na ausência de processo de reciclagem de resíduos e na gestão de insumos químicos, pela pouca relação institucional e pelas condições de dedicação e perfil do responsável pela unidade. As demais unidades, apesar de ficarem abaixo da linha base, estão próximas desta.

Os resultados da avaliação do impacto com o Sistema APOIA SOCIAL são obtidos depois de calculados, tendo como expressão a média dos valores para o conjunto de 20 (vinte) indicadores considerados. Para o caso do grupo CUT agricultores posseiros, o índice médio obtido de 0,79 resulta em impacto positivo e aponta para a melhoria de desempenho dos estabelecimentos e contribuindo para o desenvolvimento local. Este resultado positivo é sustentado, sobretudo, pelo bom desempenho aferido nos aspectos Trabalho e Economia, cada um com seus respectivos indicadores, uma vez que os aspectos Saúde e Gestão/Administração ficaram com índices aquém da linha base e, portanto, não tendo contribuído para composição positiva do índice APOIA SOCIAL. Este bom desempenho tem contribuído para o desenvolvimento da agricultura familiar e para o desenvolvimento local.

Tabela 5 - Índices do Grupo Agricultores Titulares – Movimento CUT

ORD	AMOSTRAS	ÍNDICES: Desempenho segundo os aspectos sociais				APOIA SOCIAL
		TRAB/EMP	ECONOMIA	SAÚDE	GESTÃO	
1	CUT - 02	0,74	0,81	0,21	0,6	0,82
2	CUT - 06	0,65	0,83	0,36	0,72	0,87
3	CUT - 07	0,65	0,79	0,31	0,7	0,84
4	CUT - 09	0,65	0,82	0,31	0,60	0,82
5	CUT - 10	0,65	0,87	0,21	0,61	0,83
6	CUT - 13	0,65	0,83	0,31	0,64	0,84
7	CUT - 17	0,65	0,84	0,36	0,69	0,86
8	CUT - 18	0,65	0,84	0,40	0,65	0,86
9	CUT - 19	0,65	0,86	0,36	0,65	0,86
10	CUT - 267	0,65	0,82	0,79	0,65	0,92
	MÉDIA	0,65	0,83	0,38	0,65	0,85

Fonte: Elaborado pelos autores (2017).

A tabela 5 mostra os resultados da agricultura praticada pelos Agricultores Assentados Titulares pertencentes ao Movimento Social CUT. Apresenta as médias alcançadas por cada aspecto e pelo índice APOIA SOCIAL. A metodologia indica que a linha de base é definida pelo valor de Utilidade igual a 0,70, índice que corresponde a um efeito de estabilidade no desempenho da atividade em relação ao indicador e, portanto, representando nível satisfatório de sustentabilidade para a unidade estudada que se apresentar na linha base ou acima desta.

No aspecto Trabalho, têm-se como base de análise quatro indicadores: acesso à educação/proporção de estudantes, nível educacional, qualidade do trabalho e oportunidade de trabalho local/qualificação. Dentre todas as unidades pesquisadas a unidade CUT 02, com índice de 0,74, ficou acima da linha base. Todas demais unidades estudadas, bem como a média entre elas alcançaram índice de 0,65, situando-se ligeiramente abaixo da linha base.

No aspecto Economia, que consiste na avaliação de oito indicadores: renda líquida do estabelecimento, acesso a serviços básicos, padrão de Consumo, diversidades de fontes de renda, distribuição da renda, nível de endividamento, valor da propriedade e qualidade da moradia. Neste aspecto, todas as unidades pesquisadas ficaram acima da linha base, inclusive a média geral entre ambas alcançou índice de 0,83. Resultado que corresponde a um efeito positivo de desempenho de estabilidade, contribuindo assim para o desenvolvimento local.

No aspecto Saúde são considerados três indicadores: incidência de focos de vetores de doenças endêmicas, segurança e saúde ocupacional e cesso a esporte e lazer. Neste aspecto, com exceção da amostra CUT 19, que apresentou índice de 0,79, portanto acima da linha base, todas as demais unidades ficaram abaixo, tendo alcançado apenas a média de 0,38. As causas foram a existência de focos de vetores de doenças endêmicas com destaque para o para *Aedes*, carrapatos e roedores, por situações que se referem a segurança e saúde ocupacional (periculosidade e insalubridade) e ainda pelo pouco ou nenhum acesso à prática do esporte e ao lazer.

No aspecto gestão e administração, são avaliados cinco indicadores: dedicação e perfil do responsável, condição de comercialização, disposição de resíduos, gestão de insumos químicos e relacionamento institucional. Neste aspecto, tem-se um quadro em que apenas a unidade CUT 06, com índice de 0,72 e CUT 07, com índice de 0,70 ficaram acima da linha base. Todas as demais unidades estudadas apresentaram índice abaixo da linha esperada. Este desempenho abaixo da linha base é motivado, sobretudo, por problemas nas condições de comercialização, na ausência de processo de reciclagem de resíduos, por problemas na gestão de insumos químicos, pela pouca relação institucional e pelas condições de dedicação e perfil do responsável pela

unidade. Destaca-se que a média geral entre todas as unidades estudadas alcança 0,65, índice que está abaixo da linha base, entretanto bem próximo desta.

A avaliação de impacto com o Sistema APOIA SOCIAL são obtidos depois de calculados os valores para o conjunto de 20 (vinte) indicadores a partir dos Valores de Utilidade obtidos para cada um dos indicadores e pela expressão da média desses valores que compõem o índice de impacto social de todas as unidades estudadas. Para o caso do grupo CUT – Assentados Titulares obteve-se um impacto considerado positivo, pois todas as unidades estudadas ficaram com índice acima da linha base e se obteve média geral de 0,85. Este resultado positivo é sustentado, sobretudo, pelo bom desempenho aferido nos aspectos Trabalho e Economia, com seus respectivos indicadores, uma vez que o aspecto Saúde e o aspecto Gestão/Administração ficaram com índices abaixo da linha base e, portanto, não tendo contribuído para composição positiva do índice APOIA SOCIAL. Este bom desempenho tem contribuído para o desenvolvimento da agricultura familiar e para o desenvolvimento local.

Tabela 6 - Aspectos de desempenho dos Indicadores Sociais do Movimento CUT

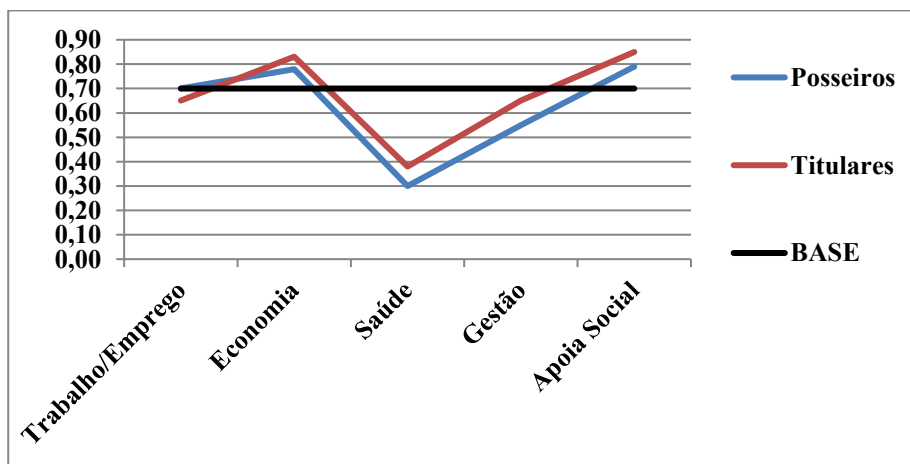
ORD	GRUPOS	INDICES: Desempenho segundo os aspectos sociais				APOIA SOCIAL
		TRAB/EMP	ECONOMIA	SAÚDE	GESTÃO	
1	POSSEIROS	0,70	0,78	0,30	0,55	0,79
2	TITULARES	0,65	0,83	0,38	0,65	0,85
	MÉDIA	0,68	0,81	0,34	0,60	0,82

Fonte: Elaborado pelos autores (2017).

A tabela 6 mostra os resultados da agricultura praticada pelos dois grupos, Agricultores Assentados Titulares e Agricultores Posseiros pertencentes ao Movimento Social CUT.

Realizou-se a sistematização dos índices considerando as médias alcançadas por cada aspecto em cada unidade estudada, também se calculou o índice APOIA SOCIAL.A metodologia preconiza que a linha de base é definida com o Valor de Utilidade igual a 0,70, índice que corresponde a um efeito de estabilidade no desempenho da atividade em relação ao indicador avaliado e, portanto, representando nível satisfatório de sustentabilidade para a unidade estudada que alcançar esta linha base ou ficar acima dela, conforme demonstra o gráfico 1:

Gráfico 1 - Aspectos de desempenho dos Indicadores Sociais do Movimento CUT



Fonte: Elaborado pelos autores (2017).

O gráfico1 retrata as médias obtidas por todos os grupos de agricultores pesquisados ligado à CUT.

No aspecto Trabalho são avaliados os indicadores: acesso a educação/proporção de estudantes, nível educacional, qualidade do trabalho e oportunidade de trabalho local/qualificação. Neste aspecto, o grupo de agricultores posseiros alcançou índice de 0,70, portanto situado na linha base, enquanto o grupo de agricultores assentados titulares obteve o índice de 0,65, valor que fica abaixo da linha base. A média dos dois grupos está em 0,68, índice que está ligeiramente abaixo da linha base. O resultado deste aspecto é sustentado pelo desempenho demonstrado nos itens acesso a educação/proporção de estudantes, nível educacional, qualidade do trabalho e oportunidade de trabalho local/qualificação.

O aspecto Economia engloba a avaliação de oito indicadores: renda líquida do estabelecimento, acesso a serviços básicos, padrão de consumo, diversidades de fontes de renda, distribuição da renda, nível de endividamento, valor da propriedade e qualidade da moradia. Neste aspecto, todas as unidades pesquisadas ficaram acima da linha base. O grupo de agricultores posseiros apresenta índice de 0,78 e o grupo de agricultores assentados titulares índice de 0,83, bem como a média entre os dois grupos, que resulta num índice de 0,81 e que está acima da linha base. Este resultado é sustentado pelo bom desempenho de todos os indicadores avaliados.

No aspecto Saúde, são considerados três indicadores: incidência de focos de vetores de doenças endêmicas, segurança e saúde ocupacional e acesso ao esporte e ao lazer. Neste aspecto, ambos os grupos de agricultores avaliados ficaram bem abaixo da linha base com índices de 0,30 e 0,38, respectivamente aos agricultores posseiros e agricultores assentados titulares. Este resultado inferior da linha de base é alimentado pela presença de focos de vetores de doenças, com destaque para o Aedes, carrapatos e roedores, pelas condições de segurança e saúde ocupacional (periculosidade e insalubridade) e ainda pela ausência e/ou pouco acesso à prática de esporte e lazer.

No aspecto gestão e administração, são avaliados cinco indicadores: dedicação e perfil do responsável pela unidade, condição de comercialização, disposição de resíduos, gestão de insumos químicos e relacionamento institucional. Neste aspecto, têm-se um quadro com índices de 0,55 para o grupo de agricultores posseiros e de 0,65 para o grupo de agricultores assentados titulares, ficando assim ambos os grupos abaixo da linha base. Este desempenho situado ligeiramente abaixo da linha base é apoiado por problemas na condição de comercialização, falta de um processo de reciclagem de resíduos, por problemas na gestão de insumos químicos, pela pouca relação institucional e pelo nível de dedicação e perfil do responsável pela unidade.

A avaliação de impacto com o Sistema APOIA SOCIAL são obtidos depois de calculados os valores para o conjunto de 20 (vinte) indicadores a partir dos Valores de Utilidade obtidos para cada um dos indicadores e pela expressão da média desses valores que compõem o índice de impacto social de todas as unidades estudadas. Para o caso do Movimento Social CUT, obteve-se índices de 0,79 e 0,85 para o grupo de agricultores posseiros e grupo de agricultores assentados titulares respectivamente, ficando ambos os grupos acima da linha base. Este resultado é sustentado, sobretudo, pelo bom desempenho no aspecto Trabalho e pelo aspecto Economia com seus respectivos indicadores, uma vez que os aspectos saúde e gestão/administração ficaram com médias abaixo da linha de base. Este resultado positivo tem contribuído para o desenvolvimento da agricultura familiar e para o desenvolvimento local.

4.2 Resultados no Movimento MST

Nesta seção serão mostrados os resultados dos grupos ligados ao Movimento Social MST, no qual foram pesquisadas sete famílias de agricultores posseiros e 11 (onze) famílias de agricultores assentados

titulares. Depois de aplicado o questionário, realizou-se o processamento na plataforma Microsoft Excel® onde se obtiveram os índices que foram sistematizados e agrupados na tabela abaixo:

Tabela 7 - Índices do Grupo Agricultores Posseiros – Movimento MST

ORD	AMOSTRAS	ÍNDICES: Desempenho segundo os aspectos sociais				APOIA SOCIAL
		TRAB/EMP	ECONOMIA	SAÚDE	GESTÃO	
1	MST - 09	0,70	0,73	0,65	0,27	0,74
2	MST - 10	0,65	0,76	0,36	0,34	0,72
3	MST - 80	0,65	0,72	0,43	0,25	0,68
4	MST - 94	0,65	0,77	0,31	0,34	0,71
5	MST - 98	0,70	0,74	0,12	0,39	0,69
6	MST - 99	0,70	0,74	0,12	0,39	0,69
7	MST - 105	0,70	0,78	0,60	0,46	0,89
	MÉDIA	0,68	0,75	0,37	0,35	0,73

Fonte: Elaborado pelos autores (2017).

A tabela 7 mostra os resultados da agricultura praticada pelos Agricultores Posseiros do Movimento Social MST no qual se apresentam as médias alcançadas por cada aspecto e pelo índice APOIA SOCIAL. A metodologia indica que a linha de base é definida pelo valor de Utilidade igual a 0,70, índice que corresponde a um efeito de estabilidade no desempenho da atividade em relação ao indicador avaliado e, portanto, representando nível satisfatório de sustentabilidade para a unidade estudada que se apresentar na linha base ou acima desta.

No Aspecto Trabalho, dentre todas as unidades pesquisadas, quatro (MST 09, MST 98, MST 99 e MST 105) obtiveram índice 0,70, valor que alcança igualdade com a linha de base. As demais unidades pesquisadas ficaram com índice de 0,65, valor que está ligeiramente abaixo da linha base. Estes valores garantiram ao grupo um

desempenho com índice médio de 0,68, que embora esteja abaixo da linha base, situa-se bem próxima desta. Este resultado tem sustentação no bom desempenho do indicador acesso à educação/proporção de estudantes e pelo indicador qualidade do trabalho.

No aspecto Economia, todas as unidades pesquisadas ficaram com índice acima da linha base, sendo que a unidade MST 80 obteve índice de 0,72, o menor dentro do grupo agricultores posseiros; enquanto a unidade MST 105 obteve índice de 0,78, o maior dentro do grupo. Já a média geral do grupo, no aspecto Economia, ficou com índice de 0,75. Este resultado positivo é sustentado pelo bom desempenho dos indicadores – renda líquida do estabelecimento, valor da propriedade e qualidade da moradia.

No aspecto Saúde, todas as unidades estudadas ficaram com índices abaixo da linha base, tendo alcançado média de 0,37. Este resultado tem sustentação na avaliação negativa do indicador incidência de focos de vetores de doenças endêmicas (Aedes, carrapatos e roedores), do indicador segurança e saúde ocupacional (periculosidade e insalubridade) e ainda pelo indicador (ausência ou pouca) prática de esporte e lazer.

No aspecto gestão e administração, todas as unidades estudadas estão com índices abaixo da linha base. O destaque negativo é para a unidade MST 80, que apresentou índice de 0,25. Já a média obtida pelo grupo é 0,35, valor que está bem abaixo da linha base. Este desempenho situado bem abaixo da linha base é amparado por problemas na condição de comercialização, pela falta de um processo de reciclagem de resíduos, por problemas na gestão de insumos químicos, pouca relação institucional e ainda pelo nível de dedicação e perfil do responsável pela unidade.

A avaliação de impacto com o Sistema APOIA SOCIAL é obtida depois de calculados os valores para o conjunto de 20 (vinte) indicadores a partir dos Valores de Utilidade obtidos para cada um dos indicadores e pela expressão da média desses valores que compõem o índice de impacto social de todas as unidades estudadas. Estas unidades apresentaram impactos considerados positivos, pois todas ficaram com índice acima da linha base com uma média de 0,73. Este resultado positivo é sustentado, sobretudo, pelo bom desempenho no aspecto Trabalho e aspecto Economia com seus respectivos indicadores, uma vez que os aspectos saúde e o aspecto gestão/administração ficaram com médias abaixo da linha de base. Entretanto este valor alcançado pelo índice APOIA SOCIAL, coloca o grupo na condição de desempenho satisfatório, o que contribui para o processo de desenvolvimento da agricultura familiar e desenvolvimento local.

Tabela 8 - Índices do Grupo Agricultores Titulares – Movimento MST

ORD	AMOSTRAS	ÍNDICES: Desempenho segundo os aspectos sociais				APOIA SOCIAL
		TRAB/EMP	ECONOMIA	SAÚDE	GESTÃO	
1	MST - 08	0,65	0,77	0,43	0,56	0,81
2	MST - 23	0,65	0,75	0,50	0,39	0,75
3	MST - 25	0,65	0,81	0,38	0,46	0,78
4	MST - 32	0,70	0,73	0,43	0,18	0,68
5	MST - 88	0,71	0,77	0,53	0,37	0,78
6	MST - 93	0,65	0,74	0,24	0,46	0,72
7	MST - 96	0,65	0,77	0,22	0,38	0,63
8	MST - 104	0,65	0,83	0,32	0,50	0,79
9	MST - 106	0,65	0,74	0,43	0,38	0,74
10	MST - 108	0,65	0,65	0,10	0,31	0,60
11	MST - 233	0,73	0,85	0,82	0,74	0,99
MÉDIA		0,67	0,77	0,39	0,42	0,75

Fonte: Elaborado pelos autores (2017).

A tabela 8 mostra os resultados da agricultura praticada pelos Agricultores Assentados Titulares pertencentes ao Movimento Social MST, onde se considerou as médias alcançadas por cada aspecto e também pelo índice APOIA SOCIAL. Continuou-se com a metodologia já aplicada nos questionamentos anteriores, utilizando-se do índice APOIA SOCIAL, definido como linha de base pelo Valor de Utilidade igual a 0,70, correspondente ao efeito de estabilidade de desempenho da atividade questionada e se apresenta sustentabilidade e desenvolvimento.

No aspecto Trabalho, dentre todas as unidades pesquisadas destacam-se a MST 32, com índice de 0,70, a MST 88, com índice de 0,71 e a MST 233 com índice 0,73, valores que apontam desempenho positivo, pois estão na linha de base e acima dela. Todas as demais unidades estudadas ficaram com índice de 0,65, portanto, abaixo da linha base. O grupo obteve índice médio de 0,67, que embora se situe abaixo da linha base, fica bem próximo desta. Este resultado é sustentado pelo desempenho do indicador acesso à educação/proporção de estudantes e pelo indicador qualidade do trabalho.

O aspecto Economia, das onze unidades estudadas, apresentou dez que ficaram com índice acima da linha de base, a única que ficou abaixo foi a MST 108, que apresentou índice 0,65. A média geral obtida por este grupo alcançou índice de 0,77, valor que está acima da linha de base. Este resultado é sustentado pelo bom desempenho dos indicadores de renda líquida do estabelecimento, valor da propriedade e qualidade da moradia.

O aspecto Saúde apresentou apenas a amostra MST 233 com índice de 0,82 e que ficou acima da linha base, as demais unidades pesquisadas ficaram abaixo da linha de base, assim como também o índice médio foi baixo, sendo classificado em 0,39. Este foi o resultado da avaliação negativa dos indicadores incidência de focos de vetores de doenças endêmicas como o Aedes, carrapatos e roedores, do indicador

segurança e saúde ocupacional (periculosidade e insalubridade) e ainda pelo indicador (ausência ou pouca) prática do esporte e do lazer.

No aspecto gestão e administração, das onze unidades estudadas, apenas a unidade MST 233, com índice de 0,74, ficou com resultado acima da linha base. Todas as demais unidades estudadas, em como a média, com valor de 0,42, ficaram abaixo da linha base. Este resultado é negativo, pois está situado bem abaixo da linha base e tem como causa os gargalos no indicador condições de comercialização, pela falta de processo de reciclagem de resíduos, por problemas na gestão de insumos químicos, pela pouca relação institucional e ainda pelo baixo nível de dedicação e perfil do responsável pela unidade.

A avaliação de impacto com o Sistema APOIA SOCIAL é obtida depois de calculados os valores para o conjunto de 20 (vinte) indicadores a partir dos Valores de Utilidade obtidos para cada um dos indicadores e pela expressão da média desses valores que compõem o índice de impacto social de todas as unidades estudadas. Para o caso do grupo MST – Assentados Titulares, das onze unidades estudadas, a MST 32, com índice de 0,68, a MST 96, com índice de 0,63 e a MST 108, com índice 0,60, ficaram abaixo da linha de base. Todas as demais unidades, em como a média, com valor de 0,75, apresentaram um índice com impacto considerado positivo, pois alcançaram valores acima da linha base. Este resultado positivo é garantido pelo bom desempenho nos aspectos Trabalho e Economia, com seus respectivos indicadores, tendo em vista que os aspectos saúde e gestão/administração tiveram desempenho negativo, pois ficaram com médias abaixo da linha de base. Entretanto, este valor do índice, obtido por meio do método APOIA SOCIAL, coloca o grupo na condição de desempenho satisfatório, o que contribui para o processo de desenvolvimento da agricultura familiar e desenvolvimento local.

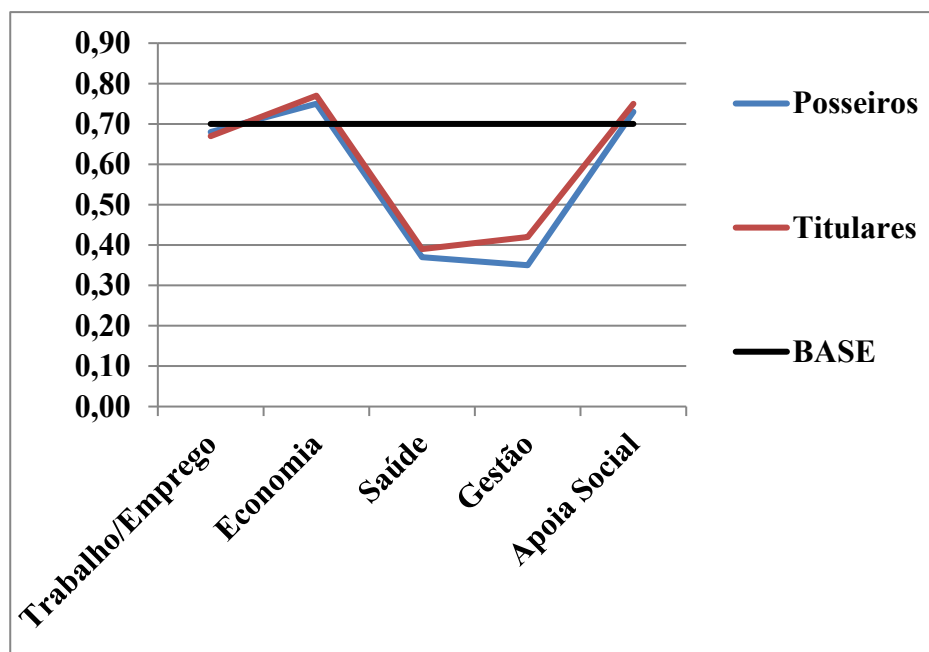
Tabela 9 - Aspectos de desempenho dos Indicadores Sociais do Movimento MST

ORD	AMOSTRAS	INDICES: Desempenho segundo os aspectos sociais				APOIA SOCIAL
		TRAB/EMP	ECONOMIA	SAÚDE	GESTÃO	
1	POSSEIROS	0,68	0,75	0,37	0,35	0,73
2	TITULARES	0,67	0,77	0,39	0,42	0,75
	MÉDIA	0,68	0,76	0,38	0,39	0,74

Fonte: Elaborado pelos autores (2017)

A tabela 9 mostra os resultados da agricultura praticada pelos grupos Agricultores Assentados Titulares e Agricultores Posseiros ligados ao Movimento Social MST. Para tanto, realizou-se a sistematização dos índices considerando as médias alcançadas por cada aspecto em cada unidade estudada e pelo índice APOIA SOCIAL. A metodologia indica que a linha de base é definida pelo valor de Utilidade igual a 0,70, índice que corresponde a um efeito de estabilidade no desempenho da atividade em relação ao indicador avaliado e, portanto, representando nível satisfatório de sustentabilidade para a unidade estudada quando esta alcança este valor ou ficar acima dele, conforme demonstra o gráfico 2.

Gráfico 2 - Aspectos de desempenho dos Indicadores Sociais do Movimento MST



Fonte: Elaborado pelos autores (2017)

O gráfico 2 retrata as médias obtidas pelo grupo de agricultores posseiros e grupo de agricultores assentados titulares que foram pesquisados e são vinculados ao movimento social MST.

No aspecto Trabalho o grupo de agricultores posseiros está com índice igual a 0,68 e o grupo de assentados titulares com índice igual a 0,67, ficando, portanto, ambos os grupos, abaixo da linha de base. O resultado deste aspecto é amparado pelo desempenho acesso a educação/proporção de estudantes, nível educacional, qualidade do trabalho e oportunidade de trabalho local/qualificação.

O aspecto Economia apresentou todas as unidades pesquisadas acima da linha base, sendo que o grupo de agricultores posseiros obteve

índice de 0,75 e o grupo de agricultores assentados titulares alcançaram índice 0,77. Assim, a média de ambos ficou com valor de 0,77. Este resultado é sustentado pelo bom desempenho médio de todos os indicadores avaliados no aspecto Economia.

No aspecto Saúde os dois grupos de agricultores avaliados ficaram bem abaixo da linha base e a média obtida por ambos foi de 0,38, valor é bem abaixo da linha base. Este resultado é fruto da presença de focos de vetores de doenças com destaque para o *Aedes*, carrapatos e roedores, pelas condições de segurança e saúde ocupacional (periculosidade e insalubridade) e ainda pela ausência e/ou pouco acesso à prática do esporte e ao lazer.

O aspecto Gestão e Administração apresentou o grupo de agricultores posseiros com índice de 0,35 e o grupo de assentados titulares com índice de 0,42. A média entre ambos com índice de 0,39 constitui valores que estão bem abaixo da linha base. Este desempenho está abaixo da linha base por apresentar problemas em todos os itens questionados.

A avaliação de impacto com o Sistema APOIA SOCIAL foi obtido depois de calculados os valores para o conjunto de 20 (vinte) indicadores a partir dos Valores de Utilidade obtidos para cada um dos indicadores e pela expressão da média desses valores que compõem o índice de impacto social de todas as unidades estudadas. Os grupos pertencentes ao Movimento Social MST obtiveram índices de 0,73 e 0,75, respectivamente, para o grupo de agricultores posseiros e grupo de agricultores assentados titulares, ficando com média de 0,74. Este resultado positivo é sustentado pelo bom desempenho no aspecto Trabalho e no aspecto Economia com seus respectivos indicadores, uma vez que os aspectos saúde e gestão/administração ficaram com médias abaixo da linha de base. Entretanto, este valor positivo obtido através do índice APOIA SOCIAL, coloca o grupo numa condição de

desempenho satisfatório, contribuindo para o processo de desenvolvimento da agricultura familiar e para o desenvolvimento local.

4.3 Resultados no Movimento FETAGRI

Nesta seção serão mostrados os resultados obtidos pelo grupo de famílias pertencentes ao Movimento Social FETAGRI, no qual foram pesquisadas 09 (nove) famílias de agricultores posseiros e 13 (treze) de assentados titulares. Depois de aplicado o questionário realizou-se o processamento na plataforma Microsoft Excel® de onde se obteve os índices que foram sistematizados e agrupados na tabela abaixo:

Tabela 10 - Índices do Grupo Agricultores Posseiros – Movimento FETAGRI

ORD	AMOSTRAS	ÍNDICES: Desempenho segundo os aspectos sociais				APOIA SOCIAL
		TRAB/EMP	ECONOMIA	SAÚDE	GESTÃO	
1	FETAGRI-303	0,65	0,82	0,23	0,61	0,80
2	FETAGRI-350	0,65	0,82	0,23	0,61	0,80
3	FETAGRI-351	0,70	0,78	0,33	0,63	0,83
4	FETAGRI-352	0,65	0,81	0,33	0,63	0,83
5	FETAGRI-353	0,78	0,80	0,42	0,70	0,89
6	FETAGRI-356	0,70	0,83	0,38	0,81	0,92
7	FETAGRI-358	0,70	0,84	0,28	0,70	0,87
8	FETAGRI-386	0,65	0,86	0,33	0,63	0,85
9	FETAGRI-389	0,72	0,83	0,23	0,66	0,84
	MÉDIA	0,69	0,82	0,31	0,66	0,85

Fonte: Elaborado pelos autores (2017)

A tabela 10 apresenta os resultados da agricultura praticada pelos nove Agricultores Posseiros pesquisados e pertencentes ao Movimento Social FETAGRI. Assim como nas tabelas anteriores, foram consideradas as médias alcançadas por cada aspecto e pelo índice

APOIA SOCIAL.

No aspecto Trabalho, dentre todas as unidades pesquisadas cinco (FETAGRI 351, FETAGRI 353, FETAGRI 356, FETAGRI 358, FETAGRI 389) obtiveram índice entre 0,70 e 0,78, valores que ficam na linha de base e acima dela. As demais unidades pesquisadas ficaram com índice de 0,65 e a média obtida pelo grupo foi de 0,69, valor que está ligeiramente abaixo da linha base.

No aspecto Economia, a unidade FETAGRI 351, com índice de 0,78, apresentou menor valor e a unidade FETAGRI 386, com índice de 0,86, apresentou maior valor. A média geral do grupo ficou em 0,82 do índice, valor que está acima da linha de base. Este resultado positivo é fruto do bom desempenho médio de todos os indicadores avaliados neste aspecto.

No aspecto Saúde todas as unidades estudadas, bem como a média entre ambas, com índice de 0,31, apresentaram valores que estão abaixo da linha base. Este resultado negativo, abaixo da linha de base, é fruto da presença de focos de vetores de doenças, pelas condições de segurança e saúde ocupacional (periculosidade e insalubridade) e ainda pela ausência e/ou pouco acesso à prática de esportes e ao lazer.

No aspecto Gestão e Administração, obteve-se um quadro em que apenas as unidades FETAGRI 353, com índice de 0,70, FETAGRI 356, com índice de 0,81 e FETAGRI 358, com índice 0,70 ficaram no limite positivo, ou seja, na linha de base ou acima desta. As demais unidades ficaram com índices que variam entre 0,61 e 0,66 inclusive a média entre ambos ficou com índice de 0,66, valor que está ligeiramente abaixo da linha base. Este desempenho situado abaixo da linha base é causado por problemas em todos os itens averiguados.

A composição do índice de impacto social de todas as unidades estudadas foi positiva, tendo em vista que todas as unidades ficaram

com índice acima da linha base e obtiveram média geral de 0,85. Este resultado positivo tem sua causa no bom desempenho dos aspectos Trabalho e Economia com seus respectivos indicadores, uma vez que os aspectos saúde e gestão/administração ficaram com médias abaixo da linha de base. O valor alcançado pelo índice APOIA SOCIAL, aponta o grupo com uma condição de desempenho satisfatório e contribui para o processo de desenvolvimento da agricultura familiar bem como para o desenvolvimento local.

Tabela 11 - Índices do Grupo Agricultores Titulares – Movimento FETAGRI

ORD	AMOSTRAS	ÍNDICES: Desempenho segundo os aspectos sociais				APOIA SOCIAL
		TRAB/EMP	ECONOMIA	SAÚDE	GESTÃO	
1	FETAGRI-072	0,65	0,78	0,02	0,71	0,78
2	FETAGRI-283	0,65	0,86	0,02	0,71	0,82
3	FETAGRI-304	0,65	0,80	0,29	0,67	0,83
4	FETAGRI-305	0,65	0,82	0,33	0,70	0,85
5	FETAGRI-306	0,65	0,87	0,04	0,67	0,81
6	FETAGRI-307	0,65	0,85	0,28	0,67	0,85
7	FETAGRI-354	0,70	0,85	0,79	0,59	0,94
8	FETAGRI-355	0,70	0,85	0,79	0,59	0,94
9	FETAGRI-359	0,65	0,83	0,26	0,64	0,82
10	FETAGRI-360	0,70	0,77	0,36	0,66	0,83
11	FETAGRI-361	0,75	0,81	0,18	0,80	0,88
12	FETAGRI-377	0,65	0,80	0,04	0,70	0,79
13	FETAGRI-378	0,78	0,81	0,26	0,67	0,86
	MÉDIA	0,68	0,82	0,33	0,67	0,85

Fonte: Elaborado pelos autores (2017).

A tabela 11 mostra os resultados da agricultura praticada pelos Agricultores Assentados Titulares pertencentes ao Movimento Social

FETAGRI. Assim como os dados apresentados anteriormente, estes também seguem o mesmo padrão.

Assim, o aspecto Trabalho é calculado com base na análise de quatro indicadores: acesso à educação/proporção de estudantes, nível educacional, qualidade do trabalho e oportunidade de trabalho local/qualificação. Dentre todas as unidades pesquisadas a FETAGRI 354, 355, 360, 361 e 378 ficaram com índices entre 0,70 e ,078, localizando-se acima da linha base. As demais obtiveram índices de 0,65 e a média entre ambas é de 0,67, valores que estão abaixo da linha base.

O aspecto Economia consiste na avaliação de oito indicadores: renda líquida do estabelecimento, acesso a serviços básicos, padrão de consumo, diversidades de fontes de renda, distribuição da renda, nível de endividamento, valor da propriedade e qualidade da moradia. Todas as treze unidades estudadas ficaram com índices que variam entre 0,77 e 0,87, valores que estão acima da linha de base. Este resultado positivo tem causa e potencialização no bom desempenho médio de todos os indicadores avaliados.

No aspecto Saúde são considerados três indicadores: incidência de focos de vetores de doenças endêmicas, segurança e saúde ocupacional e acesso a esporte e lazer. Neste aspecto, apenas as unidades FETAGRI 354 e 355, que apresentaram índice de 0,79, ficaram com valores acima da linha base, todas as demais unidades pesquisadas ficaram abaixo. Destaque negativo para as unidades FETAGRI 072 e 283, que apresentaram os piores índices - 0,02. A média geral obtida por este grupo alcança o índice de 0,33, valor muito abaixo da linha de base. Este resultado aquém da linha de base é fruto da existência de focos de vetores de doenças, pelas condições de periculosidade e insalubridade da segurança e da saúde ocupacional e, ainda, pela ausência e/ou pouco acesso à prática do esporte e ao lazer.

No aspecto Gestão e Administração são avaliados os indicadores de perfil do responsável pela unidade, condição de comercialização, disposição de resíduos, gestão de insumos químicos e relação institucional. Neste aspecto tem-se um quadro em que das treze unidades estudadas, oito unidades ficaram com índices que variam entre 0,59 e 0,67, portanto, abaixo da linha de base, enquanto as outras cinco unidades ficaram com índices que variam entre 0,70 e 0,80, valores estes que ficam acima da linha base. A média geral alcançou índice de 0,67, valor que está ligeiramente abaixo da linha base. Este desempenho negativo tem causa em problemas em todos os indicadores estudados.

A avaliação de impacto com o Sistema APOIA SOCIAL, para o caso do grupo FETAGRI – Assentados Titulares, todas as treze unidades estudadas ficaram com índices que variam entre 0,78 e 0,94 e a média em 0,85, valores que estão acima da linha base. O resultado positivo foi alcançado através do bom desempenho nos aspectos Trabalho e Economia, uma vez que os aspectos saúde e gestão/administração ficaram com médias abaixo da linha base. Entretanto este valor alcançado pelo índice APOIA SOCIAL, coloca o grupo na condição de desempenho satisfatório, assim contribuindo para o processo de desenvolvimento da agricultura familiar e desenvolvimento local.

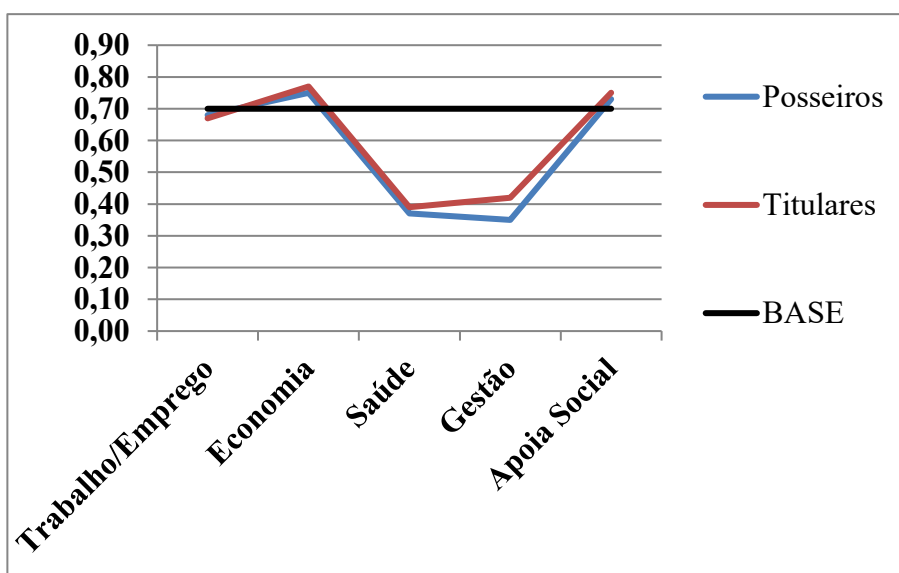
Tabela 12 - Aspectos de desempenho dos Indicadores Sociais do Movimento FETAGRI

ORD	GRUPOS	INDICES: Desempenho segundo os aspectos sociais				APOIA SOCIAL
		TRAB/EMP	ECONOMIA	SAÚDE	GESTÃO	
1	POSSEIROS	0,69	0,82	0,31	0,66	0,85
2	TITULARES	0,68	0,82	0,33	0,67	0,85
	MÉDIAS	0,69	0,82	0,32	0,67	0,85

Fonte: Elaborado pelos autores (2017)

A tabela 12 mostra os resultados da agricultura praticada pelos grupos, Agricultores Assentados Titulares e Agricultores Posseiros ligados ao Movimento Social FETAGRI, conforme demonstra o gráfico 3.

Gráfico 3 - Aspectos de desempenho dos Indicadores Sociais do Movimento – FETAGRI



Fonte: Elaborado pelos autores (2017).

O gráfico 3 retrata as médias obtidas pelo grupo de agricultores posseiros e pelo grupo de assentados titulares vinculados ao movimento social FETAGRI. No aspecto Trabalho o grupo de agricultores posseiros obteve índice de 0,69 e o grupo de assentados titulares alcançou índice de 0,68. A média entre ambos foi de 0,69, valores que estão ligeiramente abaixo da linha de base. Este resultado negativo teve causa no desempenho dos indicadores.

No aspecto Economia os grupos ficaram com índice de 0,82, valor que está acima da linha base. Este resultado positivo foi obtido por ser fruto do bom desempenho médio de todos os indicadores avaliados neste aspecto. Já no aspecto Saúde, ambos os grupos alcançaram índices de 0,31 e 0,33, respectivamente, e a média de 0,32, todos os valores que estão bem abaixo da linha base. Este resultado é negativo e, portanto, aquém da linha de base, fruto de baixos índices em todos os itens avaliados.

No aspecto Gestão e Administração o grupo de agricultores posseiros obteve índice de 0,66, enquanto o grupo de assentados titulares alcançou índice de 0,67. A média ficou em 0,67, todos são valores que estão abaixo da linha de base, porém bem próximos desta, o que denota resultado negativo para o aspecto em questão.

A avaliação de impacto com o Sistema APOIA SOCIAL para o Movimento Social FETAGRI indicou que ambos os grupos pesquisados ficaram com índice de 0,85, valor que está bem acima da linha base. Este resultado positivo é sustentado, sobretudo, pelo bom desempenho no aspecto Trabalho e Renda, uma vez que os aspectos saúde e gestão/administração ficaram com médias abaixo da linha de base. Entretanto este valor alcançado pelo índice APOIA SOCIAL, posiciona o grupo na condição de desempenho satisfatório e assim contribui para o processo de desenvolvimento da agricultura familiar e desenvolvimento local.

4.4 Resultados no Movimento AMFFI

Nesta seção serão mostrados os resultados do grupo de famílias pertencentes ao Movimento Social AMFFI, do qual foram pesquisadas 03 (três) famílias de agricultores posseiros e 05 (cinco) de assentados titulares. Depois de realizada a aplicação do questionário realizou-se o processamento na plataforma Microsoft Excel®, de onde obteve-se os

índices que foram sistematizados e agrupados na tabela abaixo.

Tabela 13 - Índices do Grupo Agricultores Posseiros – Movimento AMFFI

ORD	AMOSTRAS	ÍNDICES: Desempenho segundo os aspectos sociais				APOIA SOCIAL
		TRAB/EMP	ECONOMIA	SAÚDE	GESTÃO	
1	AMFFI - 054	0,84	0,84	0,06	0,26	0,72
2	AMFFI - 117	0,75	0,78	0,69	0,22	0,78
3	AMFFI - 147	0,72	0,72	0,07	0,23	0,63
	MÉDIA	0,77	0,78	0,27	0,24	0,71

Fonte: Elaborado pelos autores (2017).

A tabela 13 mostra os resultados da agricultura praticada pelos grupos Agricultores Posseiros ligados ao Movimento Social AMFFI. Partindo da mesma premissa, no aspecto Trabalho as três unidades pesquisadas obtiveram índice que variam entre 0,72 e 0,84 e média de 0,77, valores que estão acima da linha base. Este resultado positivo do aspecto trabalho deu-se pelo bom desempenho dos indicadores: acesso à educação/proporção de estudantes, nível educacional, qualidade do trabalho e oportunidade de trabalho local/qualificação.

O aspecto Economia apresentou as três unidades pesquisadas com índices que variam entre 0,72 a 0,84 e índice médio de 0,78, valores que estão bem acima da linha base. Este resultado positivo tem origem no bom desempenho médio de todos os indicadores avaliados no aspecto Economia.

No aspecto Saúde as unidades pesquisadas ficaram com índices que variam entre 0,06 e 0,69 e o índice médio de 0,27, valores que estão muito abaixo da linha base. Este resultado negativo é sustentado pela deficiência presente em todos ou quase todos os itens pesquisados.

No aspecto Gestão e Administração as unidades estudadas

alcançaram índices que variam entre 0,22 e 0,26 e média de 0,24 valores, que estão bem abaixo da linha base. Este resultado negativo tem como causa as dificuldades ocorridas no indicador condição de comercialização, pela falta de um processo de reciclagem de resíduos, por problemas na gestão de insumos químicos, pela pouca relação institucional e pelo nível de dedicação e perfil do responsável pela unidade.

A avaliação de impacto com o Sistema APOIA SOCIAL é obtido depois de calculados os valores para o conjunto de 20 (vinte) indicadores a partir dos Valores de Utilidade obtidos para cada um dos indicadores e pela expressão da média desses valores que compõem o índice de impacto social de todas as unidades estudadas. A composição do índice de impacto social das unidades AMFFI 054 e 117 foram, respectivamente, 0,72 e 0,78 e a média com índice de 0,71, valores que estão acima da linha base. A unidade AMFFI 147, com índice de 0,63 ficou abaixo da linha de base. O resultado positivo é sustentado pelo bom desempenho no aspecto Trabalho e Renda, colocando o grupo na condição de desempenho satisfatório, colaborando para o processo de desenvolvimento da agricultura familiar e do desenvolvimento local.

Tabela 14 - Índices do Grupo Agricultores Titulares – Movimento AMFFI

ORD	AMOSTRAS	ÍNDICES: Desempenho segundo os aspectos sociais				APOIA SOCIAL
		TRAB/EMP	ECONOMIA	SAÚDE	GESTÃO	
1	AMFFI - 110	0,70	0,71	0,46	0,61	0,81
2	AMFFI - 120	0,70	0,72	0,01	0,46	0,69
3	AMFFI - 124	0,70	0,81	0,19	0,64	0,82
4	AMFFI - 134	0,70	0,70	0,01	0,49	0,68

5	AMFFI - 144	0,72	0,69	0,21	0,38	0,68
	MÉDIA	0,71	0,73	0,14	0,50	0,73

Fonte: Elaborado pelos autores (2017).

A tabela 14 demonstra os resultados da agricultura praticada pelo grupo, Agricultores Assentados Titulares ligados ao Movimento Social AMFFI, de acordo com a metodologia mais bem classificada para a pesquisa.

No aspecto Trabalho todas as unidades pesquisadas ficaram com índices na linha de base ou acima dela e a média alcançou índice de 0,71, valor que está situado ligeiramente acima da linha base. Este resultado positivo do aspecto trabalho deu-se pelo bom desempenho dos indicadores pesquisados. Já o aspecto Economia, que avalia oito indicadores, apresenta a unidade AMFFI 144, que, com índice de 0,69, foi a única com valor abaixo da linha base, as demais unidades pesquisadas AMFFI 110, 120, 124 e 134 ficaram com índices que variam entre 0,70 a 0,81. A média de 0,73 está acima da linha base. Este resultado positivo é sustentado pelo bom desempenho médio de todos os indicadores avaliados no aspecto economia.

No aspecto Saúde todas as unidades estudadas ficaram abaixo da linha base, com destaque negativo para as unidades AMFFI 120 e 134 que alcançaram índice de 0,01. A média obtida pelo grupo é de 0,14, valor que está muito abaixo da linha base. Este resultado negativo bem aquém da linha base tem sua causa no mau desempenho dos indicadores pesquisados.

No aspecto Gestão e Administração tem-se, também, um quadro em que todas as cinco unidades estudadas alcançaram índices que variam de 0,38 a 0,64 e a média ficando com índice de 0,50, valores que estão abaixo da linha base. Este resultado negativo tem causa em problemas de comercialização, de processos de reciclagem de resíduos,

problemas na gestão de insumos químicos, dentre outros.

A avaliação de impacto com o Sistema APOIA SOCIAL, no caso do Movimento AMFFI – Grupo Assentados Titulares obtivemos que as unidades AMFFI 120, 134 e 144 alcançaram índices que variam entre 0,68 e 0,69, valores que estão abaixo da linha de base, enquanto as unidades AMFFI 110 e 124 obtiveram índices de 0,81 e 0,82, respectivamente, e se situam acima da linha de base. Já a média entre os grupos ficou com índice de 0,73. O resultado positivo é sustentado, novamente pelo bom desempenho nos aspectos Trabalho e Economia, com seus respectivos indicadores, colocando o grupo em condições de desempenho satisfatório, com contribuição para o processo de desenvolvimento da agricultura familiar e desenvolvimento local.

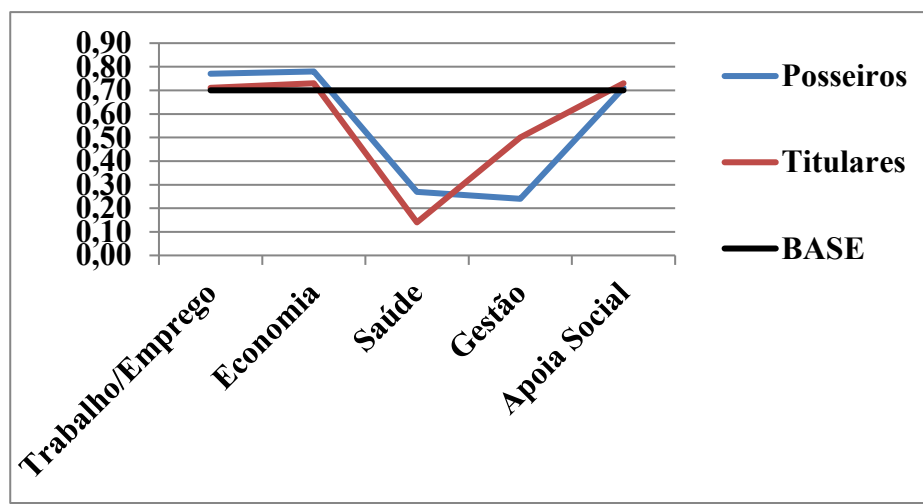
Tabela 15 - Aspectos de desempenho dos Indicadores Sociais do Movimento Social AMFFI

ORD	GRUPOS	INDICES: Desempenho segundo os aspectos sociais				APOIA SOCIAL
		TRAB/EMP	ECONOMIA	SAÚDE	GESTÃO	
1	POSSEIROS	0,77	0,78	0,27	0,24	0,71
2	TITULARES	0,71	0,73	0,14	0,5	0,73
	MÉDIA	0,74	0,76	0,21	0,37	0,72

Fonte: Elaborado pelos autores (2017)

A tabela 15 apresenta os resultados da agricultura praticada pelos grupos de Agricultores Assentados Titulares e Agricultores Posseiros ligados ao Movimento Social AMFFI, de acordo com o que demonstra o gráfico 4.

Gráfico 4 - Aspectos de desempenho dos Indicadores Sociais do Movimento - AMFFI



Fonte: Elaborado pelos autores (2017).

O gráfico 4 retrata as médias obtidas pelo grupo de agricultores posseiros e pelo grupo de assentados titulares que são vinculados ao movimento social AMFFI, desta maneira, no aspecto Trabalho o grupo de agricultores posseiros obteve índice de 0,77 e o grupo de assentados titulares alcançou índice igual a 0,71, estabelecendo uma média de 0,74, valores que estão acima da linha base. O resultado positivo neste aspecto tem causa no bom desempenho dos indicadores.

No aspecto Economia o grupo de agricultores posseiros obteve índice de 0,78 e o grupo de assentados titulares índice de 0,73. A média entre ambos alcançou índice de 0,76, e todos são valores que estão bem acima da linha base. Este resultado positivo obtido pelo aspecto economia é fruto do bom desempenho médio de todos os indicadores avaliados.

No aspecto Saúde ambos os grupos de agricultores avaliados ficaram bem abaixo da linha base, uma vez que tanto o grupo de

agricultores posseiros quanto o grupo de assentados titulares alcançaram, respectivamente, índices de 0,27 e 0,14 e a média alcançada entre ambos Foi de 0, 21, valores que estão muito abaixo da linha base. Este resultado é negativo por mau desempenho médio de todos os indicadores pesquisados.

No aspecto Gestão e Administração o grupo de agricultores posseiros alcançou índice de 0,24, enquanto o grupo de assentados titulares alcançou índice de 0,50. A média entre ambos foi de 0,37, valores que estão abaixo da linha base. Este resultado, também negativo, tem causa no desempenho pouco exitoso dos indicadores que aparecem na pesquisa.

Na avaliação de impacto desta pesquisa, utilizando o Sistema APOIA SOCIAL, verificou-se que para o caso do movimento AMFFI, o impacto é considerado positivo, pois o índice de 0,72 está situado acima da linha base. Este resultado positivo teve, igualmente, causa no bom desempenho dos aspectos Trabalho e Economia, uma vez que o aspecto saúde e o aspecto gestão/administração ficaram com médias bem abaixo da linha de base. O bom resultado apresentado pelos aspectos Trabalho e Economia coloca o grupo em condição de desempenho e desenvolvimento satisfatório.

4.5 Agricultores posseiros: desempenho dos indicadores sociais

Nesta seção apresentam-se os resultados obtidos pelo grupo de Agricultores Posseiros, uma vez que, conforme determinado pela metodologia da pesquisa, foram entrevistadas vinte e cinco famílias, assim distribuídas: seis do movimento CUT, sete do MST, nove da FETAGRI e três da AMFFI. Assim que foram realizadas as aplicações dos questionários, fez-se os processamentos dos dados na plataforma Microsoft Excel®, de onde se obtiveram os índices que foram sistematizados e agrupados na tabela abaixo.

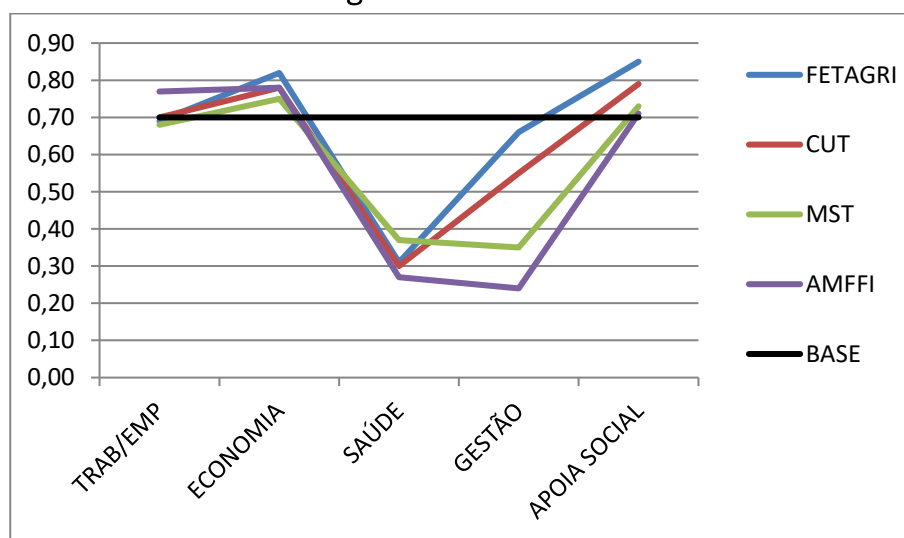
Tabela 16 - Aspectos de desempenho dos Indicadores Sociais – Agricultores Posseiros

Grupo	Mov.	ÍNDICES: Desempenho segundo os aspectos sociais				APOIA SOCIAL
		TRAB/EMP	ECONOMIA	SAÚDE	GESTÃO	
Agricultores Posseiros	FETAGRI	0,69	0,82	0,31	0,66	0,85
	CUT	0,70	0,78	0,30	0,55	0,79
	MST	0,68	0,75	0,37	0,35	0,73
	AMFFI	0,77	0,78	0,27	0,24	0,71
MÉDIA		0,71	0,78	0,31	0,45	0,77

Fonte: Elaborado pelos autores (2017)

A tabela 16 traz os resultados da agricultura praticada pelo grupo de Agricultores Posseiros ligados a todos os Movimentos Sociais pesquisados. Consideraram-se as médias obtidas por cada aspecto e para o índice APOIA SOCIAL, conforme demonstra o gráfico 5.

Gráfico 5 - Aspectos de desempenho dos Indicadores Sociais – Agricultores Posseiros



Fonte: Elaborado pelos autores (2017)

O gráfico 5 retrata as médias obtidas pelo grupo de agricultores posseiros, com ênfase no movimento social do qual fazem parte (CUT, MST, FETAGRI ou AMFFI).

De acordo com o gráfico acima, no Aspecto Trabalho o grupo de agricultores posseiros atingiu índices que variam entre 0,67 e 0,77 e índice médio de 0,71, valores que estão acima da linha base. Este resultado positivo é causado pelo bom desempenho dos indicadores de acesso à educação/proporção de estudantes, nível educacional, qualidade do trabalho e oportunidade de trabalho local e a qualificação.

O aspecto Economia que engloba a avaliação de oito indicadores: renda líquida do estabelecimento, acesso a serviços básicos, padrão de consumo, diversidades de fontes de renda, distribuição da renda, nível de endividamento, valor da propriedade e qualidade da moradia indica que o grupo de agricultores posseiros obteve índices que variam de 0,75 a 0,82 e média de 0,78, valores que também estão acima da linha de base. O resultado positivo obtido pelo aspecto economia tem sua causa no bom desempenho médio alcançado por todos os indicadores avaliados.

No aspecto Saúde em que são considerados três indicadores: incidência de focos de vetores de doenças endêmicas, segurança e saúde ocupacional e acesso a esporte e lazer, o grupo de agricultores posseiros alcançou índices que variam entre 0,27 e 0,37 e média de 0,31 valores que estão bem abaixo da linha base. Estes resultados se apresentam negativos, uma vez que possuem problemas em todos os indicadores pesquisados.

No aspecto Gestão e Administração, em que são avaliados os indicadores de perfil do responsável pela unidade, as condições de comercialização, a disposição de resíduos, a gestão de insumos

químicos e a relação institucional. Neste aspecto o grupo de agricultores posseiros obteve índices que variam entre 0,24 e 0,66 e com média de 0,45 valores que estão bem abaixo da linha de base. Este resultado negativo, situado muito abaixo da linha base, tem como causa a presença de dificuldades em todos os indicadores.

Na avaliação de impacto com uso do Sistema APOIA SOCIAL, notou-se que o grupo de agricultores posseiros obteve índices que variaram de 0,71 a 0,85 e média de 0,77, valores que estão acima da linha base. Este resultado positivo tem sustentação no desempenho equilibrado do aspecto Trabalho e no aspecto Economia, com seus respectivos indicadores.

4.6 Assentados titulares: desempenho dos indicadores sociais

Nesta seção serão apresentados os resultados obtidos pelo grupo de Agricultores Assentados Titulares, que conforme determinado pela metodologia foram pesquisadas trinta e nove famílias, sendo: dez famílias pertencentes ao movimento CUT, onze inseridas no MST, treze na FETAGRI e cinco famílias inseridas na AMFFI. Com a aplicação dos questionários fez-se, em seguida, os processamentos dos dados na plataforma Microsoft Excel®. Assim, obtiveram-se os índices que foram sistematizados e agrupados na tabela abaixo:

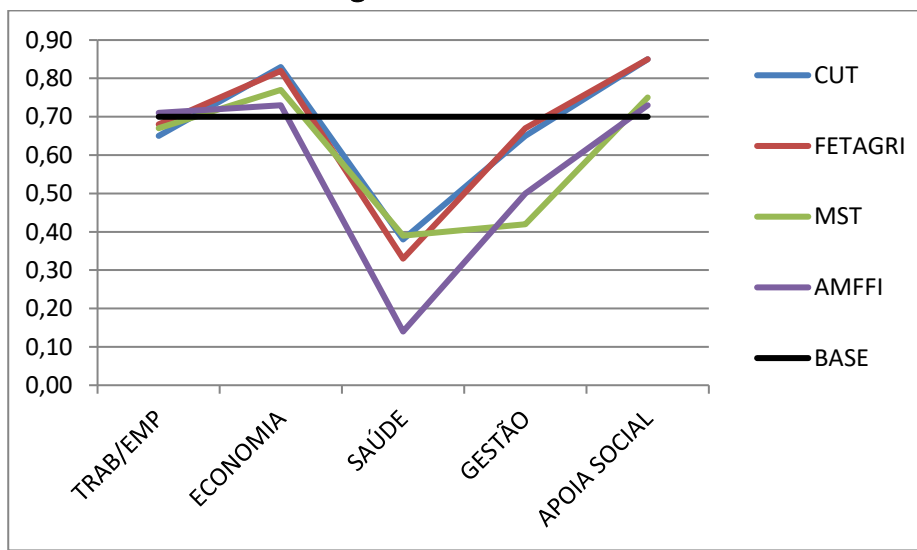
Tabela 17 - Aspectos de desempenho dos Indicadores Sociais – Assentados Titulares

GRUPO	MOV.	ÍNDICES: Desempenho segundo os aspectos sociais				APOIA SOCIAL
		TRAB/EMP	ECONOMIA	SAÚDE	GESTÃO	
Assentados Titulares	CUT	0,65	0,83	0,38	0,65	0,85
	FETAGRI	0,68	0,82	0,33	0,67	0,85
	MST	0,67	0,77	0,39	0,42	0,75
	AMFFI	0,71	0,73	0,14	0,5	0,73
MÉDIA		0,68	0,79	0,31	0,56	0,80

Fonte: Elaborado pelos autores (2017)

A tabela 17 apresenta os resultados da agricultura praticada pelo grupo de Agricultores Assentados titulares ligados a todos os Movimentos Sociais pesquisados, conforme demonstra o gráfico 6:

Gráfico 6 - Aspectos de desempenho dos Indicadores Sociais – Agricultores Titulares



Fonte: Elaborado pelos autores (2017).

O gráfico 6 retrata as médias obtidas pelo grupo de Assentados Titulares de acordo com os movimentos sociais que integram (CUT, MST, FETAGRI ou AMFFI).

Assim, no aspecto Trabalho o grupo de assentados titulares obteve índices que variam entre 0,67 e 0,71 e média de 0,68, valores que estão ligeiramente abaixo da linha base. Este resultado negativo é causado pelo desempenho médio dos indicadores de acesso à educação/proporção de estudantes, nível educacional, qualidade do trabalho e oportunidade de trabalho local e a qualificação.

O aspecto Economia demonstra que o grupo de assentados titulares obteve índices que variam de 0,73 a 0,83 e índice médio de 0,79, valores que estão bem acima da linha de base. Este resultado positivo obtido pelo aspecto economia tem sustentação no bom desempenho médio alcançado em todos os indicadores avaliados.

No aspecto Saúde o grupo de assentados titulares de todos os movimentos obtiveram índices que variaram entre 0,14 a 0,39 e média de 0,31, valores que estão muito abaixo da linha base. Este resultado negativo situado abaixo da linha de base é fruto da presença de focos de vetores de doenças com destaque para o Aedes, carrapatos e roedores, pelas condições de segurança e saúde ocupacional (periculosidade e insalubridade) e ainda pela ausência e/ou pouco acesso à prática do esporte e ao lazer.

No aspecto Gestão e Administração o grupo de assentados titulares de todos os movimentos alcançaram índices que variam de 0,42 a 0,67 e índice médio de 0,56, valores que estão bem abaixo da linha base. Este resultado negativo situado muito abaixo da linha base tem causa na ocorrência de problemas nas condições de comercialização, na falta de um processo de reciclagem de resíduos, por problemas na gestão de insumos químicos, pela pouca relação institucional e pelo nível de dedicação e perfil do responsável pela unidade.

A avaliação de impacto através do Sistema APOIA SOCIAL, demonstra que o grupo de assentados titulares com amostras presentes em todos os movimentos obteve índices que variam entre 0,73 e 0,85 e índice médio de 0,80, valores que estão bem acima da linha base. Este resultado positivo tem causa no bom desempenho, novamente, dos aspectos Trabalho e Economia, apesar de os aspectos saúde e gestão/administração ficarem com médias abaixo da linha de base. Apesar do mau desempenho destes últimos, o valor alcançado pelo índice APOIA SOCIAL, coloca o grupo em condições de desempenho satisfatório, contribuindo para o processo de desenvolvimento da agricultura familiar, bem como do desenvolvimento local.

4.7 Aspectos de desempenho entre movimentos e grupos pesquisados

Os resultados obtidos por todos os movimentos serão mostrados nesta seção. Conforme determinado pela metodologia, foram pesquisadas sessenta e quatro famílias dos grupos de Agricultores Posseiros e Assentados Titulares, assim distribuídas: dezesseis inseridas no movimento CUT, dezoito famílias inseridas no movimento MST, vinte e duas famílias inseridas no movimento FETAGRI e oito inseridas no movimento AMFFI. Após a realização da pesquisa de campo, com a aplicação do questionário, alimentou-se a plataforma Microsoft Excel®, obtendo-se os índices que foram sistematizados e agrupados na tabela abaixo:

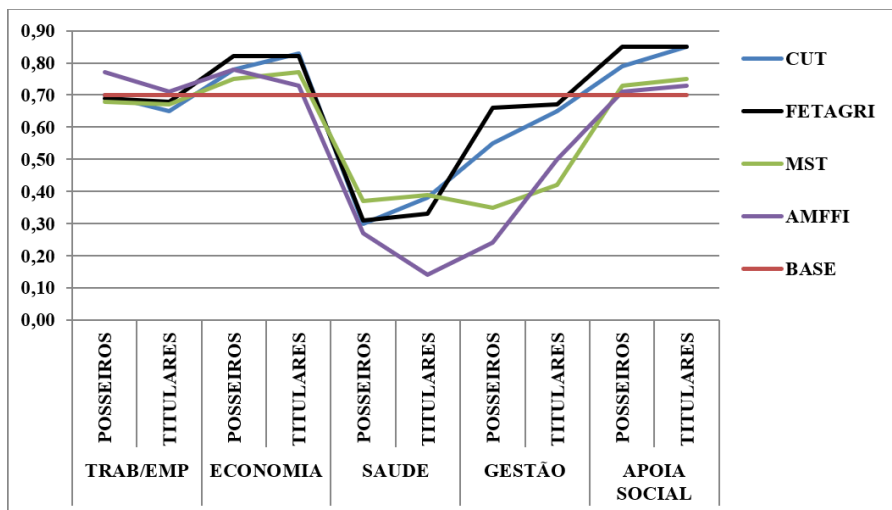
**Tabela 18 - Aspectos de desempenho dos Indicadores Sociais –
Todos os Movimentos e todos os grupos**

MOV.	GRUPOS	INDICES: Desempenho segundo os aspectos sociais				APOIA SOCIAL
		TRAB/EMP	ECONOMIA	SAÚDE	GESTÃO	
CUT	Posseiros	0,70	0,78	0,30	0,55	0,79
	Titulares	0,65	0,83	0,38	0,65	0,85
FETAGRI	Posseiros	0,69	0,82	0,31	0,66	0,85
	Titulares	0,68	0,82	0,33	0,67	0,85
MST	Posseiros	0,68	0,75	0,37	0,35	0,73
	Titulares	0,67	0,77	0,39	0,42	0,75
AMFFI	Posseiros	0,77	0,78	0,27	0,24	0,71
	Titulares	0,71	0,73	0,14	0,5	0,73
MÉDIA		0,69	0,79	0,31	0,51	0,78

Fonte: Elaborado pelos autores (2017).

A tabela 18 mostra os resultados da agricultura praticada por todos os grupos de Agricultores Posseiros e Assentados titulares integrantes de todos os Movimentos Sociais, conforme demonstra o gráfico 7.

Gráfico 7 - Aspectos de desempenho dos Indicadores Sociais – Todos os Movimentos e todos os grupos



Fonte: Elaborado pelos autores (2017)

O gráfico 7 retrata as médias obtidas por todos os grupos de Agricultores Posseiros e Agricultores Assentados Titulares pesquisados com ênfase no desempenho destes grupos dentro dos movimentos a que pertencem.

Assim, o **Aspecto Trabalho** obteve a segunda menor diferença entre o desempenho dos grupos, tendo apresentado como menor índice 0,65 (CUT titulares) e o maior índice 0,77 (AMFFI Posseiros), procedendo a uma diferença de apenas 0,12 (doze centésimos), ficando como o segundo aspecto mais homogêneo dentre os quatro aspectos propostos pela metodologia. Ressalta-se, ainda, que, embora a média de 0,69 nesse aspecto se situe ligeiramente abaixo da linha de base, o resultado indica desempenho próximo ao limite de referência adotado pela metodologia. E, é a segunda melhor média dentre os quatro aspectos pesquisados, que aliado à homogeneidade dos resultados

constitui um ponto forte no desempenho da agricultura familiar do Assentamento Itamarati I e, portanto, contribui para o desenvolvimento local. Segue abaixo avaliação dos resultados obtidos pelos movimentos no aspecto Trabalho para cada movimento:

Resultados no movimento CUT: o grupo de agricultores assentados titulares obteve índice de 0,65 enquanto o grupo de agricultores posseiros alcançou índice de 0,70 e a média entre ambos ficou em 0,68. Este resultado, apesar de apresentar média ligeiramente abaixo da linha base, está bem próximo desta. Para melhorar o desempenho deste índice, precisam-se programar ações que visem superar os problemas apontados pelo indicador Acesso a Educação, em especial com oferta de cursos de curta duração, cursos de especialização e cursos regulares.

Resultados no movimento MST: o grupo de agricultores assentados titulares obteve índice de 0,67 enquanto o grupo de agricultores posseiros alcançou índice de 0,68 e a média entre ambos ficou em 0,68. Este resultado, apesar de apresentar média ligeiramente abaixo da linha base, também está bem próximo desta. Portanto, melhorar este índice implica na implementação de ações iguais às que forem implantadas nos grupos de movimentos da CUT.

Resultados no movimento FETAGRI: o grupo de agricultores assentados titulares obteve índice de 0,68 enquanto o grupo de agricultores posseiros alcançou índice de 0,69 e a média entre ambos ficou em 0,69. Este resultado, apesar de apresentar média ligeiramente abaixo da linha base, está bem próximo desta. Para melhorar estes índices, basta seguir a mesma orientação dada aos grupos MST e CUT.

Resultados no movimento AMFFI: o grupo de agricultores assentados titulares obteve índice de 0,71 enquanto o grupo de agricultores posseiros alcançou índice de 0,77 e a média entre ambos

ficou em 0,74. Esta média colocou o movimento AMFFI como melhor desempenho no aspecto trabalho dentre todos os quatro movimentos pesquisados (CUT, MST, FETAGRI e AMFFI). Este desempenho é justificado principalmente pelo perfil dos agricultores deste movimento, que na sua maioria, é composto por técnicos especializados que atuavam no antigo empreendimento da Fazenda Itamarati. Este resultado apesar de apresentar média acima da linha base, também pode ser incrementado com ações que visem a melhoria do indicador Acesso à Educação, em especial com oferta de cursos de curta duração, cursos de especialização e cursos regulares.

No **Aspecto Economia** os resultados apontam que este aspecto teve a menor diferença entre o desempenho dos grupos, tendo obtido como menor índice 0,73 (AMFFI titulares) e o maior índice 0,83 (CUT posseiros), resultando numa diferença de apenas 0,10 (dez décimos) e ficando com o título de aspecto mais homogêneo dentre os quatro propostos pela metodologia. Ressalta-se que a média obtida de 0,79 está acima da linha base, sendo, ainda, a melhor média dentre todos os aspectos pesquisados. Assim, o resultado positivo, bem como o nível de homogeneidade dos índices obtidos, constitui em ponto forte no desempenho da agricultura familiar do Assentamento Itamarati I, contribuindo, portanto, para o processo de desenvolvimento local. Segue detalhamento abaixo do desempenho obtido pelos movimentos no aspecto Economia:

Resultados no movimento CUT: o grupo de agricultores assentados titulares obteve índice de 0,83 enquanto o grupo de agricultores posseiros alcançou índice de 0,78 e a média obtida por ambos foi de 0,81. Este resultado positivo foi o segundo melhor índice para o Aspecto Economia e tem sustentação no bom desempenho médio de todos os indicadores que compõem este aspecto. Entretanto, o incremento deste aspecto implica intervir na busca de melhoria para

os indicadores: Diversidades de Renda, Distribuição de Renda e Acesso a Serviços Básicos. Importante ressaltar que se ocorrerem melhorias/incrementos no desempenho dos índices do Aspecto Trabalho e do Aspecto Gestão/Administração, isto poderá também resultar em incrementos no desempenho do Aspecto Economia.

Resultados no movimento MST: o grupo de agricultores assentados titulares obteve índice de 0,77 enquanto o grupo de agricultores posseiros alcançou índice de 0,75 e a média entre ambos os grupos foi de 0,76. Este resultado positivo foi causado pelo bom desempenho médio de todos os indicadores que compõem o aspecto economia. Da mesma forma que no grupo anterior, o incremento deste aspecto implica implantar ações que visem a melhoria dos indicadores: Diversidades de Renda, Distribuição de Renda e Acesso a Serviços Básicos. Ressaltando-se, ainda, que se ocorrerem ações que melhorem o desempenho dos índices do Aspecto Trabalho e do Aspecto Gestão/Administração poderão resultar também em incrementos nos índices do Aspecto Economia.

Resultados no movimento FETAGRI: o grupo de agricultores assentados titulares obteve índice de 0,82 enquanto o grupo de agricultores posseiros alcançou índice de 0,82 e a média entre ambos os grupos ficou com 0,82. Este resultado positivo coloca o Movimento FETAGRI com o maior índice para do Aspecto Economia (entre todos os demais movimentos sociais) e tem causa no bom desempenho médio de todos os indicadores que compõem este aspecto. Apesar dos bons resultados, também é necessário implementar ações que visem melhorar os índices, da mesma forma que com os grupos CUT e MST.

Resultados no movimento AMFFI: o grupo de agricultores assentados titulares obteve índice de 0,73 enquanto o grupo de agricultores posseiros alcançou índice de 0,78 e a média entre ambos ficou em 0,76. Este resultado positivo tem sustentação no bom

desempenho médio de todos os indicadores que compõem este aspecto. Para melhorar os desempenhos deste item no movimento AMFFI é necessário seguir os passos das sugestões dadas aos outros grupos de assentados.

Aspecto Saúde: Neste aspecto são avaliados três indicadores: incidência de vetores de doenças endêmicas, segurança/saúde ocupacional e dedicação a esporte e lazer. Aqui se encontrou a segunda maior diferença entre o desempenho dos grupos, tendo obtido como menor índice 0,14 (AMFFI titulares) e o maior índice 0,39 (MST Titulares), constituindo-se uma diferença de 0,25 (vinte e cinco décimos), valores que dão ao aspecto saúde características de desempenho heterogêneo. A média de 0,31 obtida pelos grupos está muito abaixo da linha base e é a menor média dentre todos os aspectos pesquisados. Este resultado negativo, aliado ao desempenho heterogêneo, coloca o aspecto saúde em primeiro lugar na demanda por políticas públicas que melhorem drasticamente este problema e muita dedicação e compromisso dos grupos de agricultores na busca de superação das dificuldades identificadas neste aspecto. A seguir vê-se o detalhamento do desempenho obtido pelos movimentos no aspecto Saúde:

Resultados no movimento CUT: o grupo de agricultores assentados titulares obteve índice de 0,38 enquanto o grupo de agricultores posseiros alcançaram índice de 0,30 e a média entre ambos foi de 0,34. Este resultado negativo é a menor média dentre os índices obtidos pelos quatro aspectos pesquisados e tem causa no baixo desempenho de todos os indicadores avaliados no aspecto saúde. Demanda ações preventivas e corretivas que visem minimizar ou eliminar a incidência de focos de vetores de doenças endêmicas com destaque para as mais presentes – o *Aedes*, os carrapatos e os roedores, e a implementação de ações que busquem melhorar as condições de

segurança e saúde ocupacional, diminuindo a periculosidade e a insalubridade, assim como também se deve disponibilizar condições de acesso à prática do esporte e ao lazer.

Resultados no movimento MST: o grupo de agricultores assentados titulares obteve índice de 0,39 enquanto o grupo de agricultores posseiros alcançou índice de 0,37 e a média entre ambos ficou em 0,38. Este resultado negativo é a menor média de índices obtidos entre os quatro aspectos pesquisados, entretanto foi a melhor média do Aspecto Saúde entre os quatro movimentos pesquisados (CUT, MST, FETAGRI e AMFFI). Este desempenho tem causa no baixo valor dos índices obtidos pelos indicadores que compõem o aspecto saúde, o que requer as mesmas ações preventivas e corretivas que visem minimizar ou eliminar os problemas do grupo CUT.

Resultados no movimento FETAGRI: o grupo de agricultores assentados titulares obteve índice de 0,33 enquanto o grupo de agricultores posseiros alcançaram índice de 0,31 e a média entre ambos foi de 0,32. Este resultado negativo constitui-se como a menor média de índices obtidos entre os quatro aspectos pesquisados e tem sua causa no baixo desempenho dos indicadores avaliados no aspecto saúde, o que requer ações preventivas e corretivas que visem, assim como nos grupos anteriores, minimizar e/ou eliminar os problemas detectados.

Resultados no movimento AMFFI: o grupo de agricultores assentados titulares obteve índice de 0,14 enquanto o grupo de agricultores posseiros alcançaram índice de 0,27 e a média entre ambos foi de 0,21. Este resultado negativo foi a menor média de índices obtidos entre os quatro aspectos pesquisados e ainda é a menor média do Aspecto Saúde entre os quatro movimentos pesquisados (CUT, MST, FETAGRI e AMFFI), desempenho que tem causa nos baixos índices obtidos pelos indicadores avaliados no aspecto saúde. As ações que forem promovidas

para sanar os problemas de saúde para os outros grupos de assentados devem ser tomadas no âmbito geral, uma vez que as melhorias não podem ser oferecidas a apenas um dos grupos, não devem ser pensadas para atender apenas especificidades e sim para melhorar a qualidade de vida da população do assentamento como um todo.

Aspecto Gestão e Administração: neste aspecto são avaliados cinco indicadores: dedicação e perfil do responsável pela unidade, condição de comercialização, disposição de resíduos, gestão de insumos químicos e relação institucional. Este aspecto obteve a maior diferença entre o desempenho dos grupos, tendo alcançado como menor índice 0,24 (AMFFI posseiros) e o maior índice 0,67 (FETAGRI titulares), constituindo uma diferença de 0,43 (quarenta e três décimos), o que caracteriza este aspecto como tendo perfil heterogêneo no desempenho. O índice médio de 0,51, valor que está muito abaixo da linha base e é a segunda menor média dentre todos os aspectos pesquisados. Estes resultado negativo no valor dos índices obtidos, aliado ao perfil heterogêneo do Aspecto Gestão e Administração fica identificado na necessidade de implementação de políticas públicas, em como exige muita dedicação e compromisso dos grupos de agricultores na busca dos problemas identificados na pesquisa que são os relacionados com a dedicação e perfil dos responsáveis pelas unidades produtivas, na condição de comercialização, na disposição de resíduos, na gestão de insumos químicos e no relacionamento institucional (cooperativismo, assistência técnica e treinamento profissionalizante). Segue detalhamento do desempenho obtido pelos movimentos no aspecto Gestão/administração:

Resultados no movimento CUT: o grupo de agricultores assentados titulares obteve índice de 0,65 enquanto o grupo de agricultores posseiros alcançaram índice de 0,55 e a média entre ambos os grupos é de 0,60. Estes índices estão abaixo da linha base e

representam a segunda menor média de índices obtidos entre os quatro aspectos pesquisados. Este resultado negativo tem causa no baixo desempenho dos indicadores avaliados no aspecto Gestão /administração, o que requer ações preventivas e corretivas que visem melhorar o desempenho dos indicadores: dedicação e perfil do responsável pelas unidades produtivas, indicador condição de comercialização, do indicador disposição de resíduos, do indicador gestão de insumos químicos e do indicador relacionamento institucional (cooperativismo, assistência técnica e treinamento profissionalizante).

Resultados no movimento MST: o grupo de agricultores assentados titulares obteve índice de 0,42 enquanto o grupo de agricultores posseiros alcançaram índice de 0,35 e a média entre ambos foi de 0,39. Estes índices são a segunda menor média de índices obtidos entre os quatro aspectos pesquisados. Este resultado negativo tem causa no baixo desempenho dos indicadores avaliados no aspecto Gestão/administração e requer ações corretivas que visem melhorar o desempenho dos indicadores avaliados.

Resultados no movimento FETAGRI: o grupo de agricultores assentados titulares obteve índice de 0,67 enquanto o grupo de agricultores posseiros alcançou índice de 0,66 e a média entre ambos é de 0,67. Estes índices estão ligeiramente abaixo da linha base é também a melhor média para o Aspecto Gestão e Administração dentre todos os movimentos (CUT, FETAGRI, MST e AMFFI). O resultado negativo tem causa no baixo desempenho dos indicadores avaliados no aspecto Gestão /administração, o que requer ações preventivas e corretivas que visem melhorar o desempenho dos indicadores.

Resultados no movimento AMFFI: o grupo de agricultores assentados titulares obteve índice de 0,50 enquanto o grupo de agricultores posseiros alcançaram índice de 0,24 e a média entre ambos foi de 0,37. Estes índices estão bem abaixo da linha base são também a

menor média para o Aspecto Gestão e Administração dentre todos os movimentos (CUT, FETAGRI, MST e AMFFI). Este resultado negativo tem causa no baixo desempenho dos indicadores avaliados no aspecto Gestão/administração, o que requer ações preventivas e corretivas que visem melhorar o desempenho dos indicadores. Em todos os grupos, assim como o indicador anterior, as ações devem ter uma abrangência total e não ações isoladas que beneficiariam apenas um ou outro grupo em particular. Todas as ações de melhorias devem atingir todos os grupos de assentados.

O índice APOIA SOCIAL: este índice obteve bom desempenho em todos os movimentos estudados (CUT, MST, FETAGRI e AMFFI) tendo obtido como menor índice 0,71 (AMFFI posseiros) e o maior índice 0,85 (CUT titulares, FETAGRI titulares e FETAGRI posseiros) alcançando a média de 0,78 valor que está bem acima da linha base e se equipara ao índice médio do Aspecto Economia que obteve valor de 0,79. Este resultado positivo tem causa no bom desempenho do Aspecto Trabalho e no aspecto Economia com seus respectivos indicadores, isto porque o desempenho do Aspecto Saúde e do Aspecto Gestão/administração ficaram com índices bem abaixo da linha base e, inclusive, demandam a implementação de ações que visem obter melhorias na busca de níveis de equilíbrio e estabilidade no desempenho deste aspecto, na perspectiva de melhorar os processos de desenvolvimento da agricultura familiar e também de desenvolvimento local. Segue detalhamento do desempenho obtido pelos movimentos no índice APOIA SOCIAL:

Resultados no movimento CUT: o grupo de agricultores assentados titulares obteve índice de 0,85 enquanto o grupo de agricultores posseiros alcançou índice de 0,79 e a média entre ambos os grupos foi de 0,82. Este resultado positivo é o segundo melhor desempenho do índice APOIA SOCIAL dentre todos os movimentos

pesquisados (CUT, FETAGRI, MST e AMFFI) e tem causa no bom desempenho do Aspecto Trabalho e Aspecto Economia com seus respectivos indicadores, uma vez que os Aspectos Saúde e Gestão/administração obtiveram desempenho bem abaixo da linha base. Assim, o incremento no desempenho do índice APOIA SOCIAL implica na implementação de ações que visem superar os gargalos existentes no Aspecto Saúde e no Aspecto Gestão/administração.

Resultados no movimento MST: o grupo de agricultores assentados titulares obteve índice de 0,75 enquanto o grupo de agricultores posseiros alcançou índice de 0,73 enquanto que a média entre ambos foi de 0,74. Este resultado positivo tem sustentação no bom desempenho do Aspecto Trabalho e Aspecto Economia. Neste sentido, incrementar este indicador implica seguir as mesmas sugestões feitas para o grupo CUT.

Resultados no movimento FETAGRI: o grupo de agricultores assentados titulares obteve índice de 0,85 enquanto o grupo de agricultores posseiros alcançou índice de 0,85 e a média entre ambos foi de 0,85. Este resultado positivo foi o melhor desempenho do índice APOIA SOCIAL dentre todos os movimentos pesquisados (CUT, FETAGRI, MST e AMFFI) e tem sustentação no bom desempenho do Aspecto Trabalho e Aspecto Economia.

Resultados no movimento AMFFI: o grupo de agricultores assentados titulares obteve índice de 0,73 enquanto o grupo de agricultores posseiros alcançou índice de 0,71 e a média entre ambos foi de 0,72. Este resultado positivo foi o menor desempenho do índice APOIA SOCIAL dentre todos os movimentos pesquisados (CUT, FETAGRI, MST e AMFFI) e tem sustentação no baixo desempenho dos Aspectos Trabalho e Economia. Assim, não apenas neste grupo de assentados, mas também nos outros, urge o incremento deste indicador com ações para superar os gargalos do Aspecto Saúde e no Aspecto Gestão/administração.

4.8 Resultado consolidado: posseiros e assentados titulares

Nesta seção, apresenta-se o resultado consolidado da pesquisa. Nele estará retratado o desempenho obtido pelo grupo de Agricultores Posseiros e grupo de Assentados Titulares, uma vez que, conforme determinado pela metodologia, foram pesquisadas sessenta e quatro famílias, assim distribuídas: Grupo Agricultores Assentados Titulares com 39 (trinta e nove) famílias pesquisadas e Grupo Agricultores Posseiros com 25 (vinte e cinco) famílias pesquisadas. Depois de realizado o trabalho de campo com a aplicação do questionário, foi alimentada a plataforma Microsoft Excel®, da qual se obtiveram obtiveram-se os índices sistematizados e agrupados na tabela abaixo:

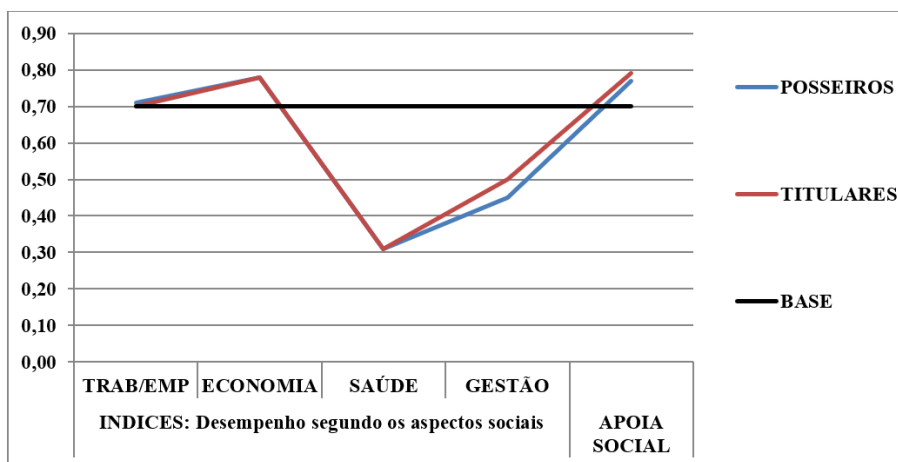
Tabela 19 - Resultado consolidado – Grupos: Agricultores Posseiros e Assentados Titulares

GRUPOS	ÍNDICES: Desempenho segundo os aspectos sociais				APOIA SOCIAL
	TRAB/EMP	ECONOMIA	SAÚDE	GESTÃO	
POSSEIROS	0,71	0,78	0,31	0,45	0,77
TITULARES	0,70	0,78	0,31	0,50	0,79
MÉDIAS	0,705	0,78	0,31	0,475	0,78

Fonte: Elaborado pelos autores (2017)

A tabela 19 mostra os resultados da agricultura praticada pelos grupos de Agricultores Posseiros e de Assentados titulares de acordo com o que demonstra o gráfico 8.

Gráfico 8 - Resultado Geral – Grupos



Fonte: Elaborado pelos autores (2017)

O gráfico 8 retrata as médias obtidas pelos grupos de Agricultores Posseiros e Agricultores Assentados Titulares, com ênfase para o desempenho nos Aspecto Trabalho, Aspecto Economia, Aspecto Saúde e Aspecto Gestão, também e no índice APOIA SOCIAL, conforme descrito abaixo:

Grupo de Agricultores Posseiros: No aspecto Trabalho, o grupo de agricultores posseiro obteve média de 0,71, valor que está acima do valor da linha base e acima da média obtida pelo grupo de agricultores assentados titulares. Este resultado positivo garante que o grupo de Agricultores Posseiros, neste aspecto, está contribuindo para o processo de desenvolvimento da agricultura familiar e para o desenvolvimento local.

No Aspecto Economia o grupo de Agricultores Posseiros obteve índice de 0,78, valor foi igual ao índice obtido pelo grupo de Agricultores Assentados Titulares e está acima da linha base. Ressalta-se que a média 0,78, obtida neste aspecto, é a maior dentre os quatro aspectos

considerados neste estudo devendo ser considerado como um ponto forte no processo de desenvolvimento da agricultura familiar do Assentamento Itamarati I e, portanto, contribuindo também para o desenvolvimento local.

No Aspecto Saúde, o grupo Agricultores Posseiros obteve média de 0,31, valor igual ao desempenho alcançado pelo Grupo de Agricultores Assentados Titulares, valor que está muito abaixo da linha base e constituindo a menor média dentre os todos aspectos pesquisados.

No Aspecto Gestão e Administração, o Grupo de Agricultores Posseiros alcançou média de 0,45, valor que está abaixo do índice alcançado pelos Agricultores Assentados Titulares e muito abaixo da linha base. Com este resultado identifica-se a necessidade de intervenção no Aspecto Gestão e Administração no sentido de implementar políticas públicas com muita dedicação e compromisso dos grupos de agricultores na busca de superação dos problemas apontados pelos indicadores.

O índice APOIA SOCIAL aponta que no grupo de Agricultores Posseiros, obteve média de 0,77, valor que está bem acima da linha base. Este resultado positivo tem causa no bom desempenho do Aspecto Trabalho e no aspecto Economia com seus respectivos indicadores, isto porque o desempenho do Aspecto Saúde e do Aspecto Gestão/administração ficou com índices bem abaixo da linha base e, inclusive, demanda a implementação de ações que visem obter melhorias na busca de níveis de equilíbrio e estabilidade na performance deste aspecto, na perspectiva de melhorar os processos de desenvolvimento da agricultura familiar e também de desenvolvimento local.

Grupo de Agricultores Assentados Titulares: no aspecto Trabalho, o grupo de agricultores Assentados Titulares obteve média de 0,70, valor que está igual ao valor da linha de base, entretanto abaixo do índice alcançado pelos agricultores posseiros. Este resultado

positivo garante que o grupo de Agricultores Titulares, neste aspecto, está contribuindo para o processo de desenvolvimento da agricultura familiar e para o desenvolvimento local.

No Aspecto Economia, o grupo de Agricultores Assentados Titulares obteve índice de 0,78, valor que é igual ao índice obtido pelo grupo de Agricultores Posseiros e está acima da linha base. Ressalta-se, ainda, que a média (0,78), deste aspecto, é a maior dentre os quatro aspectos considerados neste estudo, podendo ser considerado um ponto forte no desempenho da agricultura familiar do Assentamento Itamarati I e, portanto, contribuindo também para o processo de desenvolvimento local.

No Aspecto Saúde o grupo de Agricultores Assentados Titulares obteve média de 0,31, valor igual ao desempenho alcançado pelo Grupo de Agricultores Posseiros e valor que está muito abaixo da linha base, sendo também a menor média dentre todos os aspectos pesquisados. Com este resultado, o Aspecto Saúde requer a implementação de políticas públicas e muita dedicação e compromisso do grupo de agricultores na busca de superação das dificuldades identificadas.

No Aspecto Gestão e Administração o Grupo de Agricultores Assentados Titulares alcançou média de 0,50, valor que está acima do índice alcançado pelos Agricultores Posseiros, entretanto muito abaixo da linha base. Com este resultado, identifica-se a necessidade de intervenção neste aspecto, com a criação de políticas públicas, pois com muita dedicação e compromisso as dificuldades podem ser superadas.

O índice APOIA SOCIAL obtido no grupo Agricultores Assentado Titulares foi de 0,79, valor que está bem acima da linha base. Este resultado positivo teve causa no bom desempenho do Aspecto Trabalho e no aspecto Economia com seus respectivos indicadores, contribuindo, desta maneira para o desenvolvimento local.

CAPÍTULO 5

AGRICULTURA FAMILIAR, PERMANÊNCIA NO CAMPO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL



Este estudo avaliou o desempenho dos grupos de Agricultores Familiares Assentados Titulares e de Agricultores Posseiros do Assentamento Itamarati I, localizado em Ponta Porã (MS), visto que a implantação do referido assentamento se deu no ano de 2002. O trabalho baseou-se em pesquisa bibliográfica e principalmente na pesquisa de campo realizada pelo autor no período de fevereiro e março de 2017.

Buscou-se, com este procedimento, gerar indicadores quantitativos que visem enfatizar o desempenho das famílias de agricultores assentadas no Assentamento Itamarati I, em contraste com a agricultura da sua região (região de fronteira: Brasil/Paraguai) e com a agricultura familiar praticada no Estado de MS e no Brasil e, ainda, contribuir para o fortalecimento da Agricultura Familiar e para o desenvolvimento local e regional.

Em 2017 o Assentamento Itamarati I completa quinze anos de implantação e neste período as famílias realizaram trajetórias distintas na produção agrícola, decorrentes de seus recursos e de suas estratégias. O trabalho foi estruturado considerando-se as organizações sociais presentes no Assentamento com foco nos movimentos (CUT, MST, FETAGRI e AMFFI), tendo, também, dividido as famílias em dois grupos, com perfis distintos em relação à posse da terra. Assim ficou decidido: o grupo de Famílias Assentadas Titulares, que permaneceram no lote desde 2002 e o grupo de Agricultores Familiares Posseiros, que assumiram o lote em períodos diversos a partir da desistência de algum Assentado Titular e sua permanência se deram até o período de realização da pesquisa de campo.

A metodologia utilizada gerou o índice APOIA SOCIAL, os índices relativos ao desempenho dos Aspectos Trabalho, Economia, Saúde e Gestão/Administração e ainda um conjunto de vinte indicadores, que a partir da execução dos levantamentos de campo, estes foram processados na plataforma Microsoft Excel®) e posteriormente sistematizados e seus resultados demonstrados graficamente. O índice de impacto de cada indicador é traduzido com um Valor de Utilidade posicionado entre 0 e 1, empregando-se funções e coeficientes especificamente derivados para cada indicador, a linha de base é definida com o Valor de Utilidade igual a 0,70, valor que correspondente ao ponto de probabilidade no qual não tenha ocorrido efeito negativo no aspecto e no indicador avaliado.

No Aspecto Trabalho, que avalia os indicadores de acesso à educação/proporção de estudantes e nível educacional considerou-se a quantidade de pessoas moradora na unidade de produção que frequentam ou frequentaram (antes do assentamento) cursos de curta duração, cursos de especialização e ainda cursos regulares. Já no indicador qualidade do trabalho foi considerada a presença/ausência de menores de 15 anos de idade no trabalho dentro da unidade de produção, o tamanho da jornada de trabalho que não deve exceder a 44 (quarenta e quatro) horas trabalhadas, o acesso à moradia, à renda, à alimentação, ao transporte e acesso à educação e à saúde. No indicador de oportunidade de trabalho local/qualificação considerou-se se o trabalho é acessado na unidade de produção, na comunidade ou na região. Sobre a qualificação considerou-se o trabalho braçal, o trabalho braçal especializado, o trabalho técnico médio e o trabalho técnico superior. Concluiu-se que no aspecto trabalho tanto o grupo de agricultores posseiros quanto o grupo de assentados titulares alcançaram desempenho dentro da margem que a metodologia considera como equilibrada e sustentável, visto terem obtido índice médio de 0,705.

O Aspecto Economia engloba a avaliação de oito indicadores. Assim, no indicador renda líquida do estabelecimento, considerou-se se a renda aumentou, se a renda se manteve ou se a renda diminuiu em relação à renda anterior à chegada ao assentamento. No indicador acesso a serviços básicos considerou-se o acesso/ausência antes e depois de chegarem ao assentamento de: acesso/ausência à água potável, acesso/ausência à luz, acesso/ausência a esgotamento sanitário, acesso/ausência a telefone, acesso/ausência à coleta de lixo, acesso/ausência a transporte público, acesso/ausência a posto de saúde e acesso/ausência a escola. No indicador padrão de consumo considerou-se o acesso/ausência antes e depois de chegarem ao

assentamento a: fogão a gás, geladeira, televisor, rádio, freezer, antena parabólica, computador, automóvel, máquina de lavar roupas e forno micro-ondas. No indicador diversidades de fontes de renda obtidas antes e depois de chegarem ao assentamento, consideraram-se as rendas agropecuárias obtidas na unidade de produção, as rendas não agropecuárias obtidas na unidade de produção, renda obtida com trabalho assalariado fora da unidade de produção, renda obtida com aposentadorias e pensões, renda obtida com ajudas financeiras diversas e ainda renda obtida com rendimentos financeiros e aluguel.

Ainda sobre o aspecto Economia, o indicador distribuição da renda foi considerado proporcionalmente antes e depois de chegarem ao assentamento. No indicador nível de endividamento também se considerou a proporção de endividamento antes e depois de assentados. Já no indicador valor da propriedade, foram consideradas as proporções de ocorrências de aumento/diminuição do valor da propriedade tendo como causas locais as benfeitorias, a qualidade dos recursos naturais e as infraestruturas públicas e como causas externas, os preços de produtos e serviços, a política de custos financeiros, a política tributária, a legislação e a especulação imobiliária. No indicador de qualidade da moradia, foram considerados os tipos: residência em alvenaria com forro e rebocada, residência em alvenaria sem reboco ou sem forro, residência em madeira e a residência construída com taipa; também foi considerada a proporção de pessoas por aposentos. De todo este levantamento, concluiu-se que, no aspecto economia, tanto o grupo de Agricultores Posseiros quanto o grupo de Assentados Titulares alcançaram desempenho bem acima da linha base da qual a metodologia considera como equilibrada e sustentável, visto terem obtido índice médio de 0,78, valor que é o maior índice entre todos os aspectos estudados (Trabalho, Economia, Saúde e Gestão/administração) e, portanto, constituindo-se no ponto

forte do processo de desenvolvimento da agricultura familiar do Assentamento Itamarati I.

No aspecto Saúde foram avaliados os indicadores: incidência de vetores de doenças endêmicas, sendo considerado o aumento/manutenção/erradicação dos níveis de incidência dos vetores: *Aedes*, carrapatos, morcegos, roedores e outros; segurança e saúde ocupacional, nos qual foi considerada a exposição dos trabalhadores a fatores de periculosidade (radiação, explosivos, inflamáveis e eletricidade) e também a exposição a fatores de insalubridade (ruído, vibração, calor/frio, umidade, agentes físicos e agentes biológicos); dedicação a esporte e lazer, no qual se considerou o acesso/prática de esporte e lazer antes e depois de chegarem ao assentamento. Assim, chega-se à conclusão de que no Aspecto Saúde ambos os grupos de agricultores estudados obtiveram índice de 0,31, valor que consolida a menor média dentre todos os aspectos estudados e também está muito abaixo da linha base, resultado que indica a urgência na implementação de políticas públicas bem como no empenho, dedicação e compromisso dos agricultores na busca de superação dos gargalos identificados na pesquisa, sobretudo no combate à existência de focos de vetores de doenças endêmicas, com destaque para o *Aedes*, os carrapatos e os roedores, na implantação de programas de melhoria na segurança e saúde ocupacional (periculosidade e insalubridade) e também projetos que disponibilizem acesso à prática do esporte e ao lazer.

No Aspecto Gestão e Administração, cinco indicadores foram avaliados. No indicador dedicação e perfil do responsável pela unidade, foi considerado se o assentado reside na unidade de produção, se a dedicação é exclusiva, se tem capacitação dirigida para as atividades desenvolvidas, se há engajamento familiar nos processos de produção, se usa sistema contábil e se utiliza modelo formal de planejamento. Já

no indicador condições de comercialização, levou-se em consideração o tipo de venda, se ela é direta, antecipada ou cooperada, se faz processamento local, se o armazenamento é local, se o transporte é próprio, se faz propaganda, se tem marca própria, se há encadeamento com produto/serviço anteriores e se pratica venda de produtos de outros produtores locais.

Continuando sobre o Aspecto Gestão e Administração, no indicador disposição de resíduos domésticos, verificou-se se os assentados fazem coleta seletiva, se fazem compostagem e disposição sanitária, e em relação à disposição de resíduos da produção, se fazem reaproveitamento ou se fazem destinação e tratamento final; no indicador de gestão de insumos químicos foi considerada a ocorrência dos atributos de estocagem adequada, de calibração e verificação dos equipamentos de aplicação, da utilização de equipamentos de proteção individual, de disposição final adequada de recipientes e embalagens e, finalmente, se fazem registro dos tratamentos. No indicador relação institucional foi considerada a presença dos atributos acesso a assistência técnica, prática do associativismo, filiação tecnológica, assessoria legal/vistorias, treinamento profissionalizante para o responsável e demais trabalhadores da unidade. Já no aspecto gestão/administração, o desempenho de ambos os grupos de agricultores pesquisados alcançou média de 0,475, índice muito abaixo da linha base, resultado que indica a necessidade da implementação de políticas públicas, do engajamento, da dedicação e do compromisso das lideranças e grupos de agricultores na busca por melhorias com vistas a consolidar o desempenho para que esteja dentro da linha base, com isto garantindo nível de equilíbrio e sustentabilidade no desenvolvimento da agricultura familiar e do processo de desenvolvimento local.

Finalizando, com o índice APOIA SOCIAL, índice representativo de todos os aspectos estudados e que se constituíram através do cálculo dos índices do conjunto de vinte indicadores que foram considerados aqui e dos quais foram avaliados como parte integrante de seus respectivos aspectos (Trabalho, Economia, Saúde e Gestão/administração). O resultado foi composto pelos Valores de Utilidade obtidos para cada um dos indicadores, e pela expressão da média desses valores, ficando assim constituído o índice de impacto social. Neste aspecto, todos os grupos de agricultores estudados ficaram com índice médio de 0,79, valor que está bem acima do índice-base e, portanto, indicando resultado positivo. Entretanto, observa-se que o Índice APOIA SOCIAL obteve resultado positivo porque o desempenho do Aspecto Trabalho e seus indicadores, assim como o desempenho do Aspecto Economia obtiveram resultados positivos e contribuíram muito para a composição do índice. No entanto, o Aspecto Saúde e o Aspecto Gestão/administração ficaram com desempenho inferior à linha base e, portanto, tendo contribuído de forma negativa para a composição deste resultado.

Esta obra demonstra os índices dos impactos gerados com as atividades da agricultura praticada pelos agricultores do Assentamento Itamarati I que permitem dizer que do ponto de vista geral, ou seja, a considerar a unidade de produção como um todo, inclusive considerando sua relação com o meio ambiente, com o entorno institucional, com o mercado e sobretudo com o poder público, é possível encontrar resultados que estão num nível de desempenho que garantem equilíbrio e sustentabilidade aos grupos de Assentados Titulares e Posseiros da área estudada. Destaca-se, entretanto, que, como ponto forte, está o desempenho do Aspecto Trabalho e do Aspecto Economia, assim como ponto fraco é o desempenho dos aspectos Saúde e Gestão/administração. Fica

como desafio que o poder público, por sua vez, possa implementar políticas públicas que estejam sintonizadas com estes pontos fortes e pontos fracos, levando-se em conta os processos internos de inovações da agricultura praticada.

Houve algumas dificuldades durante a realização deste estudo, das quais duas podem ser destacadas, a primeira tem a ver com as condições meteorológicas ocorridas no período da realização da pesquisa de campo (fevereiro e março), com chuvas acima da média histórica e isto dificultou bastante a mobilidade e o acesso às unidades de produção; a segunda dificuldade foi a abordagem junto aos agricultores posseiros, pois eles sempre ficam desconfiados com “pé atrás”, como diz o ditado popular, em dar informações, pois cultivam o sentimento de estarem irregulares no lote, uma vez que o INCRA ainda não os reconheceram como assentados titulares e isto inclusive os exclui de acesso a algumas políticas públicas, sobretudo a política de crédito Pronaf e comercialização pelo PAA e PNAE.

Em relação à expectativa inicial, quanto ao resultado deste estudo e em relação aos índices de desempenho, esperava-se um desempenho superior do Grupo de Agricultores Posseiros em relação ao desempenho do Grupo de Assentados Titulares, pois é comum nas rodas de técnicos e de lideranças a verbalização de que os Agricultores Posseiros estão mais bem estruturados e isto resulta num melhor desempenho destes. Os índices mostram um desempenho considerado homogêneo entre os grupos estudados, entretanto, é possível que se os agricultores posseiros tiverem sua titularidade reconhecida pelo INCRA e assim puderem acessar o conjunto de políticas públicas disponíveis para os agricultores familiares, poderão sim, melhorar o desempenho e elevar os índices que terão reflexos positivos para a agricultura familiar, principalmente para o desenvolvimento local e regional.

De tudo que foi estudado, chegou-se aos índices de impactos que apresentam como resultados nas diferentes dimensões sociais, a possibilidade de todos os tomadores de decisão (agricultores, lideranças e poder público) ter uma visão das contribuições, positivas ou negativas de cada aspecto para o desenvolvimento local e regional sustentável, auxiliando-os na definição de medidas de promoção e de controle.

Os limites deste estudo estão colocados na compreensão dos sistemas de produção que, como e porque praticam os agricultores em termos de agricultura, bem como avaliamos os resultados que aqui encontramos, sabendo-se que construir novas hipóteses e perspectivas de evolução das unidades de produção e consequentemente da agricultura familiar.

POSFÁCIO

DA PESQUISA REALIZADA AOS CAMINHOS FUTUROS



Retomar esta pesquisa em formato de livro é também reconhecer que o tempo da produção acadêmica nem sempre coincide com o tempo dos territórios. A dissertação que deu origem a esta obra foi defendida em 2017, a partir de um trabalho de campo realizado em contexto específico, com perguntas, instrumentos e objetivos próprios daquele momento. Quase uma década depois, os dados aqui apresentados devem ser lidos como registro de uma realidade situada, mas também como ponto de partida para novas reflexões sobre a agricultura familiar, os assentamentos rurais e o desenvolvimento regional.

O Assentamento Itamarati I continua sendo um território estratégico para compreender os desafios da reforma agrária em Mato Grosso do Sul. Sua história, sua dimensão territorial, sua diversidade social e sua articulação com diferentes movimentos do campo fazem dele um espaço de grande relevância para pensar a permanência das famílias na agricultura, a organização produtiva, a gestão das unidades rurais, a relação com as políticas públicas e as possibilidades de fortalecimento da agricultura familiar.

Ao longo dos anos, muitas questões permaneceram abertas. A permanência no campo segue exigindo condições concretas de produção, renda, infraestrutura, assistência técnica, saúde, educação, regularização, comercialização e organização coletiva. A agricultura familiar, por sua vez, continua enfrentando o desafio de se afirmar não apenas como segmento produtivo, mas como base social, econômica, ambiental e cultural indispensável para a vida nos territórios rurais.

Nesse sentido, os resultados apresentados nesta obra não devem ser compreendidos como encerramento de uma discussão, mas como uma contribuição para sua continuidade. A comparação entre agricultores assentados titulares e agricultores posseiros, a análise dos indicadores sociais e a utilização da metodologia APOIA SOCIAL permitiram identificar potencialidades e fragilidades que ainda podem orientar novas pesquisas e novas ações. O estudo apontou aspectos importantes relacionados ao trabalho, à economia, à saúde e à gestão, dimensões que continuam centrais para qualquer projeto de desenvolvimento rural que pretenda dialogar com a realidade das famílias agricultoras.

A publicação do livro nos permite observar que a pesquisa acadêmica ganha maior sentido quando retorna aos sujeitos e aos territórios que a tornaram possível. O conhecimento produzido na universidade pública não deve permanecer restrito ao espaço da defesa,

aos arquivos institucionais ou aos repositórios digitais. Ao circular em formato de livro, esta pesquisa amplia suas possibilidades de diálogo com estudantes, pesquisadores, gestores públicos, extensionistas, agricultores, lideranças comunitárias, movimentos sociais e organizações vinculadas ao campo.

Esse retorno ao público também projeta responsabilidades. Uma pesquisa realizada no Assentamento Itamarati I não pode ser vista apenas como diagnóstico de época. Ela pode servir como base para atualização de indicadores, comparação com outros assentamentos, formulação de políticas públicas, fortalecimento de programas de assistência técnica e construção de estratégias voltadas à organização produtiva. Pode, ainda, contribuir para o debate sobre comercialização, agroindustrialização familiar, acesso a mercados institucionais, cooperação, sucessão rural e melhoria da qualidade de vida das famílias assentadas.

A experiência acumulada desde a realização da pesquisa reforça a necessidade de articular universidade, órgãos públicos, movimentos sociais e agricultores familiares. O desenvolvimento regional não se constrói apenas com programas formulados de cima para baixo. Ele exige escuta, presença territorial, capacidade de diagnóstico, planejamento participativo e reconhecimento dos saberes que já existem nos assentamentos. A agricultura familiar não é apenas objeto de política pública; ela é também sujeito de conhecimento, de trabalho, de organização e de produção de alternativas.

Revisitar esta pesquisa significa reencontrar uma parte importante de sua trajetória acadêmica e profissional. A atuação na administração pública, no desenvolvimento rural e na Superintendência Regional do INCRA/MS ampliou a percepção sobre a complexidade dos assentamentos, sobre as dificuldades enfrentadas pelas famílias e sobre a importância de instrumentos

capazes de orientar decisões públicas mais próximas da realidade territorial. A pesquisa realizada no mestrado permanece, assim, como referência para pensar a gestão pública, a reforma agrária e a agricultura familiar de modo mais integrado.

Não obstante, a retomada desta obra reafirma a importância dos estudos sobre sistemas produtivos, gestão, desenvolvimento regional e dinâmicas territoriais. O trabalho de orientação da pesquisa e seu retorno em formato de livro demonstram que a formação acadêmica pode produzir efeitos duradouros, tanto na trajetória dos pesquisadores quanto na construção de agendas coletivas. Iniciativas posteriores, como o projeto Caminho para os Ervais, também expressam essa preocupação em compreender os territórios a partir de suas práticas produtivas, de suas histórias, de seus sujeitos e de suas possibilidades de futuro.

Ao concluir esta obra, não pretendemos oferecer respostas definitivas. O que buscamos é reafirmar a importância de continuar perguntando. O que mudou no Assentamento Itamarati I desde a realização da pesquisa? Como se encontram hoje os agricultores assentados titulares e posseiros? Quais políticas públicas foram fortalecidas, reduzidas ou transformadas? Quais novas dificuldades emergiram? Que estratégias as famílias têm construído para permanecer no campo? Como os movimentos sociais e as organizações dos agricultores podem ser fortalecidos diante dos desafios atuais?

Essas perguntas indicam que a pesquisa precisa continuar. O Assentamento Itamarati I, pela sua relevância histórica e territorial, merece novos estudos, novas escutas e novas ações. Atualizar os dados, ampliar os indicadores, acompanhar as trajetórias das famílias, analisar a sucessão rural, compreender os circuitos de comercialização, estudar a organização coletiva e avaliar as políticas públicas são caminhos possíveis para dar continuidade ao trabalho iniciado.

Se o título desta obra remete aos caminhos da agricultura familiar, este posfácio reafirma que esses caminhos permanecem em construção. São caminhos feitos de terra, trabalho, memória, luta, permanência e esperança. Caminhos que exigem políticas públicas consistentes, pesquisa comprometida, extensão universitária, organização social e reconhecimento da centralidade dos agricultores familiares na produção da vida e do desenvolvimento regional.

Que este livro possa contribuir para novas leituras sobre o Assentamento Itamarati I e para novas ações em favor da agricultura familiar. Que possa fortalecer o diálogo entre universidade e território. E que possa inspirar pesquisas, projetos e políticas capazes de reconhecer, valorizar e apoiar aqueles que seguem construindo, cotidianamente, os caminhos possíveis da permanência no campo.

Paulo Roberto da Silva

Carlos Otávio Zamberlan

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas de um capitalismo agrário em questão**. 2ª Edição. Editora Hucitec Ltda. São Paulo/ SP, 1992.

ABRAMOVAY, R.; CARVALHO FILHO, J.J. A objetividade no conhecimento das ciências sociais: o caso dos assentamentos. In: **Reforma Agrária**. São Paulo: ABRA, Vol. 24, n. 3, set/dez, p. 36-53, 1994.

ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à ideia do desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. (orgs). **Reconstruindo a agricultura**: ideias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1997.

ALTIERI, M. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 3ª ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.

ALTIERI, M. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba (RS): Agropecuária, 2002.

APOLLIN, F.; EBERHART, C. **Análisis y Diagnóstico de los Sistemas de Producción en el Medio Rural**: Guía Metodológica. CARE, CESA, CICDARURALTER. Quito-Ecuador. 1999,

ARAÚJO FILHO, J.U. A reforma agrária como estratégia de desenvolvimento da agricultura brasileira como medida fundamental de combate à fome. In: TEIXEIRA, E. L. e VIEIRA, W. da C. (Eds). **Reforma da política agrícola e abertura econômica**. Viçosa, 1996.

ARAUJO, M. J. **Fundamentos de agronegócios**. 2ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2005.

ARKIN, H.; COLTON, R. **Tables for Statisticians** - Extraído da Série Marketing de Bernardo de Felipe Júnior, 2ª. Ed. rev. ampl. Brasília: Ed. SEBRAE, 1995.

ÁVILA, M. M.; WADT, P. G. S. **Avaliação do impacto ambiental em assentamentos rurais do estado do Acre, na Amazônia brasileira**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre – IFAC, 2015.

BARBOSA, F. R. G. M.; WOLF, R.; SCHLINDWEIN, M. M. Análise de indicadores de desenvolvimento socioeconômico para a microrregião de Dourados-MS. In: **Encuentro Internacional Humboldt**, 13, 2011, Dourados, UFGD, 2011.

BIN, A. **Agricultura e meio ambiente: contexto e iniciativa da pesquisa pública**. 2004. Dissertação (Mestrado em Política Científica e Tecnológica) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas.

BISSET, R. Methods for environmental impact assessment: a selective survey with case studies. In: BISWAS, A. K.; GEPING, Q., (Ed.). **Environmental Impact Assessment for Developing Countries**. London: Tycooly International, 1987.

BONNY, S. A padronização tecnológica na agricultura: formas, origem e perspectivas a partir do caso francês. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, 1993.

BROMBAL, J. C. Avaliação do impacto ambiental do agro turismo em Venda Nova do Imigrante (ES). **Rev. Bras. Agroecologia**, 2007.

COCHET, H. e DEVIENNE, S. Fonctionnement et performances économiques des systèmes de production agricole: une démarche à l'échelle régionale. In: **Cahiers d'études et de recherches francophones/Agricultures**, v. 15, n. 6, 578-83, Novembre-Décembre 2006.

CORONEL, D. A; SONAGLIO, C. M; ANGELO, H. D; ZAMBERLAN, C. O; SILVA, A. F; **Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural** - Rio Branco – Acre, 20 a 23 de julho de 2008.

DELGADO, G. C. Uma proposta para o desenvolvimento dos assentamentos. In: **Reforma Agrária**. São Paulo: ABRA, Vol. 32, n. 2, p. 57-62, jul/dez, 2007a.

_____. Condições para desenvolvimento dos projetos de assentamentos: alguns aspectos econômicos. In: **Reforma Agrária**. São Paulo: ABRA, Vol. 32, n. 2, p. 119-123, jul/dez, 2007b.

DIAS, C. A estratégia do planejamento nacional. **Desafios do desenvolvimento**, Brasília, ano 8, n. 69, p. 58-64, (Ed. esp.) 2011.

DUFUMIER, Marc. La importancia de la tipología de las unidades de producción agrícolas en el análisis-diagnóstico de realidades agrarias – **Red internacional de metodología de investigación de sistemas de producción (RIMISP)** – Santiago de Chile, 1990.

_____. **Projetos de desenvolvimento agrícola: manual para especialistas**. Tradução de Vitor de Athayde Couto. Salvador: EDUFBA, 2007.

FAO/INCRA. **Principais Fatores que Afetam o Desenvolvimento dos Assentamentos de Reforma Agrária no Brasil**. Coordenadores: Gilson Alceu Bittencourt et alii. Agosto/1998.

FILHO, L. O. R.; FRIGHETTO, R. T. S.; RODRIGUES, G. S.; CAMPANHOLA, C.; HERMES, L. C.; RODRIGUES, I.; BROMBAL, J. C. Avaliação do impacto ambiental do agroturismo em Venda Nova do Imigrante (ES). **Rev. Bras. Agroecologia**, v.2, n.1, fev. 2007.

FURTADO, E.; FURTADO, R. Repercussão da Reforma Agrária no Desenvolvimento Local no Nordeste: a capacitação como uma estratégia imprescindível. In: LEITE, Pedro Sisnando *et al.* (orgs). **Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável**. Brasília: Paralelo 15/Núcleo de Estudos

Agrários e Desenvolvimento/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2000.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GIRARDIN, P.; BOCKSTALLER, C.; VAN DER WERF, H. Indicators: tools to evaluate the environmental impacts of farming systems. **Journal of Sustainable Agriculture**, [Binghamton], v. 13, n. 4, p. 5-21, 1999.

GIRARDI, E.P. **Proposição teórico-metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira**. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008. Disponível em <www.fct.unesp.br/nera/atlas>.

GLIESSMAN, S. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 2ª ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2001.

GONÇALVES NETO, W. Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira, 1960-1980. São Paulo: Hucitec, 1997.

GOODMAN, D.; SORJ, B.; WILKINSON, J. Agroindústria, políticas públicas e estruturas sociais rurais: análises recentes sobre a agricultura brasileira. In: **Revista de Economia Política**. São Paulo, Vol. 5, nº4, p. 31-55, out/dez, 1985.

_____. **Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O renascimento da agenda agrária**. Disponível em <http://www.rlc.fao.org/pr/quienes/dg/articulos/art14.swf>.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006: Brasil, grandes regiões e unidades da federação**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

IDATERRA/MS. **Plano de Desenvolvimento Rural do PA Itamarati I.** Ponta Porã (MS), mimeo, 2003.

INCRA/FAO. **Novo retrato da agricultura familiar:** o Brasil redescoberto. Brasília: MDA/INCRA, 2000.

INCRA. **Painel.** <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>. Acessado em 10/10/2016.

KAGEYAMA, A. Desenvolvimento rural: conceito e um exemplo de medida. In: Congresso da sociedade brasileira de economia, administração e sociologia rural (SOBER), 42., 2004, Cuiabá-MT. **Anais...** Cuiabá-MT: SOBER, 2004. 1 CD-ROM.

JESUS, E. L. **Da agricultura alternativa à agroecologia:** para além das disputas conceituais. In: Agricultura Sustentável, Jaguariúna (SP), v.3, n.1/2, p. 13-27, jan./dez, 1996.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica.** 3ª ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 1991.

_____. **Técnicas de Pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LEITE, S.; HEREDIA, B.; MEDEIROS, L. *et al.* **Impactos dos assentamentos:** um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília: IICA/NEAD; São Paulo: Editora UNESP, 2004.

LIMA, A. P. de *et al.* **Administração da unidade de produção familiar:** modalidades de trabalho com agricultores. 3. ed. Ijuí (RS): Ed. Unijuí, 2005a.

_____. **Desenvolvimento da agricultura e sistemas de produção agroecológicos:** um estudo no município de Ipê- RS. (Tese de Doutorado). Campinas (SP): Unicamp, 2005b.

LIMA, A. C. C; SIMÕES, R. F. Teorias Clássicas do Desenvolvimento Regional suas implicações de Política Econômica: O caso do Brasil. **RDE**, ano XII, n. 21, julho, 2010.

LUCENA, R. B. de; SOUZA, N. J. O papel da agricultura no desenvolvimento econômico brasileiro, 1980/1998. **Análise Econômica**, Porto Alegre, ano 19, n. 35, p. 55-72, 2001.

MAZOYER, M. **Defendiendo al campesinado en un contexto de globalizacion**: crise agrícola, crise alimentar e crise geral contemporânea. Roma: FAO, 2001.

____. **Desigualdades agrícolas e alimentares no mundo**: causas e consequências. Palestra proferida no PGDR/UFRGS, Porto Alegre, 2003.

____. **Rapport de Synthèse Provisoire**. Colóquio “Dynamique de Systèmes Agraires”, Paris: Ministère de la Recherche et de l’Enseignement Supérieur/ Ministère de la Coopération, 1987.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas do mundo**: do neolítico à crise contemporânea. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

MEDEIROS, L.S. Dimensões da Questão Agrária: um olhar a partir dos assentamentos rurais. In: Reforma Agrária. São Paulo: ABRA, Vol. 32, n. 2, p. 125-134, jul/dez, 2007.

MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. (orgs.). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil**: processos sociais e políticas públicas. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CPDA, 1999.

MELO, C. O.; PARRÉ, J. L. Índice de desenvolvimento rural dos municípios paranaenses: determinantes e hierarquização. **RER**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 02, p. 329-365, 2007.

MENDES, C. C.; TEIXEIRA, J. R. **Desenvolvimento econômico brasileiro**: uma releitura das contribuições de Celso Furtado. Brasília: UNB, 12 ago. 2004. 19 p. (Texto para discussão, n. 320).

MIGUEL, L. A. Evolução e diferenciação de sistemas agrários, desenvolvimento rural e a história da agricultura no Brasil. In: **Workshop internacional Políticas Públicas e desenvolvimento rural: percepções e perspectivas no Brasil e Moçambique**, Maputo (Moçambique), 2006.

MUELLER, C. C.; MARTHA JÚNIOR, G. B. A agropecuária e o desenvolvimento socioeconômico recente do cerrado. In: Simpósio Nacional Cerrado, 9.; simpósio internacional savanas tropicais, 2ª, 2008, Brasília. **Anais...** Brasília: Embrapa Cerrados, 2008.

NAVARRO, Z. Dilemas de um protagonista da luta pela terra. In: COSTA, L.F.C.; SANTOS, R. Política e Reforma Agrária. Rio de Janeiro: Ed. Mauad, 1997a.

_____. Sete teses equivocadas sobre as lutas sociais no campo, o MST e a reforma agrária. In: **São Paulo em perspectiva**. Vol. 11, n. 2, p. 86-93. São Paulo: Fundação Seade, 1997b.

NEHER, D. Ecological sustainability in agricultural systems: definition and measurement. **Journal of Sustainable Agriculture**, [Binghamton], v. 2, n. 3, p.51-61, 1992.

PLOEG, J. D. **Camponeses e Impérios Alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

_____. Styles of Farming: an Introductory Note on Concepts and Methodology. In: PLOEG, J. D. van der; LONG, A. (eds.). **Born from within**: practice and perspectives of endogenous rural development. Assen: Van Garcum, p. 7 – 30, 1994.

_____. Revitalizing Agriculture: Farming Economically as Starting Ground for Rural Development. In: **Sociologia Ruralis**, Vol 40, p 498-511, Number 4, October, 2000.

REIJNTJES, C.; HAVERKORT, B.; WATERS-BAYER, A. **Agricultura para o futuro**: uma introdução à agricultura sustentável e de baixo uso de

insumos externos. 2ª ed. Rio de Janeiro: AS-PTA; Leusden, Holanda: ILEIA, 1999.

Roberto, J. M. Estudos Sociedade e Agricultura. **UFRRJ/CPDA**, 15, 39-52, outubro 2000.

RODRIGUES, G. S. **Avaliação de Impactos Ambientais em Projetos de Pesquisas**: fundamentos, princípios e introdução à metodologia. Jaguariúna (SP): Embrapa Meio Ambiente, 1998.

RODRIGUES, G. S; CAMPANHOLA, C; KITAMURA, P. C; IRIAS, L. J. M.; RODRIGUES, I. Sistema de Avaliação de Impacto Social de Atividades Agropecuárias (APOIA-SOCIAL). **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v. 22, n. 3, p. 691-711, set/dez, 2005.

SABBAG, O, J. Pesquisa Agropecuária Tropical. **Goiânia-GO**. v. 38, n. 4, p. 284-289, out/dez, 2008.

SANTOS, F. L. G.; GUALDA, N. L. P.; CAMPOS, A. C. de. Diretrizes de desenvolvimento para o Nordeste: as ideias de Furtado frente ao plano estratégico de desenvolvimento sustentável do Nordeste. In: FÓRUM BNB DE DESENVOLVIMENTO; ENCONTRO REGIONAL DE ECONOMIA, 16., 2011, Fortaleza. **Anais eletrônicos...** Fortaleza: BNB, 2011. Disponível em:
<https://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/eventos/forumbnb2011/gerados/artigos_2011.asp>.

SANTOS, G. E. O. **Cálculo amostral**: calculadora on-line. Disponível em: <http://www.calculoamostral.vai.la>>.

SANTOS, R. F.; SCHLINDWEIN, M. M. Análise do nível de desenvolvimento socioeconômico do estado de Mato Grosso do Sul. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, Dourados, v. 5, n. 9, p. 1-22, jan./jun. 2011.

SANTOS, M. J. Projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 225-238, set/dez, 2001.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. 6ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SCHMIDT, B. V.; MARINHO, D. N. C.; ROSA, S. L. C. (orgs.). **Os assentamentos de reforma agrária no Brasil**. Brasília: Editora da UNB, 1998.

SHIKIDA, P. F. A. Crimes violentos e desenvolvimento socioeconômico: um estudo para o Estado do Paraná. In: Meeting of the Latin American and Caribbean Law and Economics Association (ALACDE), 13., 2009, Barcelona. **Anais eletrônicos...** Barcelona, Espanha: Universitat Pompeu Fabra, 2009.

SOUZA, N. J. **Desenvolvimento econômico**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. Ed. orig. de 1964. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SPAROVEK, G. **A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira**. São Paulo: Páginas e Letras Editora e Gráfica, 2003.

VASCONCELOS, M. A.; GARCIA, M. E. **Fundamentos de economia**. São Paulo: Saraiva, 1998.

WÜNSCH, J. A. **Diagnóstico de sistemas de produção**: procedimentos para ações de desenvolvimento regional. (Dissertação de Mestrado). Piracicaba (SP): ESALQ/USP, 1995.

ÍNDICE REMISSIVO

Agricultura alternativa, 35-36, 40, 65

Agricultura familiar, 27, 34, 36, 89, 92, 95, 98, 101, 103, 107, 109, 115, 117, 125, 128-129, 138-142, 145-146, 148-153

Agricultura moderna, 35-36, 40-41, 64

Agricultores posseiros, 33-34, 69, 82-83, 85-90, 92, 96-100, 104-107, 112-114, 119-122, 127-132, 134-141, 143-144, 148, 151

Agroecologia, 40-41, 65

Agronegócio, 37, 53-54, 64, 70

AMFFI, 31-32, 81-83, 85-88, 114-121, 123-124, 126-127, 129, 131-137, 142

APOIA SOCIAL, 34, 68-71, 74, 79-81, 90, 92-93, 95-96, 98-99, 101-104, 106, 108-109, 111, 113, 115, 117, 119, 121-122, 125, 135-140, 142, 147, 151

Assentados titulares, 33-34, 69, 81-83, 85-88, 93, 95-98, 102-107, 110-113, 116-119, 123-132, 134-144, 147-148, 151, 153

Assentamento Itamarati I, 27, 31-34, 68-69, 82, 84-85, 89, 128-129, 139, 141-142, 145, 147, 151-154

Assentamentos rurais, 27-28, 30-31, 33-35, 48-50, 53-54, 65, 69, 150

Central Única dos Trabalhadores (CUT), 31-32, 81-82, 85, 87, 90-96, 98, 120-121, 123-124, 126-137, 142

Desenvolvimento regional, 30-31, 33-34, 69, 141, 150, 152-154

Desenvolvimento rural, 60, 62-63, 151

Desenvolvimento socioeconômico, 63-64

Economia, 50, 53, 55-56, 58, 60, 62, 72, 74, 80, 90-95, 97-114, 116-120, 122-126, 129-130, 135-140, 142-144, 147, 151

Extensão rural, 52

FETAGRI, 31-32, 81-83, 85-87, 107-113, 120-121, 123-124, 126, 128-130, 132-137, 142

Gestão e Administração, 78-79, 91-92, 94-95, 98, 100-101, 103, 106, 108-109, 111, 113, 115, 117, 119-120, 122, 125, 130, 133-140, 142, 144-147

Impactos sociais, 58, 69, 72, 89, 95, 98, 101, 103, 106, 109, 115

Indicadores sociais, 95-96, 104-105, 112, 118, 120-121, 123-124, 126-127, 151

Inovação tecnológica, 31, 38, 57-58, 70, 77

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), 31-32, 81-82, 85-87, 98-106, 120-121, 123-124, 126, 128-137, 142

Permanência no campo, 34, 141, 151, 153-154

Políticas públicas, 38, 48, 54, 70, 76, 131, 133, 139-140, 145-146, 148, 151-154

Qualidade de vida, 33-34, 50, 55, 133, 152

Reforma agrária, 27-29, 33, 48-53, 65, 151, 153

Saúde, 55-56, 63, 72, 75, 77, 90-95, 97-104, 106-120, 122-123, 125-126, 131-133, 135-140, 142-145, 147, 151

Sistemas de produção, 35, 39-40, 43-46, 48, 65, 149

Trabalho e emprego, 90, 93, 95, 99, 101, 104, 107, 109, 112, 114, 116, 118, 120, 123, 126, 137

SOBRE OS AUTORES

PAULO ROBERTO DA SILVA

Paulo Roberto da Silva é graduado em Administração de Empresas pela FAPP – Faculdade de Administração de Ponta Porã/MS, formação concluída em 1994, e mestre em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (PPGDRS/UEMS), título obtido em 2017, com a dissertação que deu origem a esta obra. Sua trajetória profissional está diretamente vinculada à administração pública, à extensão rural, à agricultura familiar e ao desenvolvimento territorial. Servidor efetivo do Estado de Mato Grosso do Sul, atua como Superintendente Regional do INCRA/MS. Ao longo de sua carreira, acumulou experiências em assistência técnica, extensão rural, gestão pública e políticas voltadas ao meio rural. Também exerceu funções de direção e administração pública, tendo atuado como Superintendente Federal do Ministério da Pesca e Aquicultura em Mato Grosso do Sul, Secretário Municipal de Administração de Ponta Porã e vereador. Sua formação complementar inclui temas como desenvolvimento rural, agroecologia, metodologias participativas, empresa rural, etnobiologia, etnoecologia e sistemas produtivos. Sua atuação expressa compromisso com a agricultura familiar, os assentamentos rurais e as políticas públicas voltadas ao fortalecimento dos territórios rurais.

E-mail: paulo.rosilva@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9893-4511>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5978515047922952>

CARLOS OTÁVIO ZAMBERLAN

Carlos Otávio Zamberlan é graduado em Administração pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), mestre em Administração pela mesma instituição e doutor em Economia do Desenvolvimento pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). É professor titular da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Unidade Universitária de Ponta Porã, onde atua no ensino, na pesquisa, na extensão e na formação de estudantes de graduação e pós-graduação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos – PPGDRS/UEMS). Sua trajetória acadêmica e profissional está vinculada às áreas de Administração, Economia do Desenvolvimento, agronegócios, gestão, pequenas empresas, custos, qualidade, inovação, sistemas produtivos e desenvolvimento regional. Ao longo de sua atuação, tem desenvolvido pesquisas e projetos voltados à compreensão das dinâmicas produtivas, territoriais e culturais de Mato Grosso do Sul, com atenção especial à região de fronteira. Coordena e participa de iniciativas relacionadas ao Território dos Ervais, ao Caminho para os Ervais, à patrimonialização territorial, à interculturalidade, à agricultura familiar e aos processos de desenvolvimento baseados na valorização dos territórios. Sua produção acadêmica reúne artigos, livros, capítulos e projetos que articulam gestão, sistemas produtivos, cultura, território e desenvolvimento regional.

E-mail: carlos.otavio@uems.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9975-9612>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6411327863419201>

Download da obra:



Livro com orelha 7 cm

Papel da Capa: Duo Design (Papel Cartão) 250g

Acabamento da Capa: Laminação Brilho

Tamanho do Livro: 16x23

Quantidade: 100 exemplares

Lados da Impressão da Capa: frente

Papel do Miolo: Offset 90g

Impressão do miolo: P&B e Colorido

Páginas: 168